



AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais,

S.A.

Relatório e Contas_2018

Índice

Mensagem do Presidente, 5

A Empresa

Quem Somos, 8

Destaques Ano/Principais Acontecimentos, 10

Principais Indicadores Económico-Financeiros-31

Relatório de Gestão

Linhas Estratégicas de actuação, 33

Enquadramento macroeconómico, 37

Dinâmica do Sector a nível internacional, 45

O Negócio em 2018, 51

Desempenho e eficiência Operacional 52

Principais Indicadores de Actividade, 53

Perspectivas para 2018, 54

Sucursais e Subsidiárias, 55

Sustentabilidade e desempenho, 58

Estratégia de Sustentabilidade 2014/2020, 58

Stakeholders, 59

Gestão do Risco, 60

Gestão do Capital Humano, 63

Análise Económica e Financeira, 65

Investigação e Desenvolvimento/Inovação, 69

Cumprimento das Orientações Legais, 73

Perspectivas Futuras, 89

Eventos Subsequentes, 90

Sucursais da Sociedade, 90

Considerações finais, 90

Proposta de Aplicação de Resultados, 91

Anexo ao Relatório, 91

Relatório dos Administradores não Executivos, 92

Demonstrações financeiras do Exercício de 2018

Contas Individuais, 94

Relatório e Parecer do Fiscal único, 126

Mensagem do Presidente



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus
Presidente do Conselho de Administração

É assim, com particular satisfação que se assiste à estabilização da atividade da AdP Internacional durante o ano de 2018, tendo particular relevância os seguintes aspetos:

- Estabilização do volume de negócios em aproximadamente 4M€ (crescimento de 6% face a 2017);
- Crescimento do EBITDA em 21% em relação a 2017, para 397m€;
- A obtenção de resultados líquidos positivos de 83m€, pela primeira vez nos últimos oito anos;
- Consolidação de diversos projetos de assistência técnica e de capacitação em todos os países lusófonos, com exceção do Brasil;
- O início de um novo projeto fora do espaço lusófono, para a elaboração do Plano Diretor de Saneamento de Lilongwe (capital do Malawi).
- A assinatura de um novo contrato de assistência técnica com a Empresa de Electricidade e Água da Guiné Bissau, em parceria com a EDP e a Leadership Business Consulting.

Salienta-se ainda em 2018, a continuação dos projetos de cooperação internacional financiados pelo Fundo Ambiental, gerido pelo Ministério do Ambiente de Portugal, em que a AdP Internacional foi entidade implementadora, com o consequente reforço da atividade em Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

É ainda de salientar, o significativo aumento da atividade comercial, com a submissão de um número cada vez maior de pré-qualificações em novos mercados – Norte de África e África Oriental, bem como o reforço da atividade com a Índia, em particular o Estado de Goa, que permitem ambicionar a conquista de novos projetos naquelas regiões nos próximos anos.

Em 2019, a AdP Internacional continuará o percurso dos anos anteriores, com a consolidação da sua presença nos PALOP e em Timor Leste e procurando conquistar novos mercados em África e na Ásia, mantendo a sustentabilidade económica e financeira das operações e procurando assegurar a satisfação dos nossos clientes e parceiros de negócio.

A Empresa



es a f

A – A Empresa

Quem somos

A missão, a visão e valores

A AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.. (AdP Internacional) é uma empresa pública pertencente ao Setor Empresarial do Estado nos termos do DL 133/2013 de 3 de Outubro e detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A, criada em 2001, para concretizar a estratégia internacional do Grupo AdP.

A AdP Internacional tem como missão **prestar serviços a nível internacional** e apoiar iniciativas de cooperação para o desenvolvimento no setor dos serviços de águas, de forma eficiente, sustentável e inovadora, **capitalizando o conhecimento, a experiência e as soluções tecnológicas do Grupo AdP** e contribuindo para a projeção internacional do sector português da água, num quadro de ação em linha com os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030*. Em linha com esta missão, a sua visão é ser reconhecida pelos clientes e parceiros internacionais como uma referência internacional na gestão de serviços de água e nos mercados-chave onde atua ser líder no setor do abastecimento de água e saneamento.

Em todas as linhas de atuação, a AdP – Águas de Portugal Internacional- Serviços Ambientais, S.A adota os **valores** da holding AdP SGPS. Acrescem a estes, os valores nucleares da AdP Internacional, que são as fundações da sua atuação a nível internacional, junto de clientes, das entidades financiadoras, dos parceiros e das comunidades locais:



Atividade, áreas de serviço, cadeia de valor e presença geográfica

A AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais é responsável pela **gestão dos negócios internacionais do Grupo Águas de Portugal**, atuando como montra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das competências do Grupo nos mercados internacionais e constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

A AdP Internacional **exerce a sua atividade num ambiente concorrencial** nos mercados onde está presente. Na sua maioria, os contratos em execução pela AdP Internacional resultaram de concursos internacionais financiados por instituições financiadoras internacionais, nomeadamente, Banco Mundial, Banco Africano Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, União Europeia entre outros.

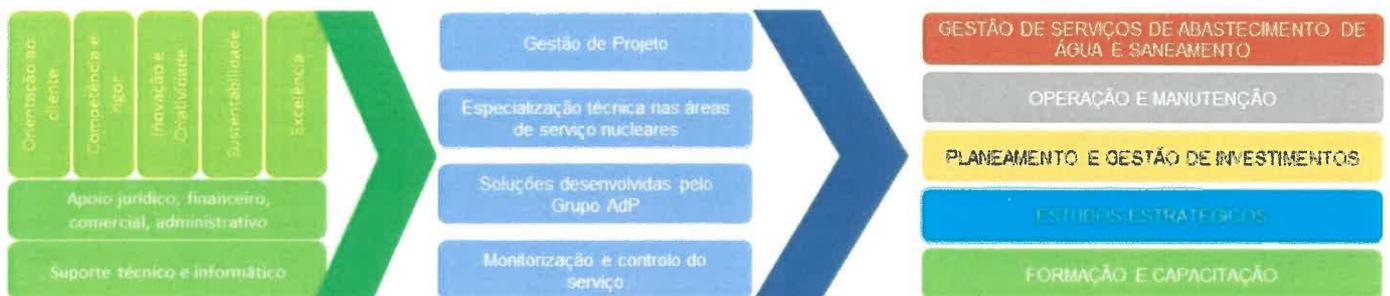
No âmbito das suas intervenções, a AdP Internacional tem vindo também a assumir um **papel de relevo no domínio da execução de projetos de cooperação internacional**, uma vez que na sustentação de algumas iniciativas, está subjacente uma perspetiva de cooperação e responsabilidade social em detrimento de uma lógica exclusivamente comercial. A sustentabilidade económica é, contudo, o eixo fundamental da atividade desenvolvida.

Para concretizar a sua missão, a **AdP Internacional suporta-se essencialmente nas soluções, produtos e competências disponíveis nas empresas do Grupo** e estabelece parcerias com outras

entidades nacionais, contribuindo assim para o reforço da presença do setor português da água nos mercados internacionais. Assim, os serviços nucleares da AdP Internacional refletem a experiência e o saber das empresas do Grupo AdP, e estruturam-se nos seguintes tipos de atividades:



A cadeia de valor da empresa, consubstanciada nas áreas de serviço nucleares e nas competências distintivas, pode representar-se da seguinte forma:



Handwritten signature

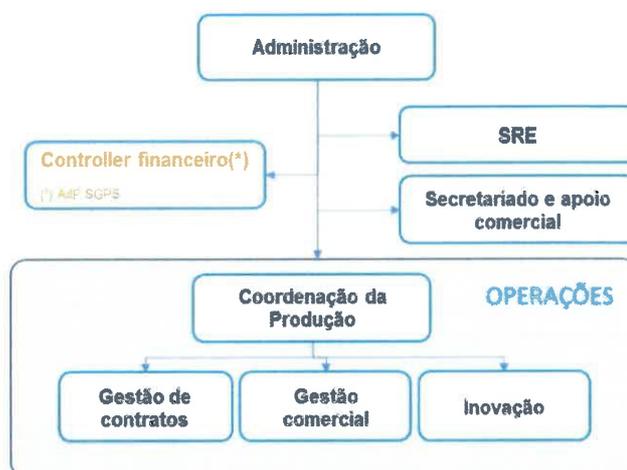
Estrutura acionista e Órgãos Sociais

A 31 de dezembro de 2018, o capital social da AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. era integralmente detido pelos seguintes acionistas:

Acionistas	%	Ações	Valor (Eur)
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100	35.000	175.000

Por deliberação da acionista única, a 1 de julho de 2016, foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2016/2018. A mesa da assembleia geral é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos em Assembleia Geral. O Conselho de Administração é composto por quatro membros, um dos quais presidente. A Assembleia Geral elegeu o presidente e um vogal na condição de gestores executivos e dois vogais na condição de gestores não executivos. O Fiscal único Efetivo e Suplente (ROC) foram igualmente eleitos por deliberação da acionista única, tomada com efeitos a 1 de julho de 2016.

Em 2018, e na sequência da reestruturação definida em 2016 para otimizar os resultados e aumentar a eficiência operacional, a estrutura organizacional da AdP Internacional apresenta a seguinte configuração:



Um dos aspetos relevantes no novo modelo organizativo é a responsabilização dos elementos das equipas por áreas funcionais. A equipa de sede é uma equipa pluridisciplinar, com uma versatilidade que permite que cada elemento desempenhe diferentes funções, para dar resposta às prioridades que se vão colocando ao longo do ano.

Destaques do ano/Principais Acontecimentos

i. Síntese

O ano de 2018 é um ano muito positivo para a AdP Internacional, em que se realça o **crescimento da atividade nos mercados-chave e uma melhoria excepcional nos seus resultados operacionais**.

O posicionamento estratégico da empresa e o processo de reestruturação iniciado no 2º semestre de 2016 está a contribuir para que as metas fixadas pelo acionista para o triénio de 2016-2018 sejam atingidas antecipadamente, nomeadamente o equilíbrio económico e financeiro da empresa, a par de um reforço de atividade nos mercados-chave e a expansão da presença internacional em novos mercados em África e na Ásia.

Resumidamente, a nível interno, em 2018 consolidaram-se as seguintes medidas adotadas em 2017 no sentido do **aumento da eficiência operacional e da redução dos custos de estrutura** da empresa:

- Otimização das estruturas dirigentes e de suporte presentes nos mercados-chave, nomeadamente em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique. Nestes 3 mercados foi eliminada a função de direção-geral até que o volume de contratos em execução justifique uma alteração desta situação.
- Integração de funções de produção e de execução contratual na equipa especializada de sede da AdP Internacional. Para além das funções comerciais e de desenvolvimento de negócio, a equipa de sede assumiu funções de produção em vários contratos, a par da atividade comercial, o que contribuiu para a redução dos custos de estrutura da empresa.
- Implementação do processo de preenchimento de time-sheet e reforço do acompanhamento dos processos de contabilidade de gestão. Estas medidas estão a contribuir para a melhoria do acompanhamento da situação económica e financeira dos projetos e consequentemente da informação de gestão.

No que diz respeito à execução de contratos, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- No mercado moçambicano, 2018 fica marcado pela implementação do PROJETO INFRA.MAIS - Medidas de Reforço das Disponibilidades de Água e de Aumento da Resiliência dos Sistemas de Abastecimento de Água Face às Alterações Climáticas, financiado pelo Fundo Ambiental.
- Em Angola tiveram continuidade os dois contratos de Assistência Técnica às Empresas de Abastecimento de Água e Saneamento do Uíge e do Huambo e a AdPI assinou um acordo com a Empresa de Água e Saneamento de Cabinda (EPASCABINDA EP) de Angola para promover a transferência de conhecimentos e a troca de experiências entre as duas entidades
- Em São Tomé e Príncipe, no seguimento das ações preconizadas nos anos anteriores, a AdP Internacional arrancou em Fevereiro de 2018 o Projeto MAAIS – Melhoria do Abastecimento de Água, Infraestruturas e Sensibilização da população de São Tomé e Príncipe – cujo beneficiário final foi a Empresa Publica responsável pelo Abastecimento de Água a todo o território do país, a EMAE - Empresa de Electricidade e Águas de São Tomé e Príncipe, financiado pelo Fundo Ambiental.
- No decurso do ano de 2018 a AdPI desenvolveu 3 Assistências Técnicas em Cabo Verde, todas elas enquadradas no Fundo Ambiental Português, a saber: Assistência Técnica à Águas de Santiago (AdS): Formação e Reforço de Competências de Gestão Comercial e Operacional, “Roadmap” para o Estabelecimento de uma Política de Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água em Situações de Escassez - Parte 2 e “Roadmap” para o Estabelecimento de uma Política de Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água em Situações de Escassez - Parte 2.
- Na Guiné Bissau, o ano de 2018 foi marcado pela submissão com sucesso de uma proposta para a Assistência Técnica à Empresa de Electricidade e Águas da Guiné Bissau (AT_EAGB), em parceria com a EdP Internacional e com a Leadership Business Consulting. O contrato foi assinado no final do ano e o projeto é financiado pelo Banco Mundial.
- Na Tunísia e em Marrocos, foram apresentadas diversas Manifestações de Interesse e Propostas, e foi executado um novo contrato no âmbito da “Convenção de Cooperação”, com a congénere Tunisina “Office National de l’Assainissement” (ONAS).
- No Malawi, o consórcio de empresas Portuguesas, no qual a AdP Internacional participa, iniciou a prestação de serviços, para a realização dos “Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe”, tendo sido assinado o respetivo contrato em Novembro, com a República do Malawi, o Conselho da Água de Lilongwe e o Conselho Municipal de Lilongwe.
- Em Timor Leste, 2018 fica marcado pela continuidade da implementação do Projeto de Assistência Técnica à Direcção Nacional de Saneamento Básico.

Em síntese, 2018 foi mais um ano de recuperação económica e financeira da AdP Internacional. A par de uma redução dos gastos de estrutura, verificou-se um aumento muito importante na atividade comercial medida pelo número de candidaturas submetidas a concursos internacionais e propostas apresentadas, bem como um aumento na atividade operacional a par com um crescimento expressivo do EBITDA da empresa.

Nos parágrafos seguintes é feita uma descrição detalhada dos principais acontecimentos ocorridos durante o ano de 2018.

ii. Atividade comercial

Acções comerciais

A AdPI centrou a actividade nas geografias onde já tinha experiência reforçando o desenvolvimento de negócio através de novos contactos e com a identificação de parceiros estratégicos com actividade noutros países.

Em 2018 a AdPI centrou a sua actividade em dois aspectos; na **identificação de novas oportunidades** de concurso para a implementação de projectos no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento e na **implementação de projectos** de contratos de anos anteriores que já vinha a gerir.

A identificação de novos projectos centrou-se na actividade desenvolvida pelas principais Instituições de Financiamento Multilateral que financiam projectos de apoio ao desenvolvimento e cooperação internacional, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Investimento.

Novas geografias foram também alvo de procura de oportunidades de contrato na tentativa de diversificação dos países alvo de intervenção da AdPI. A Índia, Arábia Saudita, Cazaquistão, são exemplos destes países aos quais se apresentaram dossiês de pré-qualificação.

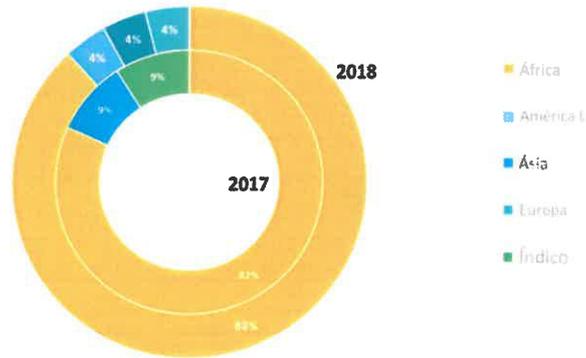


Mdl apresentadas em 2018

Em 2018 foram apresentadas 23 Mdl.

9 passaram a fase de proposta

8 oportunidades transitam para 2019 com potencial de passarem à fase de qualificação



Presença internacional

África e os países de expressão portuguesa, nos quais a experiência e conhecimento do Grupo AdP são muito valorizados, dominam a área geográfica. A presença do grupo AdP noutros continentes mantém-se como objectivo. A AdPI vai estabelecendo parcerias estratégicas e consórcios internacionais que potenciem o sucesso da pré-qualificação nos concursos internacionais.

Evolução da actividade comercial

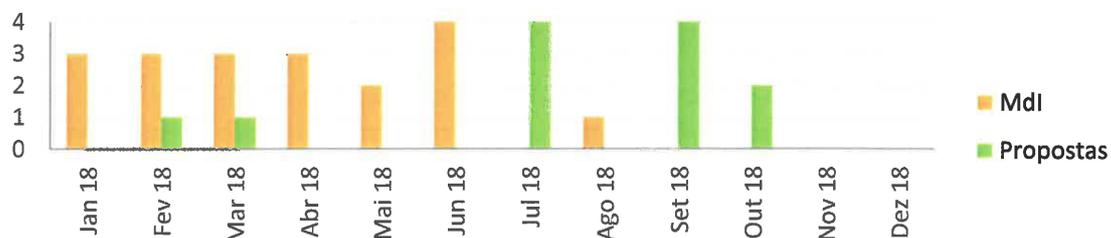
Em 2018 a AdPI assinou 2 novos contratos de projecto de assistência técnica, na Guiné-Bissau e Malawi, aos quais concorreu em consórcio com empresas nacionais assegurando a sua participação em novos projectos nestes países.

Apresentou individualmente 12 propostas técnicas que foram retidas no processo de avaliação para qualificação técnica e financeira. Até ao final do ano, os resultados desses concursos não foram disponibilizados pelos respectivos financiadores pelo que as propostas acima referidas poderão resultar em novos contratos em 2019.

A estes contratos, juntam-se novas oportunidades e projectos em vários países africanos de língua portuguesa e na Tunísia no âmbito do Fundo Ambiental em 2019.

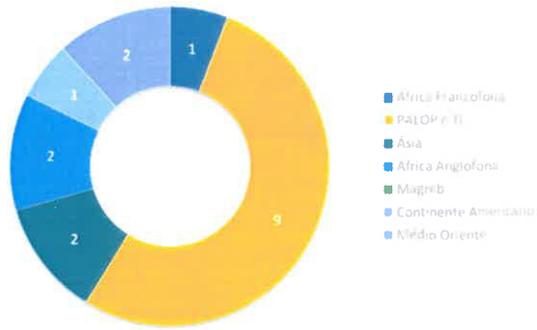
A identificação de novas oportunidades de projecto está na base da actividade comercial da AdPI. Em 2018 as propostas apresentadas recaem tendencialmente nos países de expressão portuguesa nos quais Angola se destaca. Isto é justificado pela resposta positiva a 6 concursos lançados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) no segundo semestre de 2018 no contexto de projectos de assistência técnica às empresas gestoras provinciais de Bengo, Namibe, Cunene, Cuanza Sul, Lunda Norte e Lunda Sul.

Actividade 2018 - Pré-qualificação (Mdl) e Qualificação (Propostas)



2018 foi também caracterizado pelo reforço das intervenções nos projectos que a AdPI já vinha a implementar nos anos anteriores, com particular ênfase em Angola onde terminaram os contratos de dois projectos de assistência técnica financiados pelo Banco Mundial nas províncias de Huambo e de Uíge no mês de Junho. Estes contratos foram estendidos até final do ano, tendo sido submetidos antecipadamente os pedidos de extensão contratual dos dois projectos acima referidos permitindo assim manter equipas técnicas e estruturas locais de apoio. Com a aprovação do financiador foi possível assegurar 2 novos contratos vigentes até 31 de Dezembro de 2018 e manter a expectativa de garantir a extensão dos mesmos até Junho de 2019.

mi p f



Propostas apresentadas em 2018

Das 17 propostas apresentadas em 2018, cerca de metade recaem sobre países lusófonos. Ainda assim houve um esforço de diversificação das áreas geográficas de actividade da AdPI.

Paralelamente, foram iniciados diversos processos de pré-qualificação em concursos internacionais no contexto do sector da água para assistência técnica a entidades como o Instituto Nacional de Recursos Hídricos e a UNICEF – Angola com intervenções mais diversificadas. Ainda em 2018 foi implementado o acordo de parceria WOP - “Water Operators Partnership” - entre a AdPI e a EPASCABINDA EP (Empresa de Água e Saneamento de Cabinda) com o financiamento pela UN – Habitat que permitiu desenvolver novos contactos e iniciar novos processos de na província de Cabinda abrindo novas perspectivas de projectos nesta província em 2019.

A área geográfica de intervenção

Os projectos apresentados focaram-se nas áreas de competência do Grupo AdP procurando utilizar os recursos, as competências técnicas internas e as ferramentas tecnológicas na implementação dos serviços propostos.

Em termos geográficos, os países lusófonos mantiveram destaque entre os países-alvo na procura de novos projectos. Este facto é justificado pela relevância que o Grupo AdP assume nestes países, em particular no Continente Africano. Procurou-se ainda diversificar as regiões de intervenção identificando oportunidades de negócio noutros países, desenvolvendo contactos e sinergias com outras entidades com experiências complementares permitindo reunir competências técnicas em consórcios internacionais com o objectivo de potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

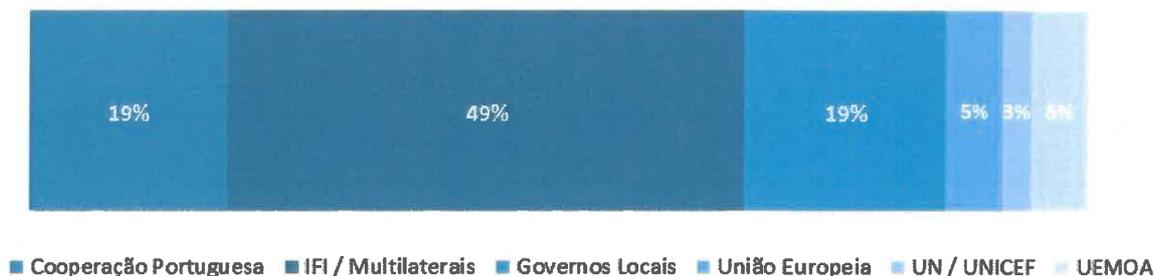
Principais financiadores

A actividade das agências de financiamento multilateral é muito relevante na pesquisa de oportunidades de projectos para a AdPI.

Os projectos implementados pela AdPI são financiados maioritariamente por diferentes instituições internacionais responsáveis por programas de financiamento multilateral como os Bancos de Desenvolvimento e por programas de Cooperação Bilateral entre estados.

Neste contexto, os projectos financiados pelo Fundo Ambiental do MATE assumem também relevância em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, no contexto do apoio ao desenvolvimento dos

Dispersão da procura de financiamento de projectos em 2018



PALOP e Timor Leste.

No financiamento multilateral, destacou-se o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) ao qual foram submetidas candidaturas aos concursos de projectos de assistência técnica a operadores de água provinciais em 6 províncias de Angola.

Os resultados destes concursos só serão conhecidos em 2019.

As restantes entidades englobam os processos de pré-qualificações (manifestação de interesse) e/ou qualificação (proposta) nas quais a AdPI se posicionou (individualmente ou em consórcio) com o objectivo de adquirir novos contratos.

Parcerias e consórcios

O estabelecimento de parcerias e consórcios faz parte da estratégia de desenvolvimento da actividade comercial. A identificação de novas oportunidades de projectos passa também pelo estabelecimento de consórcios e parcerias que permitem chegar a outros geografias e potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

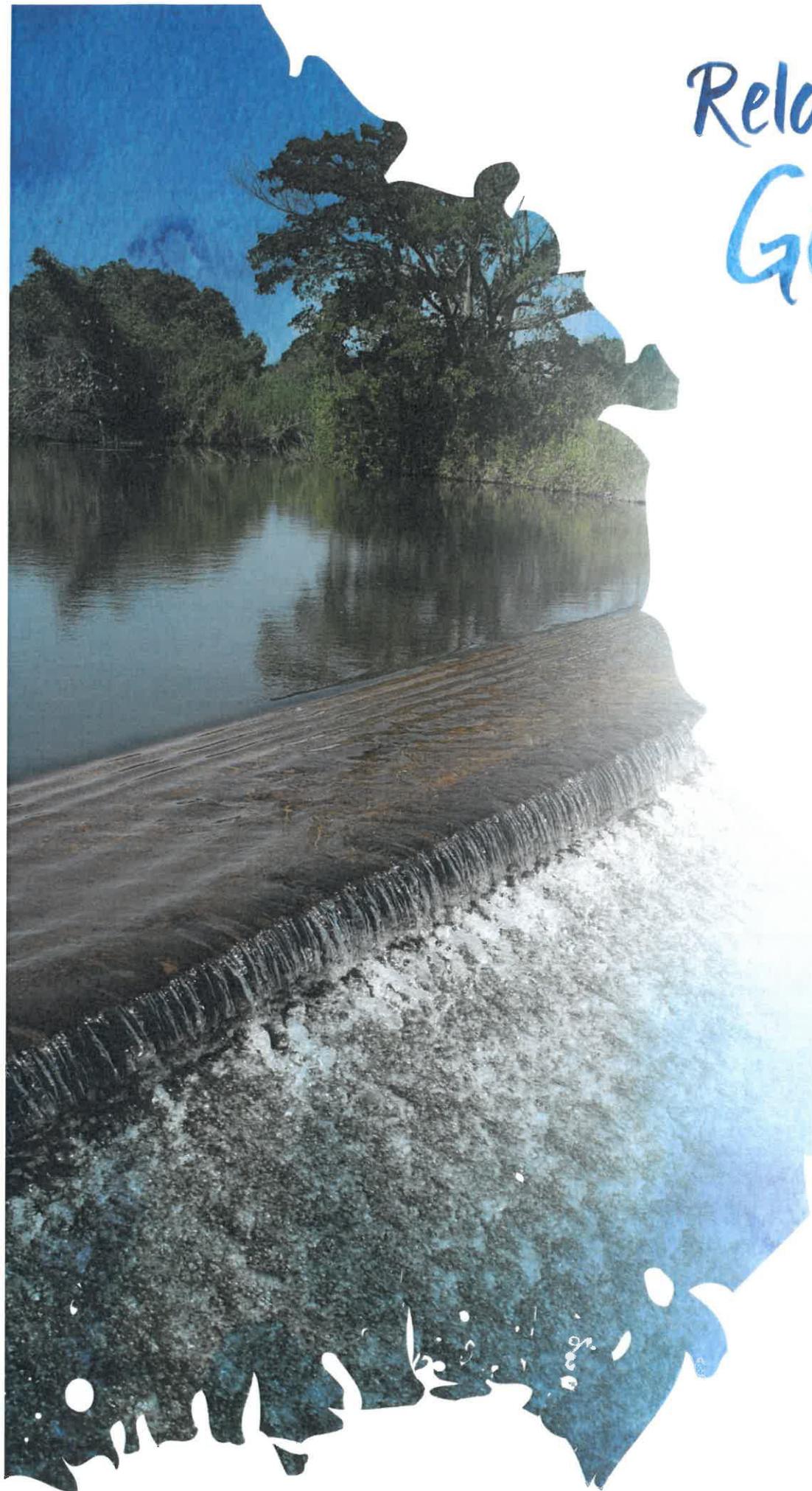
As entidades parceiras dos projectos são maioritariamente empresas com experiência no sector da água e que actuam em áreas geográficas nas quais a AdPI procurou associar-se para reunir competências técnica e experiência local no país alvo da intervenção.

Em 2018 destaca-se a continuação da parceria com a WAPCOS Limited uma empresa pública indiana associada ao do Ministério de Recursos Hídricos que presta serviços nas áreas de recursos hídricos, energia e infraestruturas com vários projetos em toda a Índia, Ásia e África. A parceria com a WAPCOS resultou na identificação e pré-qualificação conjunta a 6 oportunidades de projecto que poderão resultar em novos contratos de serviços em 2019.

No âmbito internacional destacam-se também a Nippon Koei, empresa japonesa de engenharia, a GFA Consulting, empresa alemã de consultoria para o desenvolvimento económico e social e a consultora Deloitte, com as quais foram elaboradas respostas conjuntas a concursos internacionais nas geografias acima referidas.

Em Portugal, entidades de outros sectores, como a investigação científica e tecnológica e o desenvolvimento social, associaram-se a projectos da AdPI. Destaca-se o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) a organização não-governamental portuguesa IMVF – Instituto Marquês de Vale Flor, com competências específicas e actividade em áreas complementares que valorizaram as propostas de projecto apresentadas.

Relatório de Gestão



iii. Projetos e iniciativas em curso

Moçambique

No mercado moçambicano, 2018 fica marcado pela implementação do **PROJETO INFRA.MAIS - Medidas de Reforço das Disponibilidades de Água e de Aumento da Resiliência dos Sistemas de Abastecimento de Água Face às Alterações Climáticas.**

Face ao papel estrutural que o FIPAG desempenha no abastecimento de água em Moçambique, tendo como função principal gerir o Património e o Programa de Investimento Público nos Sistemas de Abastecimento de Água nas principais cidades, entendeu esta entidade desenvolver um conjunto de ações com vista à adaptação dos sistemas às alterações climáticas que, de forma intensa, têm assolado o país. Assim, o FIPAG definiu três vetores estratégicos de medidas de ação, que lhe irão permitir continuamente e de forma sustentada (1) reforçar o abastecimento de água às populações urbanas e periurbanas, através da tomada de medidas de emergência no âmbito da seca, com aproveitamento de novas origens de água, sejam subterrâneas ou águas superficiais, (2) a implementação de medidas para a gestão e controlo de perdas e fugas de água nos sistemas de abastecimento de água, e (3) o aumento da resiliência operacional dos sistemas de abastecimento de água num quadro de adaptação às alterações climáticas através da definição e implementação de diretrizes, políticas e modelos de gestão patrimonial das infraestruturas de abastecimento de água.

Procurando dar resposta a esses vetores estratégicos a Águas de Portugal Internacional, ao abrigo de um programa de financiamento do Fundo Ambiental, desenvolveu o Projeto INFRA.MAIS, que incluiu os seguintes componentes:

Componente 1 – Gestão e controlo de perdas de água

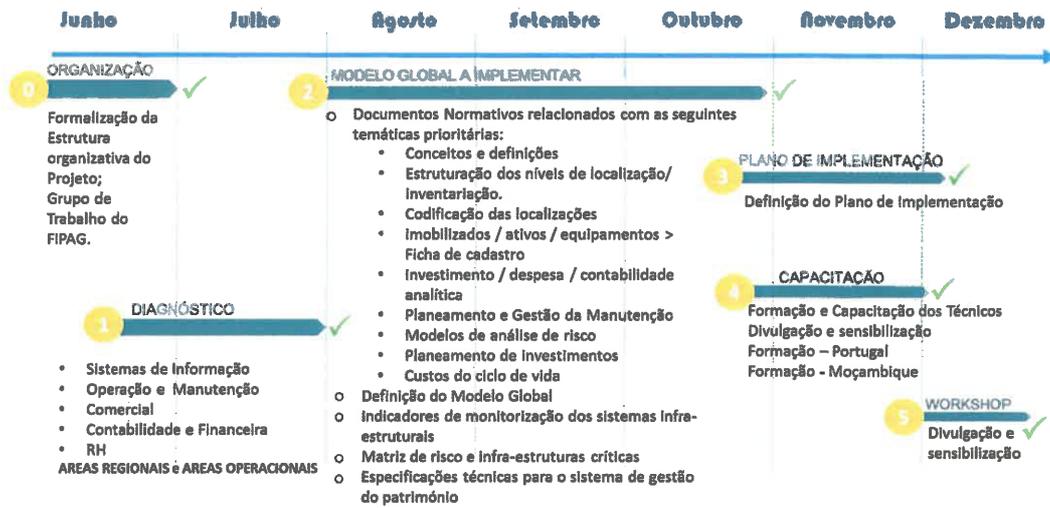
Componente 2 – Assistência técnica ao programa de Gestão do Património Infraestrutural (GPI)

A Componente 1 visou contribuir para a redução das perdas de água num horizonte temporal de curto prazo através do planeamento de aquisição de medidores de caudal a instalar nas zonas de medição e controlo (ZMC) do sistema de abastecimento de água, tendo sido realizadas as seguintes ações:

- Definição dos requisitos técnicos para a aquisição e instalação dos equipamentos de medição (macromedidores);
- Cofinanciamento da aquisição de equipamentos de medição com base no caderno de requisitos definidos anteriormente;
- Capacitação de técnicos do FIPAG e da AdeM, através da realização em Portugal de uma ação de formação na área de Gestão e Controlo de Perdas em Sistemas de Abastecimento de Água, com a duração de 40 horas.



Com o trabalho desenvolvido para a Componente 2 pretendeu-se dotar o FIPAG de metodologias, sistemas, processos e procedimentos para uma gestão sustentável e resiliente do seu património infraestrutural. Para o efeito foram implementadas as seguintes etapas:



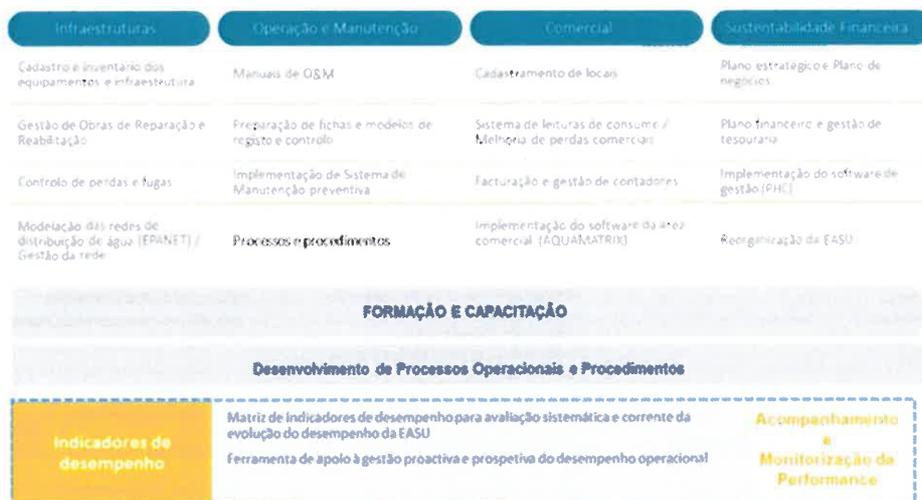
Esta Componente incluiu ainda a capacitação dos quadros técnicos do FIPAG, através de um programa de formações que abordou as matérias mais operacionais, de inventariação, de manutenção e respetivos sistemas de informação e de operação no contexto do ciclo de vida das infraestruturas.

No final do projeto realizou-se ainda um “workshop” sobre o tema Abordagens e Medidas para Adaptação às Alterações Climáticas e Aumento da Resiliência dos Sistemas de Abastecimento de Água alargado a todos os intervenientes institucionais do setor da água e saneamento de Moçambique.



Angola

Em Angola tiveram continuidade os dois contratos de Assistência Técnica às Empresas de Abastecimento de Água e Saneamento do Uige e do Huambo, cujo âmbito se apresenta na figura abaixo e que se descrevem em seguida.



O término de ambos os contratos estava previsto para Setembro de 2018, mas por solicitação do Banco Mundial, concluíram-se em Junho de 2018. Esta solicitação foi efetuada em consonância com os procedimentos contratuais do Banco Mundial (financiador), para permitir estender as AT's da AdP até Dezembro de 2018. Assim, ao abrigo do novo programa de financiamento para Angola (PDISA II), assinaram-se em Julho de 2018 para o Huambo e Uíge, novos contratos vigentes até 31 de Dezembro de 2018 (prevendo-se que possa haver uma extensão de ambos os contratos até Junho de 2019), mantendo-se tanto o âmbito como os objetivos preconizados nos anteriores contratos, destacando-se:

- Apoio e aconselhamento à EASU sobre a gestão de estruturação contínua da empresa;
- Elaboração do Inventário para Gestão de Ativos;
- Elaboração de um Plano de Negócios com perspetiva a três anos;
- Instalação de programas para a Gestão Comercial, Gestão Financeira e Contabilidade;
- Elaboração de Manuais para Operação, Manutenção, e Gestão Comercial;
- Implementação do sistema de Gestão Comercial, tendo em atenção a faturação, cobrança e relação com os clientes;
- Colaboração na preparação das demonstrações financeiras anuais da EASU;
- Preparação e manutenção do modelo computadorizado EPANET da rede de distribuição de água;
- Implementação do sistema regular de medição e controlo da água distribuída e consumida.
- Georreferenciação dos equipamentos e instalações;
- Implementação do Plano de Segurança da Água;
- Implementação do Gabinete de Gestão de Activos;
- Formação contínua direccionada para todos os quadros técnicos da empresa, com base no planeamento definido;

Assistência técnica à Empresa de Água e Saneamento do Uíge (EASU)

Em conformidade com estes objetivos, e em paralelo com os restantes trabalhos, o ano de 2018 foi essencialmente dedicado a solidificar os processos e procedimentos já implementados nas várias áreas técnicas da EASU (fundamentalmente O&M, comercial, contabilidade). Neste sentido, a equipa da AdP focou-se em fomentar a autonomia da gestão operacional da EASU, motivando os seus técnicos e acompanhando-os diariamente nas suas rotinas e tarefas diárias.

De um modo geral, verificou-se uma melhoria contínua no cumprimento dos objetivos definidos para a EASU, comprovada pelos resultados dos indicadores mensais que têm por base o registo diário das atividades da empresa.

Não obstante o Banco Mundial ter apenas definido 7 indicadores de carácter obrigatório, desde 2015 que a AdP Internacional optou por implementar outros mais 23 indicadores de forma a contribuir para uma

Handwritten signature/initials

melhor avaliação de desempenho e identificação de zonas de melhoria. Nesse sentido, registaram-se em 2018 várias e significativas melhorias nos resultados obtidos em todas as áreas de atividade da EASU.

Em 2018 foram realizadas duas ações de formação em Portugal, cada uma com a duração de 15 dias, nas áreas Comercial, Operação e Manutenção, com a inserção dos técnicos da EASU em equipas de trabalho locais, registando-se um bom aproveitamento em função dos resultados obtidos.



A Assistência técnica à Empresa de Água e Saneamento do Huambo (EASH) é semelhante ao projeto referido anteriormente, quer em termos de objetivos, atividades, duração, datas contratuais e financiador. De igual forma o ano de 2018 foi essencialmente dedicado a solidificar os processos e procedimentos já implementados nas várias áreas técnicas da EASH (fundamentalmente O&M, comercial, contabilidade). Neste sentido, a equipa da AdP focou-se em fomentar a autonomia da gestão operacional da EASH, motivando os seus técnicos e acompanhando-os diariamente nas suas rotinas e tarefas diárias.

Em linha com o preconizado no contrato, além de todas as ações de formação no local de trabalho nas áreas de operação, manutenção e gestão de clientes, foram realizadas duas missões de formação de técnicos da EASH a empresas do Grupo AdP (Águas de Santo André e Águas da Região de Aveiro).



Acordo de Parceria Entre Operadores de Água (“WOP - Water Operators Partnership” Agreement)

Iniciando um processo inovador de parceria, a AdPI assinou em 2018 um acordo com a Empresa de Água e Saneamento de Cabinda (EPASCABINDA EP) de Angola para promover a transferência de conhecimentos e a troca de experiências entre as duas entidades. O objectivo foi partilhar o acervo de competências e recursos técnicos, contribuindo para aumentar a capacidade técnica global e para melhorar o desempenho nos SAAS trazendo benefícios para as populações mais desfavorecidas.

O acordo foi financiado pelo Programa de Aliança e Parcerias de Operadores de Água Globais (GWOPA – “Global Water Organizations Partnership Agreement”) das Nações Unidas (UN) gerido pela UN-

Habitat e coordenado localmente pela UNICEF – Angola e pela com o apoio da Direcção Nacional de Águas (DNA) do Ministério de Energia e Águas (MINEA) de Angola.

A par de contribuir para reforçar a capacidade da actuação da EPASCABINDA este acordo permitiu contribuir também para prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em especial o “Objetivo 6” sobre água e o “Objetivo 11” sobre urbanização, e ainda ajudar a concretizar a Resolução 64/292 da Assembleia Geral da ONU sobre o Direito Humano à Água.

A partir de março de 2018 foram iniciadas 4 missões de apoio técnico com a deslocação de técnicos da EPASCABINDA e da AdPI entre Portugal e Angola, com base num conjunto de actividades formação e capacitação para a promoção da troca de experiências e conhecimentos entre os técnicos das duas entidades. As actividades centraram-se em quatro áreas, nomeadamente; Área Administrativa e de Recursos Humanos, Área Comercial, Área Financeira e Área Técnica de Operação e Manutenção para as quais a AdPI disponibilizou recursos técnicos, via profissionais dos seus quadros, que apoiaram e capacitaram os seus pares dos quadros técnicos da EPASCABINDA.



Sede da EPASCABINDA EP (Cabinda) e Loja do Município de Belize (Cabinda).



Infraestruturas do sistema de Belize e instalações da ETA de Buco – Zau, Cabinda.

Da implementação do acordo fez parte a organização de uma missão técnica em Portugal durante a qual os técnicos angolanos tiveram contacto directo com técnicos e com empresas do Grupo Águas de Portugal ficando a conhecer diversas infraestruturas e suas actividades no sector de abastecimento de água e saneamento em Portugal. A selecção das entidades e infraestruturas visitadas foi ao encontro da especificidade da actividade de cada um dos técnicos da EPASC e às áreas temáticas que estão na base do acordo WOP Cabinda, destacando-se:

- A área comercial e actividade dos serviços aos clientes finais da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas de Lisboa EP
- As actividades de formação e desenvolvimento de competências internas do Grupo AdP da Academia das Águas Livres
- A actividade e instalações da ETA de Vale da Pedra
- A organização e gestão no SAAS a nível municipal via actividade dos Serviços Inter - Municipais de Oeiras e Amadora (SIMAS)



EPAL (Lisboa) e ETA Monte Novo (Évora), Portugal.

O acordo de parceria terminou em dezembro com a participação da AdPI na sessão final de encerramento organizada pela UNICEF – Angola em Luanda com a presença de diversas entidades sectoriais que contribuem para o desenvolvimento do sector de abastecimento de água no país.

Tendo seguido os fundamentos dos acordos “WOP” esta foi mais uma oportunidade para a AdPI reforçar a sua intervenção na área da cooperação internacional para o desenvolvimento, como fonte de inovação, de transferência de competências e conhecimentos que são necessários para superar os obstáculos da prestação dos SAAS no contexto local e regional da actividade dos operadores nos Países Em Desenvolvimento.

São Tomé e Príncipe

No seguimento das ações preconizadas nos anos anteriores, a AdP Internacional arrancou em Fevereiro de 2018 o Projeto MAAIS – Melhoria do Abastecimento de Água, Infraestruturas e Sensibilização da população de São Tomé e Príncipe – cujo beneficiário final foi a Empresa Publica responsável pelo Abastecimento de Água a todo o território do país, a EMAE - Empresa de Electricidade e Águas de São Tomé e Príncipe.

- Mais Disponibilidade de Água às populações
- Mais Qualidade da Água Abastecida às populações
- Mais Informação sobre as infraestruturas de Água
- Mais Educação e Sensibilização junto das Comunidades sobre o Uso Sustentável das Infraestruturas de Água

O projeto teve o financiamento do fundo Ambiental do Ministério Português do Ambiente, em sequência da celebração de um Protocolo de Cooperação entre Portugal e São Tomé e Príncipe, assinado em finais de Janeiro de 2018.



Os principais objetivos do projeto foram (1) **Contribuir para o aumento qualitativo e quantitativo das taxas de cobertura de acesso à água potável em STP**, (2) **Contribuir para o aumento do desempenho da EMAE na sua vertente operacional** (3) **Contribuir para a mudança de atitude da população de STP face ao uso sustentável da água.**

Destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas:

- Apoiar a EMAE no desenvolvimento do cadastro infraestrutural dos seus activos. O levantamento e cadastro de todos os activos da EMAE permitirá à EMAE ter uma base de dados consolidada e actualizada dos seus bens infraestruturais permitindo uma gestão cuidada e sustentável.
- Apoiar a EMAE nas áreas de gestão operacional e gestão da manutenção dos sistemas infraestruturais de abastecimento de água e nos processos de controlo ativo de perdas e fugas; Destaca-se o desenvolvimento e implementação de uma ferramenta de Gestão de Manutenção (Manutec), a aquisição e entrega de um conjunto vasto de ferramentas de manutenção de forma a dotar as equipas de meios para realizar as intervenções de manutenção e a aquisição de Macro medidores para os principais sistemas juntamente com um sistema de telemetria e correspondente supervisão.
 A macromedição permitirá à EMAE ter um conhecimento mais rigoroso dos volumes produzidos e abastecidos e melhorar a gestão de controlo de perdas nos sistemas. Todos os 16 Sistemas estão também dotados com instruções claras e simples sobre os processos operacionais e de manutenção.
- Apoiar a EMAE na melhoria dos serviços de Controlo e Monitoria da Qualidade da Água, onde podemos destacar a elaboração e implementação do plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) e de melhorias em todo o processo laboratorial.
- Continuidade na Implementação do Sistema de Informação geográfica (G/ Interaqua) relativo a todos os 16 sistemas de Abastecimento de Água da responsabilidade da EMAE. Paralelamente foi também parametrizado e instalado uma versão WEB (Web SIG) para visualização e consulta por toda a EMAE, nomeadamente a Área Comercial.
- Implementação de uma ferramenta de gestão de Indicadores de desempenho, adaptada à realidade e estrutura da EMAE com permissões de acesso e responsabilidades por cada uma das áreas de intervenção. Esta ferramenta gere cerca de 30 indicadores de desempenho relacionados com as áreas de intervenção da EMAE no domínio da água e permite à Direcção Geral e aos responsáveis dos vários Departamentos acompanharem, de forma prática, a evolução mensal e anual dos seus resultados.
- O desenvolvimento contínuo de acções de capacitação on job e formações em sala de modo a uma transferência de conhecimentos e capacitação contínua dos quadros técnicos da EMAE;
- Desenvolvimento de uma campanha de sensibilização da população sobre o uso sustentável da água, em parceria com a Ecovisão e a Parceria Nacional para a Água de São Tomé e Príncipe (PNASTP).

Handwritten signature/initials

O projecto recebeu a total receptividade e a colaboração por parte dos responsáveis e técnicos da EMAE, demonstrando um grande apreço pelo trabalho que tem sido desenvolvido, pelas novas ferramentas introduzidas e pelas melhorias sentidas nas várias áreas de actuação.

É de salientar também o reconhecimento por parte do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente de São Tomé e Príncipe e pela própria EMAE, pelas ações preconizadas e pelas mais-valias que a Assistência Técnica trouxe à gestão operacional e administrativa desta empresa.



Cabo Verde

No decurso do ano de 2018 a AdPI desenvolveu 3 Assistências Técnicas em Cabo Verde, todas elas enquadradas no Fundo Ambiental Português, a saber:

Assistência Técnica à Águas de Santiago (AdS): Formação e Reforço de Competências de Gestão Comercial e Operacional;

Esta Assistência Técnica desenvolveu-se em 2 vertentes/componentes:

Componente 1 – Apoio à Atividade Comercial da Águas de Santiago – Software AQUAmatrix

Os trabalhos desenvolvidos nesta Componente foram os seguintes:

- Parametrização do AQUAmatrix de modo a dar resposta aos requisitos das Águas de Santiago;
- Formação, esclarecimento e acompanhamento aos utilizadores das Águas de Santiago.
- Identificação de problemas existentes e sua resolução.
- Consultadoria e correções de anomalias existentes.

Componente 2 – Acompanhamento da Estrutura de Planeamento e Controlo de Gestão, bem como da Monitorização do Desempenho Ambiental e da Qualidade de Serviço

Os trabalhos envolveram um conjunto coordenado de atividades tendentes à qualificação da estrutura de Planeamento e Controlo de Gestão da Águas de Santiago, para a determinação e monitorização de indicadores relativos a perdas totais e a produtividade. Estes indicadores foram considerados como os mais críticos na situação atual, sendo essencial o conhecimento fundamentado do seu estado, como premissa para a definição de medidas tendentes à respetiva melhoria, bem como para a avaliação da eficácia daquelas medidas.

A determinação daqueles indicadores foi efetuada em duas fases: à escala Piloto e, posteriormente, à escala Municipal. Desta forma conseguiu-se “customizar” metodologias (otimizando a informação disponível) e reforçar a componente formativa em ambiente de trabalho.

Esta Componente do trabalho incluiu ainda 2 ações de formação sobre o tema de indicadores de desempenho ambiental no setor da água e de saneamento e de medidas de gestão dos sistemas de abastecimento de água adequadas a situações de escassez de água, bem como de processos que produzem indicadores de gestão comerciais e sobre a relação e comunicação com os stakeholders.



“Roadmap” para o Estabelecimento de uma Política de Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água em Situações de Escassez - Parte 2;

No decurso do ano de 2017, sob o enquadramento dos protocolos de Cooperação ratificados entre Portugal e Cabo Verde na área do Ambiente, a Águas de Portugal Internacional procedeu ao desenvolvimento de um documento estratégico (Road Map) para ANAS evidenciando um conjunto de linhas orientadoras que deveriam ser tomadas em consideração para a elaboração de uma análise multidimensional que contribuísse para a regulamentação das prioridades dos usos da água em situações críticas.

Em 2018 foi dada continuidade ao projeto, sendo que nesta 2ª fase se pretendeu produzir um “tool-kit” sobre prevenção e gestão de conflitos de água concebido de acordo com as especificidades política, económica, social, tecnológica e ambiental de Cabo Verde, alinhado com as suas estratégias de gestão dos recursos hídricos e elaborado “in situ”, com a participação das partes interessadas, nomeadamente dos diversos utilizadores, agentes de desenvolvimento e funcionários das autoridades públicas. Com o “tool-kit” procurou-se enunciar as razões que explicam os conflitos, as estratégias para os prevenir e gerir, os instrumentos que se podem utilizar e ainda constituir um guia de ação para os decisores e agentes no terreno com responsabilidade da sua resolução.

Em paralelo foi desenvolvido um modelo preditivo de avaliação do stress hídrico e da garantia de abastecimento tendo em conta o impacto das alterações climáticas

O projeto contemplou ainda diversas ações de capacitação dos técnicos da ANAS, com formação específica em Ferramentas de Negociação e Mediação de Conflitos de Água.



“Roadmap” dos Resíduos em Cabo Verde.

No projeto “Roadmap dos Resíduos em Cabo Verde”, resultante da parceria com a empresa Ecovisão, em 2018 foi dada continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores. Neste projeto foram elaborados dois tipos de documentos principais de planeamento para o setor dos resíduos, a saber: na Fase 1 (desenvolvida em 2015-2016) uma estratégia nacional, consagrada no Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos (PENGeR), na Fase 2, em 2017, um conjunto de planeamentos operacionais, definidos em Planos de Ação para 5 ilhas do arquipélago (Sal, S. Vicente, Brava, Fogo e Santo Antão), e finalmente na Fase 3, em 2018, os Planos de Ação para as ilhas de São Nicolau e Maio.

As Fases 2 e 3 do projeto compreenderam assim uma operacionalização da estratégia proposta, avaliando em detalhe as soluções definidas no PENGeR e aferindo a sua adequabilidade e viabilidade, estabelecendo assim o quadro de soluções tecnológicas e de gestão para o setor dos resíduos em cada Ilha. Os planos de ação desenvolvidos transpõem assim para uma vertente operacional o delineado no PENGeR, propondo uma visão global para a gestão de resíduos em cada ilha até 2030.

Este processo foi complementado por um conjunto diverso de ações de capacitação, onde foi dado destaque à temática das alterações climáticas e a sua relação com o setor dos resíduos, à estruturação da gestão de resíduos e interligação aos princípios de circularidade económica, e também um foco à vertente de implementação de projetos, qualificando estes elementos para o futuro acompanhamento de projetos diversos na área dos resíduos e alterações climáticas.

Guiné-Bissau

Na Guiné Bissau, o primeiro trimestre de 2018 ficou marcado com a continuidade dos trabalhos da Assistência Técnica à Electricidade e Águas da Guiné Bissau (AT_EAGB), iniciada em finais de 2017. A AT_EAGB teve por objetivo capacitar os técnicos da EAGB e criar as devidas condições para implementação do cadastro de infraestruturas de abastecimento de água, suportado por um adequado Sistema de Informação Geográfica (SIG). A Assistência Técnica foi desenvolvida com a premissa de demonstrar e fomentar, em toda a estrutura da Empresa, a necessidade contínua de atualização e manutenção de toda a informação infraestrutural e a sua relevância não só para a melhoria da Operação e Manutenção dos sistemas de abastecimento, como também como ferramenta de apoio à gestão da EAGB.



A metodologia preconizada na EAGB teve em consideração a necessidade de levantamento de dados em campo e a sua reposição em ferramenta SIG vocacionada especificamente para a gestão de sistemas de abastecimento de água e incluiu as seguintes atividades:

- Análise e diagnóstico da situação atual, processos e recursos utilizados;
- Definição de modelos e soluções a adotar;
- Criação de um protótipo operacional;
- Formação do corpo técnico da EAGB.

Os trabalhos dos técnicos da AdP I, em Bissau, terminaram em Março de 2018, no entanto manteve-se a assistência remota, através de Portugal, até ao final do ano.

Durante o ano de 2018, foram efetuadas várias missões onde foram realizadas reuniões de trabalho com governantes e parceiros de desenvolvimento da Guiné Bissau tais como: Embaixada de Portugal na Guiné Bissau, AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia, UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental e outras entidades, com vista a prospeção do mercado e conhecer os planos de financiamento no sector do saneamento e abastecimento de água.

Nesse contexto, teve-se conhecimento que o Banco Mundial financiou o concurso para Assistência Técnica à EAGB (Electricidade e Águas da Guiné Bissau) no âmbito da Gestão e Operação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Energia. A AdP Internacional, em consórcio com a EDP Internacional e a LEADERSHIP, concorreu e ganhou o referido concurso cujo contrato foi negociado, em Outubro, e assinado em finais de Novembro de 2018.

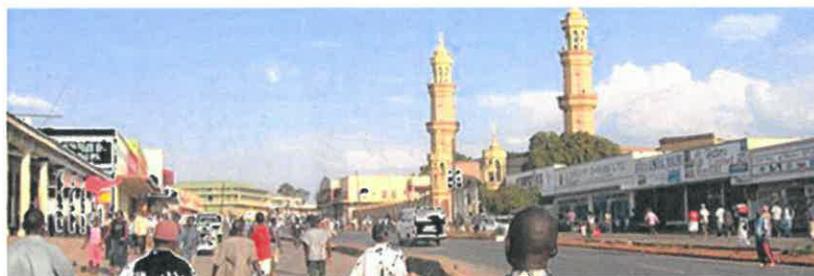
Malawi

O consórcio de empresas Portuguesas, em que a AdP Internacional participa, iniciou a prestação de serviços, para a realização dos “Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe”, tendo sido assinado o respetivo contrato em Novembro, com a República do Malawi, o Conselho da Água de Lilongwe e o Conselho Municipal de Lilongwe.

Este processo decorre da resposta a um concurso internacional, ao qual o Consórcio Português onde a AdP Internacional participa, tendo obtido a melhor pontuação, no conjunto dos processos de avaliação das propostas técnicas e económicas.

Este estudo é financiado pelo Banco Mundial, com a participação de técnicos especialistas da AdP Internacional e do Grupo AdP, bem como de outros reputados especialistas Portugueses.

O projeto tem a duração de 18 meses, abrindo novas áreas de intervenção da AdP Internacional neste país, bem como nos países limítrofes.



Norte de África

Durante 2018, a AdP Internacional teve uma ação ativa na África Francófona, particularmente na Tunísia e em Marrocos, com a apresentação de diversas Manifestações de Interesse e Propostas, bem como o arranque de um novo contrato com a “Convenção de Cooperação”, com a congénere Tunisina “Office National de l’Assainissement” (ONAS). Este projeto é composto por cinco (5) componentes distintas, todas na área do saneamento e tratamento de águas residuais, nomeadamente:

- "Saneamento de povoações com menos 10.000 habitantes - estudo técnico-económico para escolha dos sistemas de tratamento mais adequados";
- «Elaboração de um plano de 5 anos, para a destino final das lamas (de ETAR), para a Região Norte da Tunísia»;
- «Desenvolvimento de um Estudo Estratégico para a Eficiência Energética nas ETAR da ONAS»;

- «Reaproveitamento das águas residuais, com tratamento terciário na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Mornaguia: Aplicação às culturas hortícolas (excluindo o espectro cultural)»;
- "Apoio técnico e institucional à governança descentralizada dos serviços de saneamento".

O contrato para a prestação de serviços foi assinado em 2018, desenvolvendo-se igualmente ao longo de 2019, com a participação de técnicos especialistas da **AdP Internacional** e do **Grupo AdP**, de forma a partilhar os conhecimentos e experiência adquiridos no **Grupo AdP**, na área de saneamento.

Refira-se que todo o processo de cooperação decorre do “*Memorandum de Entendimento*”, entre Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, estabelecido no início de 2018, tendo a **AdP Internacional** contribuído com os 5 projetos, acima descritos.

Como forma de responder às solicitações da ONAS, a **AdP Internacional** poderá eventualmente, ao longo de 2019, vir a desenvolver um sexto (6) projeto na área da formação e capacitação de quadros (operadores de ETAR, técnicos, decisores) na gestão de sistemas de saneamento, com formação na Tunísia e em Portugal.



Ásia e Timor-Leste

Timor Leste

Em Timor Leste, 2018 fica marcado pela continuidade da implementação do Projeto de Assistência Técnica à Direcção Nacional de Saneamento Básico, nomeadamente pela conclusão das seguintes componentes:

- Revisão do Plano Director de Saneamento de Díli (2020 – 2036);
- Desenvolvimento de 5 Projectos de Execução de Estações de Tratamento de Águas Residuais para pequenos aglomerados habitacionais.

As restantes três componentes do projeto encontram-se em fase de conclusão, sendo o desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental a mais atrasada em virtude do alargamento do âmbito, por solicitação do Cliente.



Figura 1 – À esquerda desenho tridimensional da solução de tratamento; à direita faseamento do plano director de saneamento

Também em 2018 a AdP Timor Leste foi a entidade seleccionada para proceder à implementação da Rede de Controlo de Qualidade da Água, projeto financiado pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e da Transição Energética do Governo de Portugal, e que contemplou as seguintes componentes:

Componente 1:

- Formação e capacitação teórica e prática dos técnicos de laboratório;
- Implementação de ferramentas de controlo de qualidade analítico interno e externo para os métodos realizados no laboratório, incluindo os ensaios de campo e a amostragem;
- Implementação de base de dados para registo dos resultados analíticos de controlo de qualidade da água de consumo humano e análise desses dados;
- Apoio no processo de recrutamento e selecção de candidatos visando a sua integração no quadro de pessoal da Direção Nacional dos Serviços de Água.

Componente 2:

- Apoio jurídico de forma a possibilitar a concretizar a criação de legislação pertinente para o sector de água e saneamento.

No âmbito do referido projeto, salientam-se as acções de formação marcadas pela grande participação e interesse dos formandos timorenses, assim como o desenvolvimento de uma plataforma para carregamento, aprovação e consulta de dados analíticos sobre a qualidade da água.



Figura 2 – à esquerda formandos com o certificado de formação; à direita pagina inicial da base de dados

Ainda no mercado asiático, e no âmbito de uma missão ao Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), em Manila, decorreram um conjunto de contatos com os responsáveis do Banco, tendo por objetivo a definição de um projeto no quadro dos Twinning Programs, que permita a participação da AdP Internacional em conjunto com uma entidade beneficiária de um país asiático, ainda a definir.

Principais Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros apresentados refletem a natureza concorrencial da AdP Internacional. A empresa tem a sua actividade focalizada nos mercados internacionais, e a sua evolução está relacionada com as oportunidades existentes e a competitividade da empresa para as concretizar. A AdP Internacional concorre com os maiores players internacionais no sector da água, e defronta-se com uma competição cada vez mais forte e mais diversificada. Nos últimos anos denota-se uma tendência crescente dos operadores públicos em regiões desenvolvidas e em desenvolvimento para diversificarem as áreas de ação e virarem-se para os mercados internacionais à procura de oportunidades de negócio. A AdP Internacional tem a grande mais-valia de poder contar com uma equipa de potenciais 3000 colaboradores pertencentes ao Grupo AdP com fortes competências nas áreas de atuação da AdP Internacional,

A evolução dos indicadores económico-financeiros da empresa denotam também a sua natureza de empresa no mercado, em que a oscilação do volume de negócios está diretamente relacionada com a oscilação dos gastos operacionais: em períodos com maior número de contratos em execução, os gastos operacionais aumentam na proporção. Salienta-se ainda os aspetos relacionados com a volatilidade cambial, com um peso significativo nos encargos financeiros.

Em síntese, é relevante ter com conta que a análise dos indicadores se encontra condicionada pela natureza da sua atividade, que é dependente dos concursos internacionais ganhos em cada ano e das medidas organizacionais internas adoptadas para a otimização dos gastos operacionais e para o aumento da competitividade da empresa.

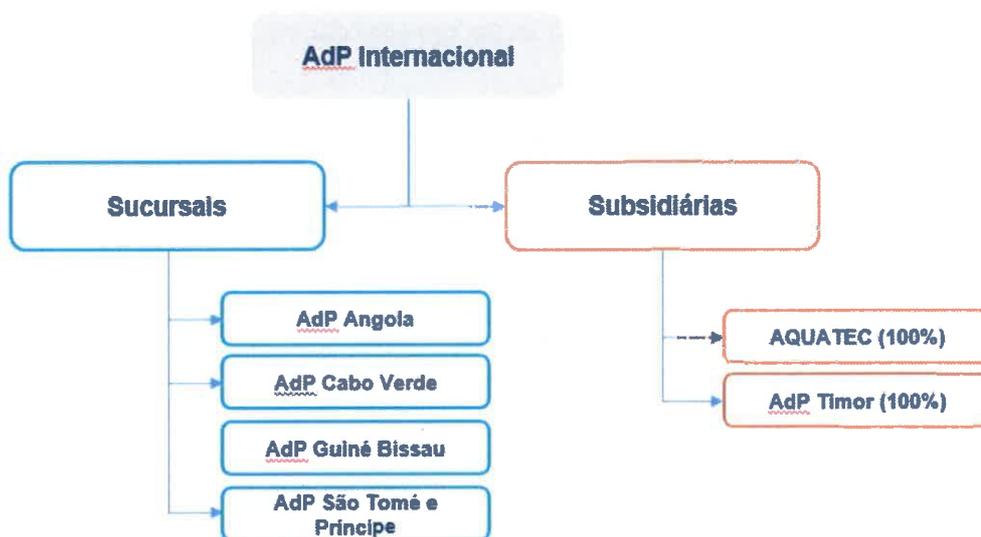
INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	Un: m€				
	2016 Rexpresso	2017	2018	Var 2018 / 2017	
				Valor	%
Volume de Negócios	2 011	3 777	3 991	214	6%
Cash-Flow Operacional(EBITDA)*	(1 091)	329	397	68	21%
Margem EBITDA	-54%	9%	10%	0	14%
Resultado Operacional	(3 980)	166	165	(1)	1%
Resultado Financeiro	(227)	(163)	(49)	114	70%
Resultado Líquido	(4 463)	(11)	83	94	875%
Investimento	68	31	7	(24)	78%
Activo Líquido	5 423	5 631	5 130	(501)	9%
Passivo	9 798	6 084	4 948	(1 136)	19%
PMP (dias)	86	161	191	30	19%
PMR (dias)	243	176	280	104	59%
Endividamento	9 077	3 650	2 900	(750)	21%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

Carteira de Participações e Sucursais

Atualmente, a AdP Internacional está presente localmente em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe através de sucursais e é acionista de empresas em Moçambique e em Timor-Leste.

Ao longo dos últimos 8 anos, o enfoque da AdP Internacional nos países lusófonos e o volume de atividade que se tem desenvolvido, especialmente em Angola, levou à decisão de constituir sucursais em alguns mercados-chave. Em Timor-Leste e em Moçambique, entre 2002 e 2005 e devido a especificidades da atividade da AdP Internacional nesses mercados, foram constituídas empresas, detidas a 100% pela AdP Internacional, que se mantêm em atividade desde então.



B – O Negócio

Linhas Estratégicas de actuação

Nos últimos anos, a AdP I tem vindo a consolidar uma posição nos mercados internacionais, contribuindo para a valorização do Grupo fora de Portugal. O percurso de sucesso do Grupo AdP nos últimos 20 anos, associado aos resultados obtidos em Portugal no setor do abastecimento de água e saneamento, permitiu desenvolver know-how e competências em áreas críticas da gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento e no ciclo de vida das infraestruturas.

A estratégia da Unidade de Negócios Internacional deve também ter em conta a dimensão pública e a natureza de serviço público do Grupo AdP, que se deve materializar na área internacional através do enfoque numa política de cooperação com os países lusófonos concertada com a tutela governamental. A dimensão pública deve também induzir uma estratégia que assegure a sustentabilidade económica e financeira das operações.

É também relevante o contributo que a AdP I pode dar no processo de internacionalização do setor português da água, estimulando consórcios e parcerias estratégicas com outras empresas portuguesas.

Nesse sentido, as linhas de atuação estratégica da AdP Internacional assentam nas cinco orientações do acionista para o atual mandato, que se apresentam na figura seguinte:



Estas cinco orientações traduzem-se nos seguintes objetivos estratégicos:

Orientação 1 – Capitalização e valorização das capacidades e do know-how do Grupo AdP para crescer nos mercados internacionais

- Centrar o portfólio de serviços da UNI nas competências e know-how de valor acrescentado do Grupo AdP.
- Vender internacionalmente os produtos desenvolvidos pelas empresas do Grupo
- Privilegiar a utilização das capacidades internas nos projetos da UNI, em detrimento de consultores individuais externos.

Orientação 2 - Cooperação para o desenvolvimento e forte alinhamento com o Ministério do Ambiente na ação internacional.

- Definir uma dimensão formal para a “cooperação para o desenvolvimento” no seio da AdP Internacional, que já existe mas que se dilui nos processos de negócio.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial) na sua agenda internacional e estabelecer rotinas de comunicação com o MNE, nas dimensões comercial e de desenvolvimento de negócio.

Orientação 3

Contribuir para a internacionalização da cadeia de valor do setor português da Água.

- Afirmar a AdP Internacional como alavanca para a concretização da internacionalização das empresas portuguesas, na sua função de serviço público.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial) na sua agenda internacional e fazer pontes com as empresas nesses processos.

Orientação 4

Focalização nos mercados prioritários e desenvolvimento de parcerias estratégicas internacionais.

- Centrar o desenvolvimento de negócio nos mercados prioritários e nos serviços core.
- Estabelecer parcerias estratégicas com *players* internacionais para potenciar a posição da UNI em determinados mercados.
- Fortalecer uma cultura de “*Value for Money*” nas atividades de desenvolvimento de negócio.

Orientação 5

Sustentabilidade económica e financeira das operações e minimização do risco das operações

- Assegurar resultados operacionais positivos.
- Aumentar o volume de negócios, através de projetos de valor acrescentado.
- Otimizar os custos operacionais e direcionar o investimento em desenvolvimento de negócio para iniciativas com elevada relação Custo / Benefício.

As linhas de atuação subjacentes a estes objetivos assentam no seguinte posicionamento estratégico:



Mercados: Concentrar a atenção e ser proactivo nos mercados prioritários e nos serviços e produtos "core" e estar atento às oportunidades nos mercados secundários.

De modo a ter em consideração as orientações estratégicas e a capitalizar o esforço desenvolvido nos últimos anos, a AdP Internacional centra a sua estratégia comercial nos seguintes eixos:

- Países da CPLP com exceção do Brasil.
- Países africanos na vizinhança dos PALOP, que tenham previstos financiamentos internacionais relevantes para o setor da água.
- Magreb (Marrocos e Tunísia)
- Ásia (em função de oportunidades geradas pelos financiadores / investidores internacionais).

Produtos: Desenvolver e aperfeiçoar produtos e serviços "core" para os quais a AdP Internacional, através do know-how do Grupo AdP, se posiciona como referência internacional.

Os serviços "core" em que assenta a atividade da AdP Internacional incorporam a experiência e o know-how consolidado ao longo dos 25 anos de atividade do Grupo AdP. O portfólio de produtos e serviços da UNI baseia-se nas competências-chave do Grupo e nas soluções tecnológicas já implantadas nos mercados nacional e internacional: (i) **Gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento;** (ii) **Operação e Manutenção de Infraestruturas;** (iii) **Planeamento e gestão de investimentos;** (iv) **Estudos estratégicos e** (v) **Formação e capacitação.**

A atividade da AdP Internacional deve ainda servir de indutor da venda internacional das soluções desenvolvidas e comercializadas pelas empresas do Grupo AdP, nomeadamente o AQUAMATRIX, o WONE, o AQUASAFE, o AQUAMOD, entre outros.

Competências: Capitalizar as competências do Grupo AdP e reforçar competências internas inovadoras, tirando partido do know-how do Grupo AdP.

A competitividade da AdP Internacional está fortemente relacionada com a sua capacidade de incorporar o know-how e a experiência especializada das equipas técnicas das várias empresas do Grupo AdP. Se é importante ser competitivo a fase de concurso, é ainda mais importante demonstrar ao cliente nos contratos ganhos que a AdP I é uma empresa que mobiliza equipas de excelência e que entrega os resultados pretendidos pelo cliente.

Acresce ainda que a forte competição internacional pode e deve ser superada através de uma atitude de inovação permanente, partindo dos produtos e soluções desenvolvidos pelo Grupo AdP.

Parcerias: Criar e consolidar parcerias estratégicas com empresas nacionais e internacionais para contribuir para internacionalizar o setor e alavancar o crescimento da atividade da AdP Internacional

Dada a dimensão das empresas nacionais e do próprio Grupo AdP a nível global, a concretização das oportunidades nos mercados internacionais fora dos PALOP deve ser alavancada através do estabelecimento de parcerias com grandes grupos empresariais internacionais. Nesse sentido, as Agências Bilaterais para o desenvolvimento, investidores internacionais presentes em Portugal e grandes empresas públicas e privadas europeias, asiáticas e americanas são potenciais tipos de entidades a identificar:



Dada a natureza dos negócios internacionais, muito alavancados pelos financiamentos da banca multilateral, a AdP Internacional posiciona-se também como um parceiro reconhecido por estas instituições. No quadro da sua atuação estratégica, é dada especial importância à atualização do portfólio de projetos de investimento a financiar pelas multilaterais, enquanto informação para a tomada de decisão sobre as abordagens aos mercados.

Enquadramento macroeconómico

Contexto macroeconómico¹

Global

O crescimento mundial em 2018 está estimado em aproximadamente 3,7% (equivalente ao ano anterior), em resultado do crescimento verificado na Europa e na Ásia. As projeções de crescimento para 2019 e 2020 situam-se em 3,5% e 3,6%, respetivamente, as quais refletem uma continuada redução na taxa de crescimento das economias avançadas e das economias emergentes.

A incerteza sobre o impacto do Brexit e da evolução do comércio internacional, nomeadamente por resultado da negociação dos acordos internacionais em curso pelos Estados Unidos, condicionam as perspetivas.

Zona do Euro

O crescimento real do produto interno bruto (PIB) enfraqueceu inesperadamente no terceiro trimestre de 2018, refletindo, em parte, estrangulamentos temporários na produção por parte de fabricantes de automóveis. Embora os dados recentes tenham sido mais fracos do que o esperado, a produção de automóveis recuperou nos últimos meses e os fatores fundamentais que apoiam a expansão da área do euro, em geral, mantêm-se. Por conseguinte, projeta-se uma recuperação do crescimento no curto prazo. As perspetivas de crescimento projetadas refletem o impacto da orientação muito acomodatória da política monetária, a melhoria das condições no mercado de trabalho, balanços mais robustos e alguma redução da restritividade orçamental. A moderação do crescimento real do PIB, de 1,9% em 2018 para 1,5% em 2021, é explicada sobretudo pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países e por condições financeiras um pouco menos favoráveis ao longo do horizonte de projeção. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá ter atingido o seu valor máximo, de 2,1%, no terceiro trimestre de 2018 e alcançar o seu valor mínimo, de 1,4%, até ao final de 2019, aumentando depois gradualmente para 1,8% em 2021.

Este padrão reflete uma diminuição acentuada da inflação da componente de preços dos produtos energéticos do IHPC no decurso de 2019, face às atuais taxas elevadas, à medida que o impacto de fortes aumentos anteriores dos preços do petróleo se desvanece. A inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares deverá aumentar, refletindo a continuação da expansão económica e uma maior restritividade das condições no mercado de trabalho.

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2018 são os seguintes:

	Estimativa 2018	Ano 2017
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,1%	2,8%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	2,3%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	1,2%	1,6%
Taxa de desemprego	7,0%	8,9%
Taxa de juro OT 10 Anos	1,84%	3,05%

Segundo com as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal (1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021) encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar no horizonte de projeção uma evolução mais próxima da do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-21. As restantes principais variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma evolução relativamente favorável em 2019-21, não obstante o expectável início do processo de normalização suave da política monetária na área do euro.

As projeções assentam num cenário de desaceleração do consumo privado da formação bruta de capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa uma estabilização da taxa de inflação de 1,5%, entre 2019 e 2021.

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2019 e o aumento da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, para 1,4%, em 2019; 1,7%, em 2020; e 1,9% em 2021. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa, ligeiramente abaixo dos 3%.

O setor a nível mundial²

A água e a segurança hídrica encontram-se no centro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SDGs - Sustainable Development Goals). Segundo o Banco Mundial, sem melhorar a gestão dos recursos hídricos e assegurar o acesso global a serviços de qualidade de abastecimento de água e de saneamento, não será possível enfrentar com sucesso os grandes desafios do século XXI – desenvolvimento humano, cidades habitáveis, alterações climáticas, segurança alimentar e segurança energética.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>

Panorama Mundial

Factos	Perspetivas
<ul style="list-style-type: none">▪ 9 em cada 10 catástrofes naturais decorrem de problemas relacionados com a água, incluindo inundações e secas;▪ 2,1 biliões de pessoas não tem acesso a serviços de abastecimento de água, 4,5 biliões de pessoas não tem acesso a serviços de saneamento;▪ 361 mil crianças com menos de 5 anos morrem em cada ano devido a condições deficientes de saneamento e contaminação de água;▪ 70% da captação de água destina-se à agricultura;▪ 1,3 biliões de pessoas continuam sem acesso a eletricidade;▪ os recursos subterrâneos de água esgotam-se a um ritmo maior do que conseguem regenerar-se;	<ul style="list-style-type: none">▪ estima-se que em 2025, cerca de 1,8 biliões de pessoas viverão em regiões com absoluta escassez de água;▪ com a manutenção das práticas atuais de gestão da água, em 2030 o mundo enfrentará um défice de 40% entre a procura e a quantidade de água disponível;▪ para alimentar 9 biliões de pessoas em 2050 será necessário aumentar em 60% a produção agrícola e em 15% a captação de água;▪ as necessidades de água para a produção energética estão a aumentar;▪ estima-se que em 2025, cerca de 1,8 biliões de pessoas viverão em regiões com absoluta escassez de água;

Segundo as duas instituições mais influentes neste domínio a nível mundial – o Banco Mundial e a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, nos próximos anos os governos dos países devem empenhar-se a resolver as questões relacionadas com a qualidade e disponibilidade da água, por forma a garantir o equilíbrio da satisfação das necessidades das famílias, da agricultura, da indústria, da produção de energia, e do meio ambiente.

Tem sido promovidas várias iniciativas sobretudo com o objetivo de assegurar o financiamento de investimentos determinantes para alcançar a meta da segurança hídrica mundial, designadamente:

- *HLPW - High Level Panel on Water*, que deliberou sobre os maiores desafios do setor e produziu um documento – a Nova Agenda, que apela a uma mudança fundamental sobre a forma como se percebe e gere o valor da água;
- *Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP)*, através da qual se criou um fundo financeiro constituído por diversos doadores;
- *2030 Water Resources Group (2030 WRG)* destinado a apoiar as reformas governamentais mais urgentes com o objetivo de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos a longo prazo, bem como o crescimento económico dos respetivos países;
- *Roundtable on Financing Water*, que inspirada na liderança política e na experiência técnica tem a ambição de aumentar o financiamento de investimentos que contribuam para a segurança hídrica e para o desenvolvimento sustentável.

A água e o saneamento em Portugal³

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, reconhecidamente um grande contribuinte para o desenvolvimento económico, social e ambiental, teve uma evolução positiva nos últimos anos em Portugal, destacando-se a excelência da monitorização do meio hídrico recetor e da água fornecida, atestado na manutenção de elevados índices de qualidade da água, conforme atestam os dados mais recentes da ERSAR.

Panorama Nacional

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.fundoambiental.pt>; <https://www.apambiente.pt>

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 9,6 milhões de habitantes servidos ▪ 96% de alojamentos servidos ▪ Tarifa média ponderada: 0,4920€/m³ ▪ Indicador água Segura (alta): 99,77% ▪ Indicador água Segura (baixa): 98,72% 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem ▪ 84% de alojamentos servidos ▪ 8,4 milhões de habitante servidos com tratamento ▪ 83% de alojamentos servidos com tratamento ▪ Tarifa média ponderada: 0,5094€/m

Tendo o objetivo de promover, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor, está em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014–2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

No âmbito do Fundo Ambiental, o Ministério do Ambiente anunciou a disponibilização de um total de 158 milhões de EUR, em 2018, para apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade. Desta verba, cerca de dez milhões destinam-se a assegurar a sustentabilidade dos serviços de águas (Despacho n.º 730-A/2018).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.

Destaca-se igualmente a publicação, em Diário da República, do Despacho n.º 2054/2017 de constituição do grupo de trabalho interministerial responsável pela revisão da ENEAPAI (Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais), e atribuição da respetiva coordenação ao Grupo AdP. Decorridos mais de nove anos desde a aprovação da ENEAPAI, esta iniciativa tem por objetivo fazer o balanço da implementação, e consequente atualização da Estratégia dedicada à gestão adequada dos efluentes agropecuários e agroindustriais, estando em desenvolvimento a proposta legislativa destinada à resolução desta matéria.

O Grupo AdP

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

Detido maioritariamente pelo Estado, o Grupo constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

Destaque para a gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas

← b f

operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Promovendo ainda uma redução de encargos associados.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no PEPE – Plano de Eficiência e de Produção de Energia, efetivou-se a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo.

Quanto à gestão dos aproveitamentos hidráulicos, foi criado um grupo de trabalho para a gestão de barragens, que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias. Em maio de 2018, sob organização da AdP, realizou-se uma sessão técnica sobre “Segurança de Barragens”. O Grupo AdP, através da AdP SGPS, é membro do User Board do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

O desenvolvimento de capacidades e competências do Grupo AdP no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

O Grupo AdP trabalha ainda em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa, aplicando o seu know how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

Nos mercados prioritários

Angola



Angola está a avançar gradualmente para um regime de taxa de câmbio flutuante e mais baseado no mercado, com uma âncora monetária nominal. O Banco Nacional (BNA) promoveu uma grande desvalorização de câmbio no início do ano e, desde então, tem vindo a promover pequenas desvalorizações mensais. Facilitou o controlo de câmbio, aumentou a transparência nas atribuições de câmbio através de leilões regulares e melhorou a comunicação, num movimento em direção a um regime de taxa de câmbio flutuante e mais baseado no mercado. A moeda local desvalorizou 56,7% em relação ao dólar norte-americano desde janeiro a meados de 2018.

A inflação foi reduzida para 20,2% em junho de 2018, face a 26,3% no final de 2017, apesar da desvalorização monetária.

As contas externas estão em posição de sofrer melhorias com o aumento dos preços do petróleo e com o realinhamento da taxa de câmbio. As contas externas de Angola passaram rapidamente do excedente para o défice, devido à grande queda nos preços do petróleo. O défice externo foi inicialmente reduzido pelo controlo de câmbio e pela repressão das importações, mas, como a moeda está a desvalorizar e o preço do petróleo a aumentar, a sobrevalorização de câmbio real está a ser reduzida.

M P F

As despesas sofreram uma redução significativa, mas os défices orçamentais foram inevitáveis devido à queda ainda maior das receitas. O défice orçamental diminuiu do ano 2014 (6,6% do produto interno bruto (PIB) para 2015 (3,3% do PIB), mas voltou a crescer em 2016 e 2017, atingindo 5,3% do PIB como resultado do abrandamento da consolidação orçamental. Apesar do aumento do défice orçamental, os gastos sofreram reduções substanciais e foram mantidos a níveis baixos.

Os maiores cortes de despesas foram implementados em investimentos públicos e subsídios. Para 2018, o orçamento prevê que a consolidação fiscal dependa dos cortes salariais e nos investimentos. Tanto as receitas petrolíferas como as não petrolíferas registaram uma redução mais acentuada do que as despesas e são parcialmente responsáveis pelo abrandamento da consolidação orçamental. As receitas petrolíferas baixaram de 23,8% do PIB em 2014 para 8,2% do PIB em 2016, mas registaram uma pequena recuperação nos últimos anos e deverão atingir 10,1% do PIB no orçamento de 2018.

As receitas não petrolíferas sofreram uma redução, apesar da política tributária e das medidas administrativas para melhoria e recolha de impostos, refletindo a desaceleração económica. As receitas não petrolíferas diminuíram de 9,1% do PIB em 2014 para 6,8% do PIB em 2017, mas é esperado um pequeno aumento para 7,3% do PIB no orçamento de 2018.

Fonte: FMI e World Bank Angola Country Overview

Cabo Verde



A reduzida população do país distribuída por uma vasta área aquática constitui uma importante condicionante para o crescimento e desenvolvimento. Isso limita economias de escala e cria problemas significativos de conectividade, bem como desafios ao fornecimento de serviços (incluindo energia, água, educação, saúde). Apesar dos desafios associados ao facto de ser uma pequena economia insular, Cabo Verde assistiu a um espetacular progresso social e económico entre 1990 e 2008, impulsionado sobretudo pelo rápido desenvolvimento de estâncias turísticas inclusivas. Durante o período 2009-2015, o crescimento económico desacelerou significativamente, como resultado do impacto prolongado da crise financeira global. Medidas orçamentais contracíclicas não restauraram em crescimento, levando pelo contrário a um forte aumento do nível da dívida.

A recuperação do crescimento do produto interno bruto (PIB) teve início em 2016 e foi consolidada em 2017, de acordo com a informação do Instituto Nacional de Estatística que revela que o PIB cresceu 4,7% e 4%, respetivamente. A recuperação está a ser impulsionada pelo consumo e pelo forte desempenho das exportações. A nível setorial, o PIB real aumentou graças ao dinamismo dos setores da eletricidade e das águas, turismo, financeiro e transformação. As contas orçamentais registaram um défice de 3,1% do PIB em 2017, ligeiramente acima do nível alcançado em 2016. As receitas subiram para níveis recorde de 28,5% do PIB. No entanto, este aumento foi contrabalançado pela maior despesa (31,6% do PIB), impulsionada especialmente pela aquisição de recursos associados à reestruturação do projeto de habitação social, no montante de 2,5% do PIB.

A despesa pública diminuiu de 1,7 pontos percentuais para 126,1% do PIB em 2017, devido à valorização da taxa de câmbio. No entanto, o país mantém-se com elevado risco de sobre-endividamento externo. A consolidação dos seus resultados como um país de rendimento médio e o maior reforço das condições para a redução da pobreza e para a promoção da prosperidade partilhada serão desafios cruciais. Com a sua pequena economia aberta, o país é vulnerável aos caprichos dos desenvolvimentos económicos globais. Dada a taxa de câmbio fixa com o euro, será vital para o país restabelecer reservas orçamentais para aguentar futuros sobressaltos. A diversificação no setor do turismo e noutros para além deste, e mercados de trabalho mais flexíveis podem ajudar a aguentar sobressaltos.

Fonte: FMI e World Bank Cabo Verde Country Overview

Guiné-Bissau



A economia da Guiné-Bissau continua a expandir-se apesar do impasse político e da suspensão dos fluxos dos doadores com destino ao país. O crescimento económico atingiu 5,9% in 2017, como reflexo em grande medida aos preços internacionais elevados do caju e ao volume da produção de caju. Contudo, a atividade económica abrandou em 2018, o que se explica principalmente pela queda da produção do caju causada pelas condições climáticas desfavoráveis e declínio dos preços do caju. As flutuações nos preços internacionais do caju continuam a ter implicações significativas no crescimento e no orçamento, dada a elevada concentração nas exportações de caju. A inflação deverá aumentar gradualmente com o ritmo das atividades económicas, o aumento das despesas de capital e a subida dos preços mundiais do petróleo devendo, contudo, permanecer bem abaixo de 3%. A situação orçamental continua afectada pela instabilidade política e a suspensão do apoio orçamental.

As informações existentes apontam para uma consolidação continuada das operações do governo central em resposta à suspensão do apoio ao orçamento pelos doadores (aproximadamente 2% do produto interno bruto (PB)). A melhoria da mobilização de recursos e um controlo mais apertado das despesas ajudaram a reduzir o défice orçamental para 1,5% em 2017 face a 4,3% do PIB em 2016. A despesa total caiu de 21% do PIB em 2016 para cerca de 20% em 2017, traduzindo sobretudo a diminuição das transferências para as empresas estatais. As subvenções para projetos aumentaram 46% em 2017, enquanto o apoio orçamental permaneceu limitado. As operações do governo foram financiadas sobretudo com recursos regionais.

Prevê-se que o crescimento real do PIB abrande para 4,7% (2,2% em termos per capita) em 2018, o que se deve sobretudo a um volume de produção de caju mais baixo e a um abrandamento dos preços mundiais do caju e que progressivamente recupere para cerca de 5,2% até 2020. Esta projeção assume preços do caju relativamente altos, melhorias no abastecimento de eletricidade e um aumento do investimento em estradas e outras infraestruturas essenciais. Assumiu-se também que se manteria a estabilidade política. A inflação deverá aumentar ligeiramente tendo em conta a subida dos preços mundiais do petróleo e a crescente procura interna. Todavia, deverá também continuar abaixo de 3% a médio prazo. Esta trajetória de crescimento parte do pressuposto de recuperação na geração de eletricidade e água.

Tendo em conta a atual situação política da Guiné-Bissau, a perspectiva é incerta, com riscos pronunciados para o crescimento e a redução da pobreza. A dependência da castanha de caju para a sobrevivência económica expõe dois terços da população a choques dos termos de troca. Uma diversificação adicional, seja através de uma ascensão na cadeia de valor – com sistemas de apoio ao mercado e tecnologia agrícola – seja através de capitalização noutras oportunidades no setor agrícola, serão fundamentais para se impulsionar a resiliência da economia.

O ressurgimento de tensões políticas no período que antecede as eleições legislativas e as presidenciais de 2019 pode provocar derrapagens orçamentais, desincentivar o investimento privado e impedir o crescimento económico. Os riscos associados com a instabilidade bancária (crédito malparado elevado, subcapitalização e a controvérsia sobre resgate de bancos não resolvida) podem prejudicar ainda mais o crescimento do setor privado.

Para além disso, uma recuperação mais acentuada do que previsto nos preços do petróleo iria exercer pressão sobre a balança de transações correntes e deixar menos recursos para as despesas governamentais em favor dos pobres. O Governo precisa de antecipar estes riscos e mitigar o seu impacto nas populações mais pobres. A resolução da elevada desigualdade no país exige também esforços destinados a melhorar a prestação de serviços e a aumentar o acesso aos serviços básicos. Contudo, acelerar ou até mesmo manter o passo da redução da pobreza será difícil se a situação política continuar por resolver e se os principais desafios de desenvolvimento que limitam o crescimento, a inclusão e a sustentabilidade não forem solucionados.

Fonte: World Bank Guiné Bissau Country Overview, FMI- World Economic Outlook

São Tomé e Príncipe



STP enfrenta dificuldades típicas de pequenos estados que afectam a sua capacidade de lidar com choques e atingir um orçamento equilibrado. O número limitado de pessoas e trabalhadores no país impede muitas vezes a produção eficiente de bens e serviços na escala necessária para dar resposta à procura dos mercados local e de exportação. A distância a que está e a insularidade aumentam os custos de exportação e a disponibilidade limitada de terra e os poucos trabalhadores impedem que o país diversifique a sua economia, tornando-a mais vulnerável a choques referentes às condições das trocas comerciais. A indivisibilidade na produção de bens públicos e a dificuldade de prestar serviços a uma população dispersa implicam um elevado custo de bens públicos e gastos públicos avultados.

O crescimento do produto interno bruto (PIB) tem sido relativamente estável desde 2009, mas o crescimento depende em grande parte das despesas do governo e não tem contribuído significativamente para a diminuição da pobreza. O PIB cresceu a uma taxa média de 4,5% entre 2009 e 2016, com desaceleração moderada desde 2014. A produção agrícola declinou desde a independência em 1975 e já não é a principal alavanca de crescimento económico. Todavia, os produtos agrícolas, especialmente o cacau, constituem a maior parte das exportações do país. Além disso, o turismo é uma vantagem comparativa natural para STP e já constitui uma importante actividade económica, embora o país esteja longe de se tornar numa economia dependente do turismo.

Não se prevê que ocorra exploração comercial do petróleo antes de 2020, e muito poucos bens são produzidos localmente, o que faz de STP fortemente dependente de importações, incluindo petróleo para geração de energia.

O país apresenta grandes défices externos estruturais devido à sua pequena base de produção. O défice em conta corrente (excluindo transferências oficiais) caiu de 25,2% do PIB em 2015 para 20,8% em 2016. O principal factor que contribuiu para a melhoria das contas externas foi uma queda nas importações de petróleo de 9,8% do PIB em 2015 para 6,2% em 2016, devido à queda nos preços do petróleo. No mesmo período, as exportações de bens aumentaram de 3,6% do PIB para 3,9%, enquanto as exportações do turismo cresceram apenas 0,1% do PIB.

As exportações de STP estão altamente concentradas no cacau. O rendimento com as remessas dos migrantes diminuiu de 5,7% do PIB em 2015 para 4,6% em 2016, uma vez que o crescimento económico abrandou em Portugal e estagnou em Angola.

Num futuro próximo, STP vai continuar a enfrentar desafios significativos para ultrapassar a sua insularidade, a pequena dimensão do mercado, a vulnerabilidade aos choques naturais e alterações climáticas, o capital humano limitado e os escassos recursos transaccionáveis para gerar um crescimento sustentável inclusivo e reduzir a pobreza.

O desafio a longo prazo de STP é passar de planos ambiciosos para acções exequíveis que tornem a economia mais dinâmica.

A falta de dados actualizados sobre a pobreza mina os esforços direccionados para a redução da pobreza no país. Os dados do último inquérito às famílias foram recolhidos em 2010. Espera-se que ocorra um novo levantamento de dados, análise e divulgação dos orçamentos das famílias este ano.

Fonte: World Bank São Tomé e Príncipe Country Overview, FMI- World Economic Outlook

Dinâmica do sector a nível internacional

Procura elevada, disponibilidade reduzida, baixa qualidade e fenómenos climáticos extremos estão no centro dos desafios que o sector da água enfrenta. Estes desafios têm-se reafirmado em 2018 e têm contribuído para que os principais agentes sectoriais estejam a apresentar novas tendências de apoio ao sector ou a identificar novas soluções que permitam reduzir estes impactos negativos. O principal desafio do sector é assegurar resposta à procura crescente, garantindo a qualidade e de uma forma que não agrave os impactos nos ecossistemas naturais que se possam depois reflectir em fenómenos climáticos extremos que anunciam, a longo termo, as alterações climáticas.

Neste contexto, as principais entidades que monitorizam o desenvolvimento socioeconómico a nível mundial (OCDE, UN, etc.) centraram o debate em torno da evolução do sector da água numa visão mais ampla do impacto da actividade humana nas fontes primárias deste recurso e na vida da população mundial. As estimativas actuais indicam que é cerca de dois terços das florestas e zonas húmidas foram perdidas ou degradada desde o início do século XX. O solo tem-se igualmente desgastado e deteriorado em qualidade. Desde os anos 90, a poluição da água piorou em quase todos os rios de África, Ásia e América Latina.

Estas situações têm contribuído para o aumento de riscos sociais. Os eventos climáticos extremos, como as inundações e as secas, têm impacto na capacidade de adaptação das populações às alterações climáticas. Acresce, ainda, que a escassez de água pode levar a distúrbios civis, a migrações em massa e até mesmo a conflitos internos ou entre países que partilham recursos hídricos.

Este contexto leva a que, na dinâmica do sector, se tenha dado foco à importância da protecção dos ecossistemas reforçando o papel fundamental que a natureza desempenha na gestão do ciclo da água no qual actua como reguladora, purificadora e fornecedora de água.

A linha orientadora sugerida é a de que a manutenção de ecossistemas saudáveis leva directamente a uma melhor segurança hídrica para todos e é um passo essencial para garantir, a longo prazo, sustentabilidade dos recursos hídricos e da multiplicidade de benefícios que a água proporciona; desde a produção de alimentos e de energia até à saúde humana e ao desenvolvimento socioeconómico sustentável.

Esta abordagem pretende alertar para a necessidade de maximizar o potencial da natureza para alcançar os três principais objetivos de gestão da água; assegurar a disponibilidade, melhorar a qualidade e reduzir os riscos relacionados com más práticas da sua gestão.

Os diferentes stakeholders do sector (entidades gestoras, financiadores, decisores políticos, reguladores etc.) ficam com os desafios de criar condições para a mudança, por um lado, estabelecer princípios jurídicos e regulatórios adequados com mecanismos de financiamento apropriados e boa aceitação social e, simultaneamente, encontrar e disponibilizar os meios financeiros para alavancar iniciativas de serviços de ordem ambiental que acompanhem os investimentos em infraestruturas do sector.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 6

Sem água suficiente, a maioria dos progressos económicos e sociais é limitado. Por essa razão, a utilização sustentável de recursos e a disponibilidade de água são temas transversais aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na “Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030” da ONU assinado em 2015.

O reconhecimento da importância do sector da água e saneamento levou a que fosse estabelecido objectivo específico; ODS 6 - *Garantir o acesso e a gestão sustentável da água e saneamento para todos* - para enfatizar a importância de se trabalhar no sentido de reduzir a incidência da desnutrição, das doenças transmissíveis e das desigualdades que estão directamente associadas à falta de acesso a fontes melhoradas de água potável e a saneamento.

Dados da ONU referem que, em 2015, apenas 5.2 biliões de pessoas (71% da população mundial) usaram serviços de água potável com segurança, ou seja, tiveram acesso local a uma fonte melhorada, disponível sempre que necessário e livre de contaminações. Um adicional de 1,3 biliões de pessoas (17% da população) usou serviços básicos de água potável (um ponto de água melhorada a menos de 30 minutos de distância). Isso significa que 844 milhões de pessoas não têm ainda acesso a um nível básico de serviço de abastecimento de água.

Sendo esta uma preocupação global, a situação agrava-se no Países em Desenvolvimento nos quais é estimado que apenas 27% da população possuía instalações básicas de lavagem das mãos (OCDE, 2015). Na Agenda 2030, as crescentes desigualdades, o esgotamento dos recursos naturais, a degradação ambiental e as alterações climáticas estão entre os maiores desafios do nosso tempo. O estabelecimento do ODS 6 reflete, portanto, a atenção dada às questões da água e saneamento na agenda política global.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável destacam a importância que a comunidade global deposita na água e há uma crescente demanda por abordagens inovadoras e eficazes para o gerenciamento da água. Com demandas competitivas generalizadas sobre a água, a manutenção da sustentabilidade ambiental e a satisfação das necessidades dos membros mais vulneráveis da sociedade devem ser abordadas. A OCDE fornece orientações políticas sobre a água para os membros da OCDE e países não membros da OCDE, cobrindo uma ampla gama de questões. <http://www.oecd.org/water>

O ODS 6 em 2018

Em 2018 foi feita uma primeira análise dos progressos do ODS 6 no fórum de alto nível organizada pela ONU em julho de 2018⁴ sob o tema “Transformação para sociedades sustentáveis e resilientes”, no qual se fez a revisão e análise do progresso geral do ODS 6 e das suas oito metas.

A mensagem-chave desta análise é clara: à taxa actual de progresso, o mundo não está no caminho certo para atingir as metas globais do ODS 6 até 2030. Alcançar em 2030 o acesso universal a água potável e segura continua a representar um enorme desafio para todos os países e não apenas para os Países em Desenvolvimento.

No contexto dos países com taxa de cobertura inferior a 95%, apenas um em cada cinco está em vias de alcançar o uso de fontes de água potável melhoradas (meta 6.1)⁵ até 2030. Isto significa que alcançar esta envolve a extensão dos serviços a 844 milhões de pessoas que ainda não têm um serviço básico de água e melhorar progressivamente a qualidade dos serviços para 2,1 biliões de pessoas que não têm acesso ao fornecimento de água em instalações seguras de forma contínua e livre de contaminações (água potável gerida com segurança).

A situação é extensível ao acesso a instalações de saneamento melhoradas (meta 6.2). Cerca de 2,1 biliões de pessoas não têm acesso a serviços básicos de saneamento e 1 em cada 10 países com taxa de cobertura abaixo de 95% demonstram progressos nesta meta.

⁴ Informação detalhada sobre o em <https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf>

⁵ Para o ODS 6 foram definidos seis metas principais e duas complementares a atingir até 2030. Para as metas foram definidos indicadores que permitem analisar a evolução do objectivo principal.

No que respeita à qualidade (meta 6.3), embora os maiores problemas estejam amplamente associados aos Países em Desenvolvimento, a questão também persiste nos Países Desenvolvidos com particular ênfase na perda de qualidade nos recursos hídricos primários.

Face à referida procura crescente, a mensagem que é difundida pela ONU é a de que todos os países devem assegurar a incorporação do ODS 6 nos processos, políticas e estratégias nacionais de planeamento, adaptando as metas ao seu próprio contexto de desenvolvimento.

Ainda neste âmbito, os progressos necessários ao alcance do ODS 6 só ganharão eficácia se se associarem outros temas essenciais como as boas práticas de governação, uma maior eficiência dos recursos financeiros existentes e a mobilização adicional e inovadora de outros financiamentos para o sector.

Finalmente, a capacitação institucional e humana continuam a ser indicadas como áreas-chave para o progresso do sector da água. Continuar a investir no desenvolvimento de competências (técnicas e pessoais) de forma transversal a todo o sector da água visa contribuir reduzir entraves que restringem o progresso do sector.

Todos estes temas são integrados na abordagem aos projectos de apoio ao desenvolvimento implementados pela AdPI no contexto nacional e internacional com particular ênfase nos Países em Desenvolvimento.

O ODS 6 inclui oito metas globais que são universalmente aplicáveis e desejáveis. No entanto, cada governo deve decidir como incorporá-los nos processos, políticas e estratégias nacionais de planeamento com base na realidade nacional e nas capacidades, níveis de desenvolvimento e prioridades de desenvolvimento do país.

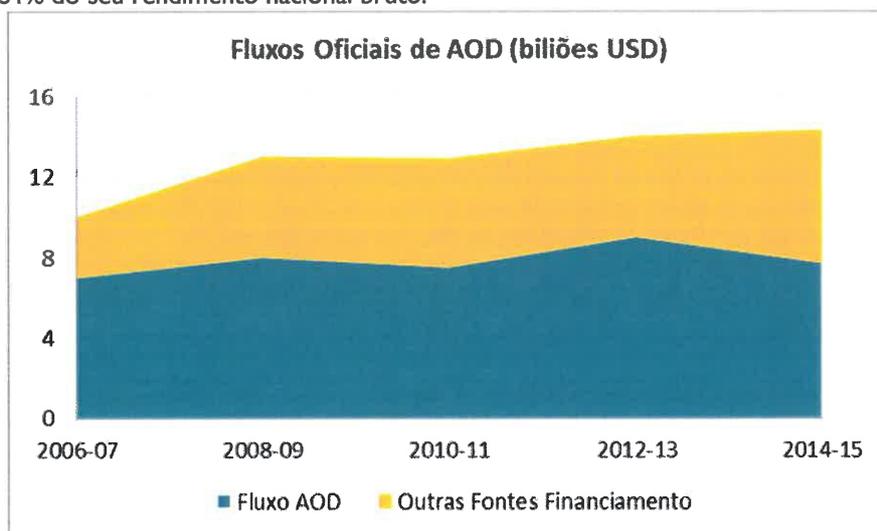


As 8 metas abrangem todo o ciclo da água incluindo: fornecimento de água potável (meta 6.1) e serviços de saneamento e higiene (6.2), tratamento e reutilização de águas residuais e qualidade da água ambiental (6.3), escassez e eficiência do uso da água (6.4), gestão de recursos hídricos partilhados (6.5), proteger e restaurar os ecossistemas relacionados com a água (6.6), cooperação internacional e capacitação (6.a) e promoção da participação na gestão da água e saneamento (6.b).

Tendência actual do apoio financeiro ao sector

A água é uma questão estratégica global que está no centro de alguns dos maiores desafios da atualidade. De uma forma geral são também os mais pobres que são mais afetados por riscos ambientais e por desastres (naturais ou não) relacionados a água. A OCDE e a Global Water Partnership estimam que, globalmente, os riscos relacionados a água custam mais de USD 500 bilhões por ano.

Do ponto de vista global, o Relatório de Desenvolvimento e Cooperação da OCDE (2018) indica que o valor global da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) dirigida aos Países Menos Desenvolvidos atingiu os 146,6 bilhões de USD (2017) o que representa que o conjunto dos países doadores atribuíram à AOD cerca de 0,31% do seu rendimento nacional bruto.



Tendência de ajuda ao sector da água e saneamento, fluxos oficiais totais de todos os doadores, 2 anos de compromisso, bilhões de USD, preços constantes de 2014.

O valor continua muito abaixo do alvo de 0,70% do RNB que as Nações Unidas definem como necessário para gerar fluxos financeiros para se alcançarem os ODS no contexto da Agenda 2030.

Neste contexto apenas seis países alcançaram a meta das Nações Unidas de alocar 0,15% do seu RNB como AOD aos países menos desenvolvidos. Os restantes doadores mantiveram-se nos 0,09% o que reforça o alerta da ONU para a necessidade de esforços financeiros adicionais.

A análise sectorial da OCDE revela que houve uma mudança muito pequena na alocação do financiamento oficial para o desenvolvimento nos últimos anos. Entre 2012 e 2016, AOD foi partilhada entre o sector social (34%) e o sector das infraestruturas (transporte, energia, água e comunicações) com 33%.

O financiamento privado também contribui para o apoio ao desenvolvimento embora seja mobilizado em sectores onde os negócios tradicionalmente mais ativos, como a energia, banca e crédito a empresas, indústria e mineração. Por essa razão o relatório da OCDE sugere que poderia contribuir mais para desenvolvimento nos sectores da água e dos transportes e armazenamento.

Outra questão relevante relativamente ao financiamento de projectos no sector da água e saneamento é a de que os recursos disponibilizados pelos doadores não apontam directamente para o sector. Ou seja, os programas de financiamento são criados sob os temas mais amplos como “equidade de género” ou “protecção ambiental” aos quais os *stakeholders* do sector da água se têm de posicionar. Isto reforça a questão de que é fundamental a capacitação e o desenvolvimento de competências destes *stakeholders* para que se possam posicionar junto dos diversos doadores e mobilizar recursos financeiros para as suas organizações.

Sensibilizar e informar melhor sobre o “valor da água” pode atuar como um factor para melhorar a gestão da água e estimular novos investimentos com recursos privados. Isto pode ajudar a alcançar maiores benefícios dos investimentos e gerar fluxos de receita que melhorem o perfil de risco dos investimentos e assim atrair novos financiadores.

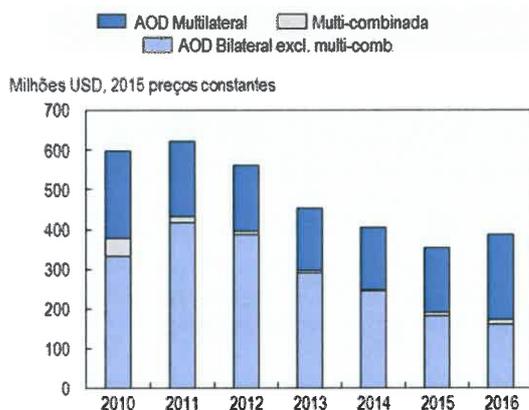


Adaptado de “Financing water. Investing in sustainable growth Policy Perspectives OECD Environment Policy Paper n.º11”. OCDE 2018.

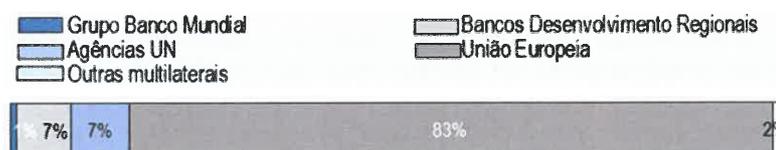
Em termos nacionais, Portugal assume todos os compromissos inscritos na Agenda 2030 tendo disponibilizado USD 378 milhões em AOD (2017) o que representa um aumento de 6,9% em termos reais desde 2016. Os contributos foram dirigidos para os fundos multilaterais (56%) geridos pelas principais Instituições de Financiamento Internacionais (IFI), nomeadamente para o Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento. O financiamento bilateral (44%) foi gerido a partir de acções programadas em

Handwritten initials: P, F

conjunto com os países parceiros, tendo sido fortemente focada na África Subsaariana, com USD 112,1 milhões alocados, e USD 23,5 milhões foram alocados para o continente Asiático, nomeadamente para a China e Timor Leste.



Distribuição de AOD multilateral e multi-comb. 2016



Em termos geográficos, Portugal mantém-se focado nos seus seis países parceiros prioritários da Lusofonia, que são os principais destinatários da ODA distribuída principalmente entre intervenções com base em projetos de apoio ao desenvolvimento (60%) que predominam sobre o alívio da dívida (20%) e as contribuições para outros fundos comuns (9%).



O apoio ao sector da água a saneamento ganha expressão no contexto bilateral. O relatório da Cooperação e Desenvolvimento de 2018 da OCDE indica o 62% (cerca de USD 98, 2 milhões) utilizados no sector das infraestruturas sociais e serviços tendo atingido, em 2016, cerca de 4% (USD 6,1 milhões) do total de valor bruto da AOD bilateral desse ano.

- WWAP (United Nations World Water Assessment Programme)/UN-Water. 2018. The United Nations World Water Development Report 2018: Nature-Based Solutions for Water. Paris, UNESCO.
- Sustainable Development Goal 6. Synthesis Report on Water and Sanitation. 2018 UN
- Development Co-operation Report 2018. JOINING FORCES TO LEAVE NO ONE BEHIND. 2018 OCDE
- "Financing water. Investing in sustainable growth Policy Perspectives OECD Environment Policy Paper n.º 11". 2018 OCDE

Handwritten signature

O Negócio em 2018

Em 2018 houve uma forte actividade de desenvolvimento de negócio, com aposta em novas geografias e na identificação de parceiros estratégicos.

Acompanhando as tendências mundiais, em 2018, a actividade comercial da AdPI centrou-se na **identificação de novas oportunidades** de projectos no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, financiados pelas principais instituições de financiamento multilateral e apoio ao desenvolvimento e cooperação internacional.

Os projectos apresentados focaram-se nas áreas de competência do Grupo AdP procurando utilizar os recursos, as competências técnicas internas e as ferramentas tecnológicas na implementação dos serviços propostos.

Em termos geográficos, os países lusófonos mantiveram destaque na procura de novas oportunidades de projecto. Este facto é justificado pela relevância que o Grupo AdP assume nestes países, em particular no Continente Africano.

No entanto, e dando sequencia à estratégia delineada para o triénio, foi feito um esforço significativo para diversificar as regiões de intervenção identificando múltiplas oportunidades de negócio noutras países e respondendo a processos de procurement em geografias novas. Esta abordagem comercial assentou na identificação de parceiros internacionais e nacionais estratégicos e na constituição de consórcios com o objectivo de potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

É relevante lembrar que a atividade comercial desenvolvida pela AdP I nos mercados internacionais é condicionada pelos processos de procurement nas principais instituições financiadoras multilaterais. Genericamente, estes processos implicam uma fase de pré-qualificação, a que se segue a preparação da proposta comercial (no caso de sucesso na fase de qualificação) e a contratação.

Os registos históricos da atividade comercial mostram que frequentemente os períodos que medeiam a identificação da oportunidade até à contratação do serviço podem ser muito demorados, o que exige um ritmo continuado de resposta a oportunidades que surgem. Por outro lado, também é frequente a ocorrência de atraso no lançamento de concursos. Estes aspetos são os mais críticos para a manutenção de uma carteira adequada de contratos em execução. Para minimizar estes impactos, a AdP I tem procurado desenvolver uma abordagem proactiva junto dos clientes, nomeadamente no apoio à preparação de projetos financiáveis e na identificação das potenciais fontes de financiamento.

É de realçar em 2018, a atividade desenvolvida em projetos financiados pelo Fundo Ambiental para os mercados dos países africanos de língua portuguesa e para Timor-Leste. Em paralelo, foi possível reforçar os contratos de Assistência Técnica em Angola, financiados pelo Banco Mundial.

Desempenho e eficiência operacional

Em 2018 deu-se continuidade à consolidação de mecanismos para assegurar a otimização do desempenho e eficiência operacional.

Nesse domínio, foram tidos em conta os seguintes aspetos:

- Definição clara de responsabilidades e áreas de atuação de cada colaborador, e em paralelo, a criação de mecanismos tendo em vista o controlo e o acompanhamento da atividade diária da empresa, sob a forma de uma “coordenação de produção” que, a cada momento, assegure a mais adequada alocação de tarefas aos recursos humanos disponíveis.
- A identificação dos Processos chave para o negócio e dos respetivos Procedimentos a adotar, de modo a garantir que as atividades a desenvolver pelos colaboradores da AdPI sejam inequívocas na sequência de sub-tarefas/etapas a implementar, quais os intervenientes e suas responsabilidades, e finalmente, no tipo de registos a produzir por forma a assegurar a rastreabilidade do histórico das atividades.

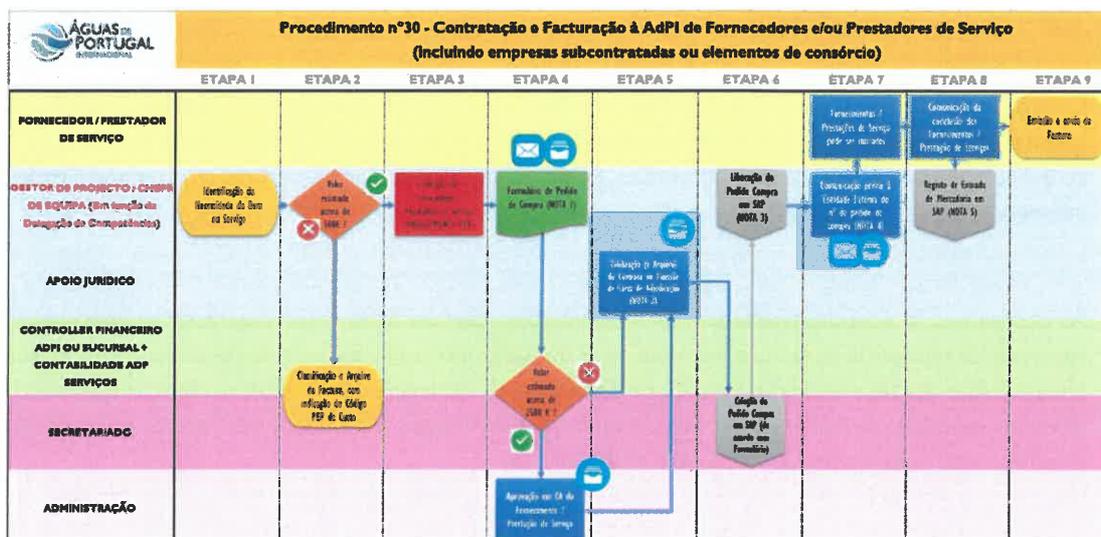
Tendo presente estes objetivos, e dando continuidade ao trabalho já iniciado em 2016, no primeiro trimestre de 2017 foram implementados na AdPI um conjunto de 14 procedimentos considerados como prioritários, respeitantes a:

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS EM VIGOR



Macro-processo	Processos		Procedimentos	
	Nível 1	Nível 2		
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO	Identificação de Oportunidades	Seguimento periódico "reactivo" de oportunidades	P01 Identificação de oportunidades em aberto (Mdi / Propostas)	
		Seguimento periódico "pro activo" de oportunidades	P02 Mapeamento de Oportunidades em forecast/pipeline	
		Preparação da Proposta	P10 Preparação da Proposta Financeira	
GESTÃO DE CONTRATOS	Kick-off do Projecto em Portugal	Definição da Logística necessária para o Projecto	P20 Planeamento / Aquisição de Viagens e de Alojamentos	
			P21 Emissão de Vistos e Passaportes	
	Desenvolvimento do Projecto	Facturação e Cobrança	P22 Aquisição/Aluguer de outros Meios Materiais e Serviços (Seguros, Meios de Transporte, Equip. Informáticos, Comunicações, etc.)	
			P29 Facturação ao Cliente	
ORGANIZAÇÃO INTERNA	Gestão interna	Aquisição de serviços e equipamentos	P30 Facturação à AdPI de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviço	
			P20 Planeamento / Aquisição de Viagens e de Alojamentos	
		Manutenção de Bases de Dados	Aquisição de viagens e alojamentos	P21 Emissão de Vistos e Passaportes
				P22 Aquisição/Aluguer de outros Meios Materiais e Serviços (Seguros, Meios de Transporte, Equip. Informáticos, Comunicações, etc.)
				P34 Aquisição de serviços e equipamentos
		P39 Criação e Actualização de Bases de Dados (CV para propostas, Listas de Referências)		
		P40 Gestão da documentação legal de suporte à actividade da AdPI		

Na figura seguinte apresenta-se um exemplo de um procedimento em vigor:



Em 2017 teve também início o controlo da alocação de tempo e de custos de cada um dos elementos da AdPI na sede às diferentes propostas e projetos em cursos, através do preenchimento de uma Folha de Ocupação Semanal em SAP (time-sheet), para registo do trabalho realizado nos períodos precedentes, bem como do preenchimento de um designado “Plano de Cargas”, com a estimativa das afetações previstas para os períodos subsequentes ao registo semanal.

A análise dos registos das folhas de ocupação semanal mostra que a equipa de sede da AdP Internacional alocou o seu tempo a trabalhos para projetos concretos (produção) e para a área de desenvolvimento de negócio, o que permitiu uma afetação mais otimizada dos recursos e a redução dos custos de estrutura da empresa.

Principais indicadores de actividade

Com base no sistema de controlo e acompanhamento das ações comerciais e no processo de preenchimento da time-sheet da AdP Internacional, é possível medir a atividade da empresa e obter informação relevante para a estratégia a adoptar em 2018 e 2019.

No quadro seguinte apresentam-se esses indicadores. Em 2019 será já possível comparar os indicadores obtidos em 2017 e em 2018.

Alocação da equipa de sede a projetos	73,5%
Número de Mdl submetidas	23
Número de propostas submetidas	13
Número de ações comerciais com empresas portuguesas (Mdl e propostas)	26
Número de novos países com abordagem comercial	14

Perspectivas para 2019

O ano de 2019 será um ano de extrema relevância para a atividade da AdP Internacional. A conclusão de dois importantes projetos em Angola, nas províncias do Uíge e do Huambo, associadas às decisões dos concursos para assistência técnica a seis outras províncias, serão fundamentais para assegurar a sustentabilidade da atividade da empresa durante o ano de 2019.

As perspectivas na área de desenvolvimento de negócio são positivas, embora venham a exigir uma forte afetação de recursos da equipa de sede, que terá também de assegurar a gestão e parte da execução dos projetos em curso. Uma das prioridades nesta área é a melhoria continua da qualidade das propostas técnicas apresentadas e o aumento da competitividade da AdP Internacional, tirando partido de todo o potencial da inovação em produtos e em soluções desenvolvidas pelas empresas do Grupo AdP.

Destaca-se ainda o elevado número de pré-qualificações a propostas apresentadas durante o ano de 2018, que deverão ter sequência durante o ano de 2019, nomeadamente o arranque do contrato na Guiné Bissau para capacitação da entidade operadora de água e energia e ainda o mercado tunisino, onde a AdP Internacional participa num consórcio para o concurso de operação e manutenção dos sistemas de saneamento de Tunes e da região sul do país.

A AdP Internacional continuará o seu esforço comercial no mercado indiano. O protocolo de colaboração assinado em 2017 com a WAPCOS, a maior empresa indiana de consultoria no setor da água, permitirá fortalecer esta parceria, que se prevê que possa ter um impacto positivo já em 2019, quer na Índia, quer noutras geografias.

A nível interno, a capitalização do know-how do Grupo AdP, em áreas com grande procura nos mercados internacionais, continuará a ser um pilar no posicionamento da AdP Internacional. Em 2018, houve um forte envolvimento de quadros técnicos das empresas do Grupo, nomeadamente da EPAL, da Águas do Norte, da Águas do Centro Litoral e da Águas do Tejo Atlântico, nos projetos em curso. A equipa de apoio de sede continuará com a sua dupla função de apoio ao desenvolvimento de negócio nos mercados-alvo e na gestão dos contratos em curso.

Outro dos pilares estratégicos da AdP Internacional é a consolidação de parcerias com empresas portuguesas e a identificação de parceiros internacionais com forte implantação em geografias menos tradicionais para a AdP Internacional, mas com elevado potencial de negócio face aos financiamentos multilaterais disponíveis.

Em resumo, durante o ano de 2019, continuar-se-à a implementação da estratégia definida para o mandato em curso, num racional de recuperação de sustentabilidade económica e financeira da empresa e de reforço da sua participação do seu posicionamento no mercado internacional.

Sucursais e subsidiárias



AdP Angola (sucursal)

Angola continuou a assumir-se como uma das grandes prioridades no desenvolvimento de negócios da AdPI. Através da sucursal (AdP Angola) foi dada continuidade ao trabalho de implementação do nome da AdP neste mercado.

O ano de 2018 foi caracterizado pela execução dos contratos de Assistência Técnica financiados pelo Banco Mundial para as Empresas Provinciais de Água e Saneamento das províncias do Huambo e do Uíge. Ambos os projectos, iniciados em Outubro de 2015 visam contribuir para a consolidação de processos e rotinas, nomeadamente nas áreas de operação e manutenção dos sistemas, gestão comercial, faturação e cobrança, bem como na organização geral e gestão das Empresas de Água e Saneamento do Huambo e do Uíge.

A actividade em Angola foi reforçada pela implementação do Acordo de Parceria entre Operadores de Água (WOP - "Water Operators Partnership") entre a AdPI e a Empresa de Água e Saneamento de Cabinda. O acordo foi financiado pelo Programa de Aliança e Parcerias de Operadores de Água Globais (GWOPA - "Global Water Organizations Partnership Agreement") gerido pela agência UN-HABITAT das Nações Unidas (UN) e coordenado localmente pela UNICEF - Angola. As actividades desenvolvidas em 4 missões técnicas, entre Abril a Dezembro de 2018, tiveram como base a capacitação e apoio organizacional à EPASCABINDA, permitindo estabelecer novos contactos e iniciar novos processos com perspectivas de novos projectos nesta província em 2019 e nos anos subsequentes



AdP Cabo Verde (sucursal)

No decurso do ano de 2018 a AdPI desenvolveu 3 Assistências Técnicas em Cabo Verde, a saber:

1. Assistência Técnica à Águas de Santiago (AdS): Melhoria do desempenho ambiental do Sistema de abastecimento de Água e qualidade de Serviço da Águas de Santiago aumentando a sua resistência à Água
2. Projeto de Formação e Capacitação da Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) de Cabo Verde em Gestão de Conflitos nos usos da Água em situações de escassez Abastecimento de Água;
3. "Roadmap" dos Resíduos em Cabo Verde.

Teve ainda continuidade o Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento de Água na Ilha de Santiago. Recorde-se que o projeto, financiado pela cooperação japonesa - JICA, foi adjudicado à empresa nipónica Nippon Koei, que solicitou a colaboração da AdPI para que fossem integrados na sua equipa um conjunto de consultores seniores responsáveis pela coordenação e controlo de qualidade de diversas áreas-chave.



AdP Guiné Bissau (sucursal)

Na Guiné Bissau, o primeiro trimestre de 2018 ficou marcado com a continuidade dos trabalhos da Assistência Técnica à Electricidade e Águas da Guiné Bissau (AT_EAGB), iniciada em finais de 2017.



AdP São Tomé e Príncipe (sucursal)

O final do ano de 2018 foi marcado pela abertura de uma nova Sucursal da AdPi em São Tomé e Príncipe.

Esta Sucursal surge naturalmente no decurso dos projectos que, desde 2017, se têm vindo a realizar no país e na vontade de continuarmos a assumirmos como um parceiro importante no desenvolvimento do país na área do abastecimento de água e do saneamento.



AdP Timor-Leste (Subsidiária)

Capital Social: 5 000 USD

Em Timor Leste, 2018 fica marcado pela continuidade da implementação do Projeto de Assistência Técnica à Direcção Nacional de Saneamento Básico.

Também em 2018 a AdP Timor Leste foi a entidade seleccionada para proceder à implementação da Rede de Controlo de Qualidade da Água, projeto financiado pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e da Transição Energética do Governo de Portugal.



AQUATEC (Subsidiária)

Capital Social: 2 476 580 MZM

A Aquatec tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica relacionados com sistemas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento de resíduos urbanos, constituindo-se como a plataforma do Grupo AdP para a angariação de negócios nas referidas áreas, com particular enfoque nos sistemas de gestão comercial e de gestão da manutenção.

Em termos operacionais, em 2018 foi dada continuidade à assistência técnica à Águas da Região de Maputo relativa à manutenção evolutiva do sistema de gestão comercial (Aquamatrix).

O ano de 2017 foi um ano de reestruturação da empresa, tendo sido eliminada a função de diretor-geral a partir de Junho, decisão que se manterá em vigor até que o volume de atividade da empresa justifique uma alteração. Esta decisão teve um impacto significativo nos gastos operacionais no segundo semestre do ano e permitiu o equilíbrio económico e financeiro da empresa em 2018.

Sustentabilidade e Desempenho

A Sustentabilidade no Grupo AdP é parte integrante da sua estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras gerando por isso valor para todas as partes interessadas. As atividades do Grupo são fundamentais para um desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável.

No ano de 2018, reforçou-se o compromisso com o Desenvolvimento Sustentável. Foram dados passos largos no combate às alterações climáticas, com uma forte aposta na economia circular, e um grande empenho nas políticas sociais rumo ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O Grupo AdP tem consciência do impacto imediato e futuro no desenvolvimento das cidades e na qualidade de vida das pessoas, pautando a sua atuação com grande enfoque nesses temas.

Consciente dos impactes inerentes às operações desenvolvidas, o Grupo AdP gere adequadamente os recursos que utiliza, explorando as melhores tecnologias disponíveis e otimizando o potencial das infraestruturas, dos subprodutos e dos resíduos que gere.

A AdP Internacional enquanto empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP redefinido em 2017 resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Neste enquadramento, e tendo por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e foram definidos os principais compromissos. A nossa atuação face aos compromissos assumidos e metas encontram-se plasmados no relatório de sustentabilidade (consolidado) do Grupo AdP

Estratégia de Sustentabilidade 2017/2020

Em Simbiose com Ambiente

Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- ✓ Conservar e valorizar as massas de água
- ✓ Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- ✓ Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- ✓ Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- ✓ Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- ✓ Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- ✓ Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- ✓ Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- ✓ Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- ✓ Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- ✓ Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- ✓ Garantir a igualdade de oportunidades
- ✓ Garantir a segurança e saúde no trabalho
- ✓ Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- ✓ Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- ✓ Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- ✓ Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais

Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação

Stakeholders

A AdP Internacional está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Deveres especiais de prestação de informação

A AdP Internacional cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

Gestão de Risco

A AdP Internacional e, em particular, o seu Conselho de Administração dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos que resultam da operação diária e da melhoria no sistema de controlo interno existente.

A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

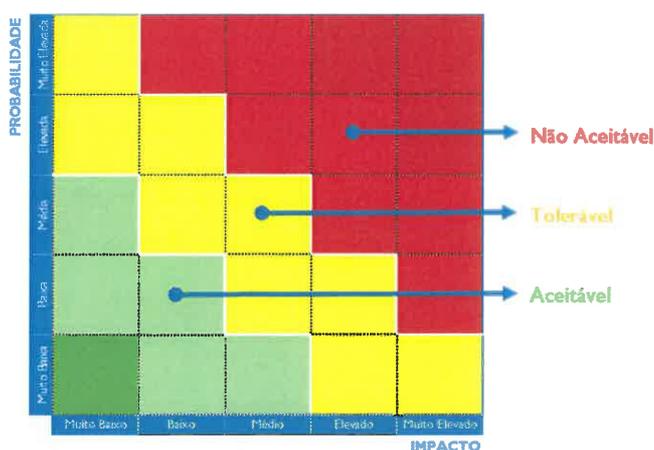
De modo a assegurar a eficácia e eficiência dos processos que garantem o atingimento dos objetivos, a existência de um sistema de controlo interno, visa garantir um nível de confiança razoável nos mecanismos de controlo implementados. Estes compreendem um conjunto de ações que, em conjunto ou individualmente, garantem que os processos desenvolvidos asseguram o cumprimento das metas definidas e a realização da sua missão.

A adequabilidade do sistema de controlo interno encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco existente, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

No modelo de gestão do risco empresarial implementado no Grupo AdP, os riscos encontram-se organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual se apresenta em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;

Handwritten signature

- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AdP Internacional sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela AdP Internacional e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2018, alguns dos principais riscos a que este se encontra exposto, são os seguintes:

- **Gestão de talentos:** Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário, decorrente de limitações inerentes ao enquadramento setorial ou à conjuntura económica.
- **Gestão da Dispersão Geográfica:** Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio.
- **Reputação e Imagem:** Risco de degradação da imagem da Organização perante o exterior e seus stakeholders, com consequentes perdas financeiras, por via direta ou indireta e de forma sustentada ou não.
- **Segurança da Informação:** Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação.
- **Envolvente política, económica e financeira:** Risco de ocorrências de caráter político, económico ou financeiro, que possam condicionar a continuidade do negócio da Organização.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Decorrente da análise à avaliação do risco efetuada pela empresa no final de 2018, o Conselho de Administração irá avaliar a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, as quais sendo identificadas, serão incorporadas nos Planos de Tratamento do Risco, que deverão ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

Gestão do Capital Humano

A AdP Internacional assume, no âmbito da sua política de gestão de recursos humanos, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento e a valorização contínua de todos os colaboradores contribuindo, desta forma, para o seu envolvimento e compromisso e igualmente para a sustentabilidade do Grupo AdP.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional. O regulamento de Valorização Profissional incentiva a participação dos colaboradores em programas de Pós Graduação bem como a sua participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a sua valorização profissional.

O processo de gestão do desempenho permite o alinhamento dos desempenhos individuais, com a estratégia e os objetivos da empresa, potenciando a melhoria contínua. Trata-se de um processo permanente e contínuo, que integra o alinhamento de expectativas, a definição de metas e objetivos claros a atingir, a identificação de oportunidades de melhoria e o desenvolvimento dos colaboradores.

A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que valorizamos e estimulamos no Grupo a qual constitui um fator importante na evolução profissional dos nossos recursos humanos. O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de know-how específico é um processo que acrescenta valor à AdP Serviços e possibilita aos colaboradores a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências.

Durante o ano de 2018 um conjunto significativo de colaboradores/as foram integrados em projetos internacionais localizados em diferentes continentes.

Em 2018 o Grupo AdP, com o objetivo de garantir melhores condições de trabalho aos/as trabalhadores/as, celebrou com os Sindicatos um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) aplicável a todos os trabalhadores que não estavam ainda abrangidos por um instrumento de regulamentação coletiva.

O ACT constitui um instrumento importante de normalização das relações laborais, de desenvolvimento sustentável das empresas, e de valorização dos trabalhadores.

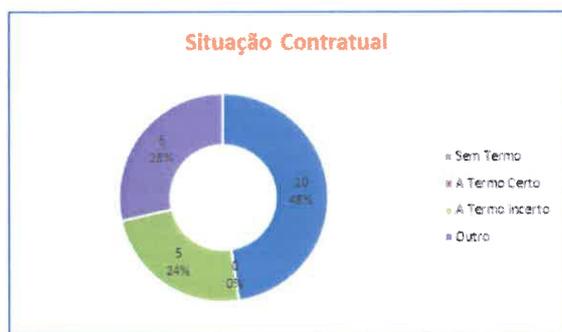
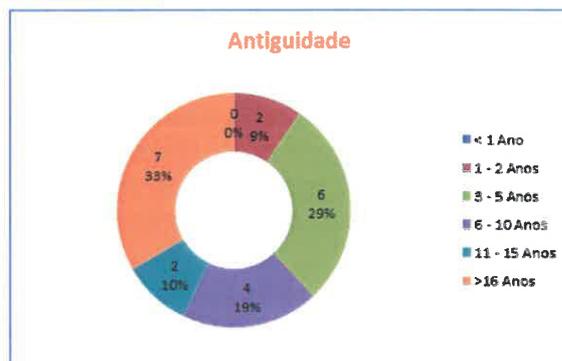
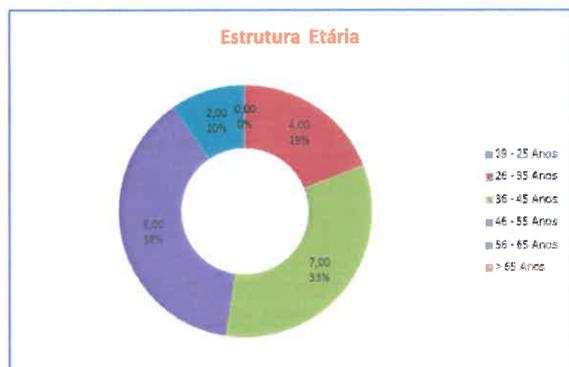
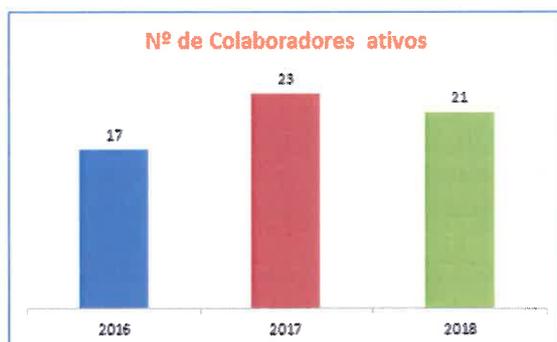
OLHAR PARA O FUTURO



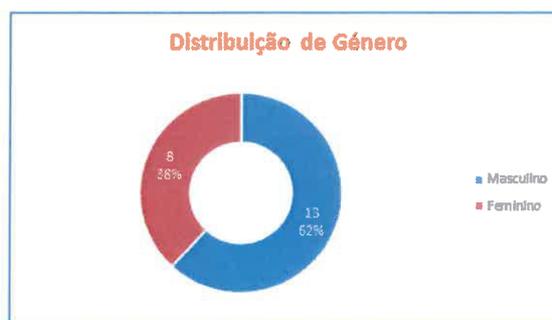
Em 2018 decorreu o primeiro Programa de Trainees da AdP que culminou com a integração de 89% de jovens talentos em várias empresas do Grupo.

Através da participação em vários projetos estratégicos, de formação técnica e comportamental, e do acompanhamento e feedback constante, este programa visa preparar e inspirar os jovens para os vários desafios profissionais.

PRINCIPAIS INDICADORES (com referência a 31 de dezembro)



Nota - Na modalidade "Outro" encontram-se colaboradores em regime de cedência ocasional dentro do Grupo e cedência de interesse Público. Uma vez que estes colaboradores também possuem contrato sem termo com a sua empresa de origem, na prática, este regime contratual representa 98% do total de contratos individuais de trabalho existentes.



(*) Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS SA promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da Internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.

Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançados pela AdP Internacional, no ano de 2018, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

Apresenta-se de seguida o quadro de indicadores evolutivos da empresa:

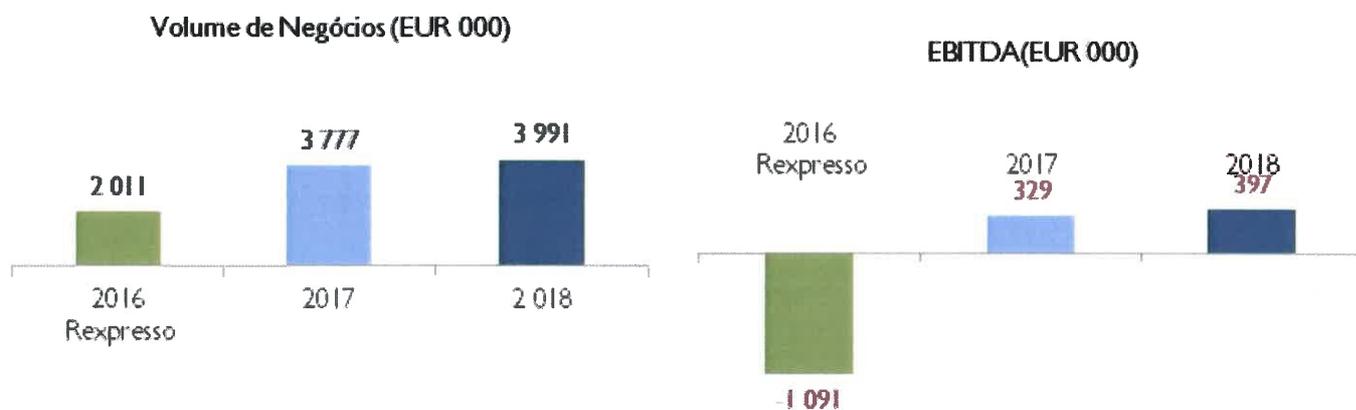
INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	Un: m€				
	2016 Rexpresso	2017	2018	Var 2018 / 2017	
				Valor	%
Volume de Negócios	2 011	3 777	3 991	214	6%
Cash-Flow Operacional(EBITDA)*	(1 091)	329	397	68	21%
Margem EBITDA	-54%	9%	10%	0	14%
Resultado Operacional	(3 980)	166	165	(1)	1%
Resultado Financeiro	(227)	(163)	(49)	114	70%
Resultado Líquido	(4 463)	(11)	83	94	875%
Investimento	68	31	7	(24)	78%
Activo Líquido	5 423	5 631	5 130	(501)	9%
Passivo	9 798	6 084	4 948	(1 136)	19%
PMP (dias)	86	161	191	30	19%
PMR (dias)	243	176	280	104	59%
Endividamento	9 077	3 650	2 900	(750)	21%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

A AdP Internacional encerrou o seu exercício económico de 2018 com um resultado líquido positivo de 83 mil EUR, traduzindo a consolidação da melhoria dos resultados iniciada em 2017. O cash-flow operacional foi positivo, no valor de 397 mil euros.

Para este resultado, contribuiu o acréscimo do volume de negócios em 6% face a 2017 e uma diminuição dos gastos operacionais, conforme fica patente na evolução da margem EBITDA registada nos 2 últimos anos, tendo sido de +14% em 2018.

Handwritten initials/signature



Durante o ano 2018 continuaram 3 projetos (Nippon Koei, Uige-Pdisa e Huambo-Pdisa) que se traduziram num valor aproximado de 2,9 milhões Eur. Os projetos no âmbito de protocolos estabelecidos com o Fundo Ambiental em Moçambique⁶, Cabo Verde⁷, e São Tomé e Príncipe⁸ originaram um impacto de 988 mil Eur (sendo 0,3 milhões Eur em Outros Proveitos e Ganhos Operacionais). Acresce referir que, em 2018, ocorreram ainda, em Angola o Acordo de Parceria de operadores de Água (WOP) entre a Empresa Pública de Água e Saneamento de Cabinda (EPASC) e a AdPI e em Moçambique o MZ-Water Tariff Study-CRA (130 mil Eur)

Os fornecimentos e serviços externos cresceram em 68 mil EUR acompanhando o aumento de atividade refletido no acréscimo do volume de negócios, em particular o recurso a despesas de viagem e ajudas de custo para deslocar e alojar os recursos humanos necessários.

acréscimo dos gastos com pessoal esteve relacionado com o pagamento de uma indemnização por rescisão contratual.

O EBITDA da AdP Internacional atingiu o valor de 397 mil EUR consolidando a tendência de 2017 (+21% face a 2017).

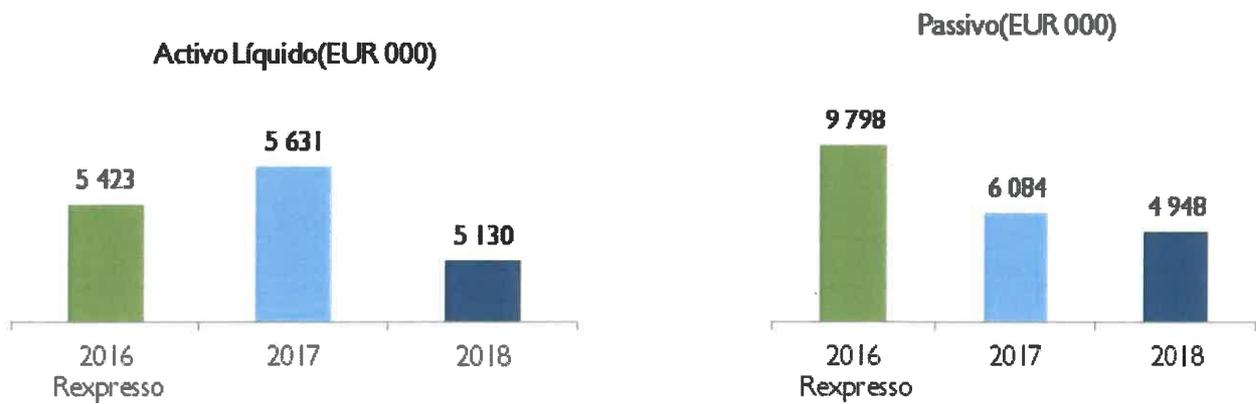
Finalmente, concorre para o resultado de 2018, o resultado financeiro negativo em 49 mil EUR do qual 53 mil EUR de juros suportados relativos ao endividamento junto da AdP SGPS.

O decréscimo do ativo líquido é explicado pelo acréscimo da dívida de clientes em 1,5 milhões de euros, fruto de atraso no pagamento do cliente (FCMU) dos projetos do Huambo-PDISA e Uige-PDISA, com cerca de 71% da dívida já vencida, o que produz efeitos na tesouraria.

⁶ Medidas de Reforço das disponibilidades de água de aumento de resiliência dos sistemas de abastecimento de água face às alterações climáticas na República de Moçambique.

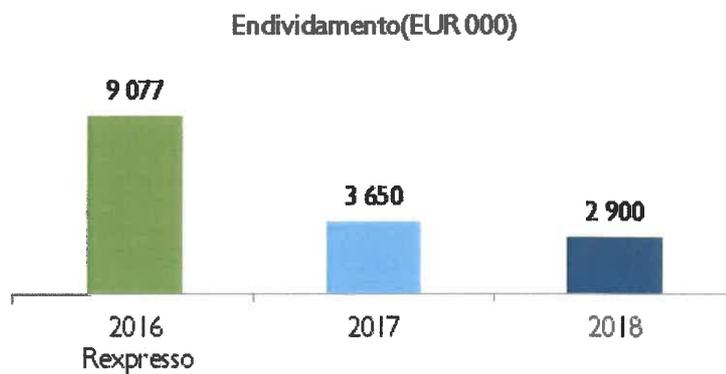
^{7 7} Melhoria do desempenho ambiental do sistema de abastecimento de água e da qualidade de serviço da Águas de Santiago aumentando a sua resiliência à escassez de água e Projeto "Roadmap" para o estabelecimento de uma política de prevenção e gestão de conflitos nos usos da água em situações de escassez (Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) e Projeto Roteiro dos Resíduos em Cabo Verde (Ilhas do Maio e São Nicolau)

⁸ Programa de Melhoria do Abastecimento de Água, Infraestruturas, e Sensibilização da população da República de São Tomé e Príncipe



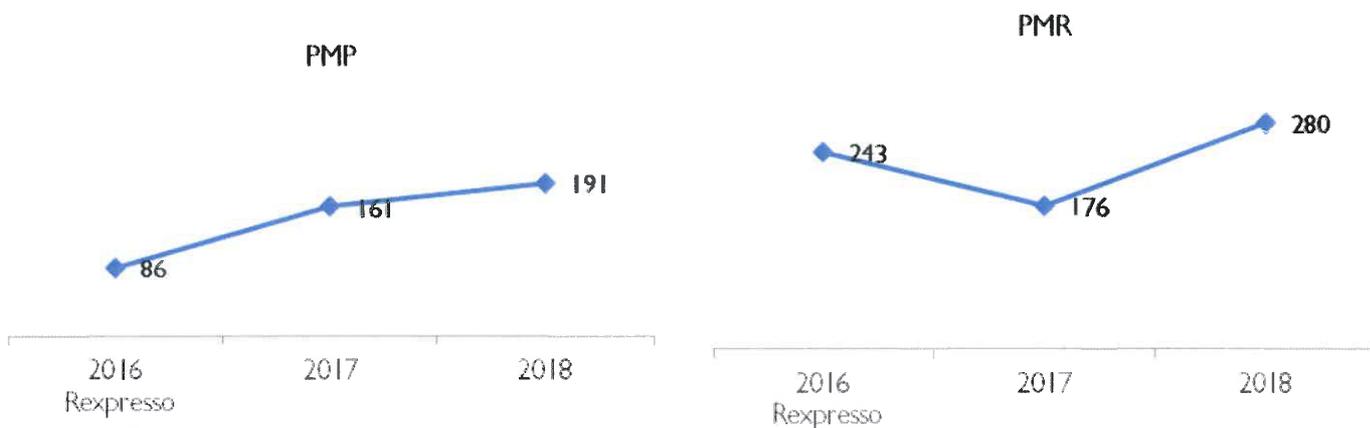
A variação do Passivo, decorreu da redução do endividamento (750 mil EUR) dando continuidade ao verificado em 2017, com recurso às disponibilidades geradas em anos anteriores. Este endividamento consubstancia-se:

- Em suprimentos do acionista AdP SGPS, no valor de 2 milhões de Eur (igual a 2017);
- Em apoio de tesouraria AdP SGPS 900 mil de Eur (1.65 mil Eur em 2017);



Handwritten signature/initials

Em função do relatado observam-se nos gráficos seguintes e evolução dos prazos médios.



O cálculo do indicador PMP⁹ tem vindo a aumentar gradualmente fruto do incremento da actividade.

O aumento do PMR¹⁰ face a 2017 é resultante do acréscimo do volume de negócios conjugado com atrasos no pagamento dos clientes, em especial o Financial Contract Management Unit National Water (Projetos Huambo-Pdisa, Uige-Pdisa e Uige-Fiscalização), com 71% da dívida vencida.

⁹ Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da rubrica "Clientes - Outras partes relacionadas – Internacional" encontra-se líquido de um saldo credor a liquidar à subsidiária AdP Timor, no montante de 701.986 Euros. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo credor a liquidar à subsidiária AdP Timor no montante de 1.158.780 Euros, encontra-se registado na rubrica "Fornecedores". Como em 2017, esse saldo foi considerado em fornecedores efetuou-se uma reexpressão.

¹⁰ O PMR em 2016 foi afectado pelas imparidades de clientes.

A. P. f

Inovação e I&D

A AdP Internacional dá especial importância à inovação em todo o seu ciclo de atividade: desde a identificação de oportunidades até à execução dos contratos. A sua natureza de entidade que compete a nível internacional com os maiores players globais exige esta atitude proactiva de procura de inovação constante.

Em resultado desse posicionamento, em 2018 destacam-se os seguintes acontecimentos:

Horizon 2020 (Parceria EU – Índia para o Sector da Água)

No âmbito das oportunidades geradas pelo Horizon 2020 (programa de financiamento da I&D da União Europeia) e no quadro da Parceria EU – Índia, a AdP Internacional identificou a oportunidade de se candidatar a um projeto inovador na Índia, através da participação num consórcio com instituições europeias e indianas.

No último trimestre de 2017, com base num trabalho exaustivo da AdP Internacional de identificação de parceiros europeus e indianos para concorrer ao 1º concurso lançado pela EU neste quadro, o Grupo AdP integrou um consórcio que apresentou uma candidatura ao Programa H2020-SC5-2018-2019-2020. Releva-se ainda que este processo foi um caso de sucesso de um trabalho frutífero de parceria entre a AdP Internacional e a Direção de Engenharia da AdP Serviços Ambientais.

O Projeto alvo de candidatura chama-se NEER JAAL e tem como principal objetivo fornecer soluções descentralizadas para o tratamento de águas residuais (AR) na Índia, potenciando a recuperação dos recursos presentes, como nutrientes, energia e a própria água usada tratada.

O projeto irá:

1. Desenvolver soluções de tratamento sem recurso a reagentes, para tratamento tanto da fase líquida como da fase sólida das AR urbanas;
2. Desenvolver soluções de tratamento sem recurso a reagentes, para tratar águas superficiais poluídas;
3. Permitir a reutilização de águas cinzentas ao nível dos edifícios;
4. Investigar diferentes opções de reutilização dos subprodutos, incluindo reutilização agrícola, produção de fertilizantes e recuperação de nutrientes.

NEER JAAL contará com vários projetos piloto, um dos quais se irá realizar em Portugal numa das ETAR pertencentes à Águas de Portugal. Os restantes projetos de demonstração serão realizados na Índia e, em particular, na enseada de St. Inez, no Estado de Goa.

O projeto é liderado pela Universidade de Gent (Bélgica) e conta com a participação de 18 parceiros, 11 europeus e 7 indianos. Terá a duração de 4 anos e um orçamento global de cerca de 5 M€.

Desenvolvimento de Sistema para Monitorização dos Indicadores de desempenho na Assistência Técnica para a Empresa de Água e Energia de São Tomé e Príncipe

Na procura contínua de melhorar os serviços prestados nos Projetos Internacionais, e aproveitando toda a experiência da AdP I nos contratos de Assistência Técnica que gere e geriu, foi desenvolvida uma ferramenta dinâmica, adaptada a Entidades gestoras, para monitorização de indicadores de desempenho definidos.

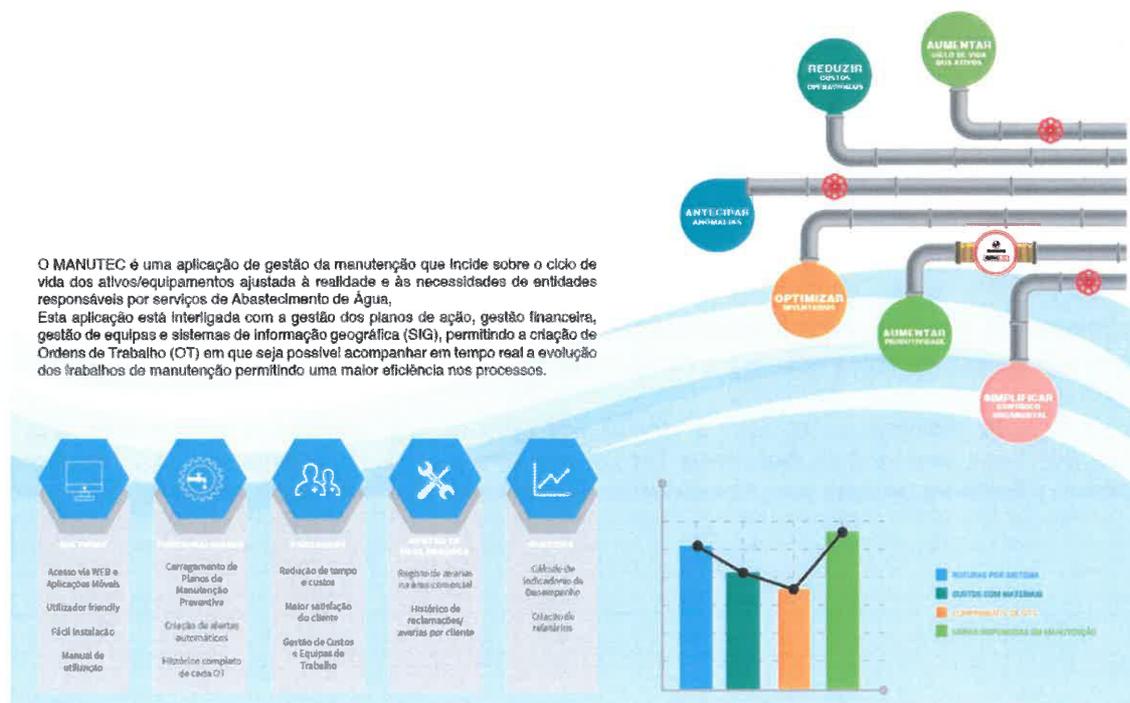


Esta ferramenta está em uso em São Tomé e Príncipe e permite monitorizar 28 indicadores definidos com base no contexto do país e da realidade da Entidade gestora.

O software permite não só trabalhar em rede, mas também a parametrização de perfis distintos de utilizadores e a emissão de relatórios tabelares e gráficos, progressivos, facilitando a análise aos desvios das metas anuais fixadas para os KPI e facilitados a tomada de decisão para a implementação atempada de medidas corretivas.

Desenvolvimento de Sistema para Gestão da Manutenção

Com o propósito de se melhorar a Área de Gestão da Manutenção da EMAE, empresa responsável pelo abastecimento de água a todo o território de São Tomé e Príncipe, foi desenvolvido um software para registo e acompanhamento das atividades da manutenção. Esta ferramenta, permite estabelecer um fluxo de acompanhamento das informações desde a sua origem até a finalização da execução do serviço envolvendo os vários intervenientes no processo de acordo com o fluxo organizacional da empresa.



O desenvolvimento iniciou-se em 2017 mas teve actualizações importantes durante o ano de 2018.

Handwritten initials 'APF' in the bottom right corner.

É uma ferramenta de utilização simples e sem grandes complexidades de funcionamento, sem custos acrescidos, mas que proporciona à EMAE algumas vantagens acrescidas, nomeadamente:

- A organização da informação relativa à manutenção;
- A criação de hábitos e rotinas de registo das manutenções efetuadas;
- A criação da necessidade de relatórios de manutenção;
- A facilidade na obtenção de dados que vão alimentar o sistema de indicadores da EMAE

Dada a excelente receptividade que está a ter na EMAE, perspectiva-se a sua adaptação e utilização em outros Projetos cuja área da Gestão da manutenção esteja envolvida, trazendo mais-valias para todos os intervenientes.

HAPI – Hands-on analysis on Performance Indicators

Destaca-se ainda no âmbito da Inovação, a ferramenta HAPI, desenvolvida pela AdP Internacional em 2016 e que continua a ser utilizada com sucesso nas principais assistências técnicas em curso.

Prevenção e Gestão de conflitos no uso da água- Tool Kit

Sob o enquadramento dos protocolos de Cooperação ratificados entre Portugal e Cabo Verde na área do Ambiente, a Águas de Portugal Internacional, a Agência Nacional de águas de Cabo Verde e a *Porto Business School* têm vindo a desenvolver em conjunto desde 2017 o “ROADMAP PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA POLITICA DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS NOS USOS DA ÁGUA EM SITUAÇÕES DE ESCASSEZ”.

- Na primeira fase, que decorreu em 2017, foi desenvolvido um documento estratégico evidenciando um conjunto de linhas orientadoras que deveriam ser tomadas em consideração para a elaboração de uma análise multidimensional que contribuisse para a regulamentação das prioridades dos usos da água em situações críticas.
- Já em 2018, correspondente à segunda fase, foi produzido um *Toolkit* (manual/guia de ação) sobre prevenção e gestão de conflitos de água concebido de acordo com as especificidades política, económica, social, tecnológica e ambiental de Cabo Verde, alinhado com as suas estratégias de gestão dos recursos hídricos e elaborado *in situ*, com a participação das partes interessadas, nomeadamente dos diversos utilizadores, agentes de desenvolvimento e funcionários das autoridades públicas.

O Toolkit é constituído por vários tipos de Ferramentas:

- Preditivas ou de Antecipação,
- Analíticas e Estratégicas e
- Diálogo e Construção de Consenso

Cumprimento das Orientações legais

Para efeitos da demonstração do Cumprimento das Orientações Legais foi seguida a estrutura constante do ofício n.º 588, de 7 de fevereiro de 2018, da DGTF, relativo a “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017”.

I. Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

I.1. Objetivos de gestão

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador.

Os indicadores definidos para o mandato 2016-2018 são os que constam no quadro seguinte:

OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2018 – ÁGUAS DE PORTUGAL INTERNACIONAL, SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.					
INDICADORES	META ⁽¹⁾	MODO DE AVALIAÇÃO ⁽¹⁾	VALOR ATINGIDO	AVALIAÇÃO ^{(2) / (3)}	
1.	Eficiência de Gestão (PRC)	Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao ano de referência de 2015	$\Delta \text{PRC} < 0\%$ Não Atingido $0\% \leq \Delta \text{PRC} < 3\%$ Atingido $\Delta \text{PRC} \geq 3\%$ Superado	16,2 %	Superado
2.	Limite ao Endividamento	Redução do stock da dívida	$\text{RE} > 100\%$ Não atingido $97\% < \text{RE} \leq 100\%$ Atingido $\text{RE} \leq 97\%$ Superado	79,5 %	Superado
3.	Degradação da tesouraria de exploração	Não degradação da tesouraria da empresa atendendo à limitação de evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR	$\text{DTE} > 100\%$ - Não atingido $85\% < \text{DTE} \leq 100\%$ - Atingido $\text{DTE} \leq 85\%$ - Superado	593,3 %	Não Atingido
4.	Resultado Líquido do Exercício	Promover a sustentabilidade económica e financeira da empresa e minimização do risco das operações.	$\text{RLE } 2018 < 0 \text{ M€}$ Não atingido $0 \text{ M€} \leq \text{RLE } 2018 \leq 0,5 \text{ M€}$ Atingido $\text{RLE } 2018 > 0,5 \text{ M€}$ Superado	0,1 M€	Atingido

OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2018 – ÁGUAS DE PORTUGAL INTERNACIONAL, SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.

INDICADORES		META ⁽¹⁾	MODO DE AVALIAÇÃO ⁽¹⁾	VALOR ATINGIDO	AVALIAÇÃO ^{(2) / (3)}
5.	Evolução da Dívida Vencida de Clientes	Promover a recuperação da dívida vencida de clientes	EDVC > 100% Não atingido 95% ≤ EDVC ≤ 100% Atingido EDVC < 95% Superado	206,5 %	Não Atingido
6.	Contratos Celebrados	Promover a celebração de contratos que potenciem o crescimento sustentado da empresa	CC < 2 Não atingido CC = 2 Atingido CC > 2 Superado	4	Superado
7.	Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	Garantir o cumprimento dos prazos de reporte com atrasos de 0 dias	GCPR > 0 dias Não Atingido -1 dia ≤ GCPR ≤ 0 dias Atingido GCPR < -1 dia Superado	30	Não Atingido

NOTAS:

- (1) Conforme fixado na Deliberação Unânime Escrita tomada pelo acionista único em 11 de junho de 2018.
- (2) Quando num indicador, um dos objetivos não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes.
- (3) Modo de avaliação:
- | | |
|--------------|---|
| Não atingido | 1 |
| Atingido | 2 |
| Superado | 3 |

AVALIAÇÃO DOS GESTORES:

- | | |
|-------------|-----------------------|
| Desadequado | < 1,8 |
| Adequado | 1,8 ≤ Avaliação < 2,5 |
| Superado | ≥ 2,5 |

Avaliação Global de Desempenho: 2,1 (Adequado)

1.2. Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2018

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro ('RJSPE'), a Direção Geral do Tesouro e Finanças comunicou, através do ofício n.º 1576 de de 19 de Abril de 2018, a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento ('PAO') de 2018, objeto de parecer desfavorável do Conselho Fiscal e da UTAM pelo Relatório de Análise 51/2018 de 16 de março de 2018.

O Relatório de Análise 51/2018 de 16 de março de 2018 da UTAM do PAO 2018 da AdP Internacional, concluiu:

- “As projecções para os anos de 2019 e 2010 correspondem aos valores inscritos no estudo de viabilidade económico e financeiro (EVEF) da Entidade, os quais se encontram desajustados da realidade atual da Entidade, nomeadamente no que respeita aos valores do Volume de Negócios, dos Fornecimentos e Serviços Externos e saldo de Clientes.
A Entidade encontra-se a proceder à respetiva atualização do EVEF;
- A Entidade não se encontra a cumprir com todos os princípios financeiros de referência para o ano de 2018 estabelecidos no Ofício n.º 5127 de 29 de novembro de 2017, emitido pela DGTF, nomeadamente no que respeita à ausência de aumentos de gastos com pessoal face a 2017”.

Os principais indicadores de execução orçamental constam do quadro seguinte:

INDICADORES	Unid	Un: '000 Eur			
		2018	ORÇ 2018	2017	Execução
EBITDA*	€	397 236	233 889	329 432	170%
CMVC+FSE+Gastos com pessoal	€	3 823 093	3 960 091	3 765 280	97%
PRC	%	96%	95%	100%	101%
Gastos c/ Deslocações/Aj. De Custo/Gastos frota automóvel	€	533 088	243 112	484 451	219%
Volume de Negócios	€	3 990 900	4 211 543	3 776 804	95%
Resultado Líquido	€	83 147	119 039	10 728	70%
Investimento	€	0,01	-	31	0%
Endividamento	€	2 900 000	2 000 000	3 650 000	145%
Gastos com Pessoal	€	1 239 603	1 224 260	1 210 481	101%
(3) Gastos com o Pessoal corrigido das indemnizações	€	1 199 960	1 186 250	1 210 481	101%
Nº de trabalhadores	n.º	23	23	23	100%
Gastos com Frota automóvel	€	176 128	100 817	159 575	175%
N.º Veículos	n.º	13	13	13	100%

* Resultado Operacional+ (Amortizações-Subs.Invest)+ Provisões+Perdas por Imparidades e Reversões-DRG-Rédito/Gastos Construção (IFRIC12)

Acresce referir que, o orçamento de 2018 foi avaliado face a uma estimativa de gastos com pessoal, corrigido das indemnizações, de 2017 que se veio a revelar estar subestimada (1.164.060 Eur) tendo sido realmente 1.210.481 Eur.

2. Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos de longo prazo, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permita fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Un: '000 Eur

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	55 299	118 589	227 275	299 868	392 999
Taxa Média de Financiamento (%)	2%	3%	3%	4%	7%

A AdP Internacional beneficia dum financiamento acionista na forma de suprimento, no valor de 4.000.000 Eur, utilizado em 2.000.000 Eur, à taxa Euribor a 1 mês, acrescido de um spread de 1,70%, pagando juros mensalmente e um apoio de tesouraria de 3.000.000 Eur utilizado em 900.000 Eur, à taxa Euribor a 3 meses, acrescido de um spread de 1,60%. No valor dos encargos financeiros encontram-se apenas os juros suportados.

3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do art.º 56 da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018), apurado nos termos da fórmula disposta no artigo 146º do Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de Maio (DLEO 2018)

Un: '000 Eur

Passivo Remunerado	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 18/17	
	Valores					Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	2 900 000	3 650 000	9 076 505	8 091 852	5 868 832	-750 000	-20,55%
- dos quais concedidos pela DGTF							
Aumentos de Capital por dotação							
Aumentos de Capital por conversão créditos							
Endividamento ajustado	2 899 993	3 650 000	9 076 505	8 091 852	5 868 832	-750 007	-20,55%
Novos investimentos	7						

4. Evolução do PMP a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008 de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009 de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no decreto-lei nº 65-A/2011 de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

PMP	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Prazo (dias)	191	161	30	15,71%

Mapa da posição a 31/12/2017 das Dívidas Vencidas, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio

Dividas Vencidas	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	83 279	-342	-6 333	3 100	-19 095	
Aq. de Capital						
Total	83 279	-342	-6 333	3 100	-19 095	

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram emitidas quaisquer recomendações aquando da aprovação de contas.

6. Remunerações

A administração confirma a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2018.

(Para detalhe de informação consultar Apêndice I em anexo)

7. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público, no que se refere:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet:

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus			
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	80,00 €	1 009,58 €	
Américo Abreu Ferreira			
Carlos Alberto Mineiro Aires			
		1 009,58 €	

- a) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus					
Álexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	366,29 €	1 965,53 €	1 052,90 €	3 018,43 €	
Américo Abreu Ferreira					
Carlos Alberto Mineiro Aires					
				3 018,43 €	

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdP Internacional dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e / ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP Internacional promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE

Dando cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP Internacional procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdP Internacional e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

11. Contratação Pública

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;

- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13. Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 124.º do DLEO 2017, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

No quadro seguinte resumem-se as medidas e os resultados constantes do plano de redução de gastos operacionais, em conformidade com o disposto no artigo 124.º Decreto-Lei nº25/2017, de 3 de março e com o modelo disponibilizado pela DGTF.

Utr 1000 Eur

PRC	2018 EXEC	PAO 2018	2017 EXEC.	2016 EXEC Reexpresso	2018/2017	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA*	397 236	233 889	329 432	3 920 052	67 804	21%
(1) CMVMC	-	-	-	-	-	0%
(2) FSE	2 623 133	2 773 841	2 554 799	2 078 879	68 333	2%
(3) Gastos com o Pessoal corrigidos dos encargos (i), (j) e (k)	1 199 960	1 186 250	1 210 481	1 093 673	10 521	-1%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	38 010	38 010	-	-	-38 010	0%
(3.j) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	-	-	-	-	-	-
(3.k) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei nº 42/2016, de 29 de dezembro	-	-	-	-	-	-
(3.l) Impacto da aplicação do ACT	1 633	-	-	-	-	-
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)-(3)	3 823 093	3 960 091	3 765 280	3 172 552	57 813	1%
(5) Volume de Negócios (VN) (b)	3 990 900	4 211 543	3 776 804	2 011 303	214 097	6%
(6) Peso dos Gastos/VN=(4)/(5)	96%	95%	100%	158%	-4%	-4%
(j) Gastos com Deslocações (FSE)	301 788	137 995	297 296	257 529	4 492	2%
(k) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	55 172	4 300	27 580	20 758	27 392	100%
(l) Gastos associados à frota automóvel	176 128	100 817	159 575	146 232	16 552	10%
Total = (j)+(k)+(l)	533 088	243 112	484 451	424 519	48 636	10%
(v) Gastos com Estudos, Pareceres e Projetos de consultoria	1 11 784	399 932	2 18 670	76 665	106 886	-49%
Numero Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) **	30	22	33	41	3	-9%
Nº Órgãos Sociais (OS)	3	2	4	4	1	-25%
Nº Cargos de Direção (CD)	2	1	2	2	-	0%
Nº Trabalhadores (sem OS, e sem CD)	25	20	27	35	2	-7%
Nº de Trabalhadores: N° CD	13	20	14	18	1	-7%
Nº de vítimas	13	13	13	14	-	0%

Notas:

* Para além do grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reservas remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.

(b) O volume de negócios é corrigido dos subitulos à exploração e das indemnizações compensatórias.

(k) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendimentos, seguros, impostos, combustíveis, manutenção, reparação, pneus, acessórios, taxas e impostos.

** Resultado Operacional + (Amortizações dos Invest.) - Provisões e Perdas por Impunidade e Reversões - DFG - Resultado Gastos Construído (PRC12).

** O número total de Recursos Humanos inclui os colaboradores com contratos suspensos. Em Crise não estão contabilizados em esta categoria.

A AdP Internacional apresenta, pelo segundo ano, um EBITDA positivo, acompanhando a tendência de 2017, incrementando o seu volume de negócios e usando mais eficientemente os seus recursos, o que se traduziu numa diminuição do PRC face aos anos anteriores.

O acréscimo da atividade da empresa, traduzindo-se num aumento de 6% do volume de negócios, face ao ano anterior, originou um ligeiro acréscimo no conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, de 10%. Contudo e sem prejuízo do exposto a empresa manterá o seu esforço continuado de redução de gastos desta natureza.

M P F

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE, artigo 111.º da Lei n.º42/2016, de 28 de dezembro e artigo 90.º do DLEO 2017)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.
- dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneo dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos poderem penalizar individualmente alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

No quadro seguinte apresentam-se os saldos trimestrais da AdP Internacional durante o ano de 2018.

Banca Comercial	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Novo Banco	2 141	2 125	2 125	2 125
BPI	1 137 716	944 773	1 251 179	64 332
BNU/CGD	21 715	8 634	39 062	-
BBV	7 067	3 854	2 261	457
Fomento Angola	- 77 358	- 27 585	- 28 521	- 77 648
BPA Angola	70 025	104 850	101 072	109 179
OraBank	9 543	35 464	35 464	78 247
BCA Cabo Verde	13 906	2 268	- 20 432	7 558
IGCP	21 690	290 429	225 759	76 602
BKI	-	-	2 224	3 186
CGD	-	-	-	50 060
BI	-	-	-	60 999
Total	1 206 443	1 364 811	1 610 193	375 096
Juros auferidos	-	1 192	1 675	1 675

15. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Pese embora a AdP Internacional não tenha sido incluída entre o rol de empresas sobre as quais incidiu o Relatório de Auditoria n.º 7/2017, do Tribunal de Contas, foram aprovadas medidas de garantia do regime previsto no Código dos Contratos Públicos, designadamente, a implementação de uma minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação pública e o reforço da monitorização de procedimentos de contratação, tendo em vista o cumprimento das recomendações formuladas no citado relatório

16. Quadro com informação a constar no site do SEE

A AdP Internacional não divulga informação no *site* do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Contudo, para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais, foi elaborado o quadro referido no ofício n.º 1116, de 12 de março de 2019, da DGTF, relativo a “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018”, que se apresenta no Apêndice 2 ao presente Relatório de Gestão.

Apêndice I

I – Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
(Início - Fim)				
2016-2018	Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes		
2016-2018	Secretário	Cristina Rebelo Pereira		
				0,00

Não auferem remunerações

2 - Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente executivo	Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	DUE	01/07/2016	Não	-	-	3
2016-2018	Vogal executiva	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	DUE	01/07/2016	Sim	AdP, ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.	D	1
2016-2018	Vogal não executivo	Américo Abreu Ferreira (*)	DUE	01/07/2016	Não	-	-	3
2016-2018	Vogal não executivo	Carlos Alberto Mineiro Aires	DUE	01/07/2016	Não	-	-	1

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(*) renunciou

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A	Vogal Executivo	Público
	AdP-Águas de Portugal, Serviços Ambientais, S.A.	Vogal não Executivo	Público
Alexandra Maria Martins Ramos da C	Parceria Portuguesa para a Água	Presidente em representação da AdP SGPS	Público
Américo Abreu Ferreira	n.a	n.a	n.a
Carlos Alberto Mineiro Aires	Ordem dos Engenheiros	Bastonário	Privado

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	S	C	-	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Se	S	C	5 722,75	1 022,25
Américo Abreu Ferreira	S	C	-	-
Carlos Alberto Mineiro Aires	S	C	915,64	0,00

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	92 385,50	0,00	92 385,50	4 619,80	87 765,70
Américo Abreu Ferreira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Carlos Alberto Mineiro Aires	12 818,96	0,00	12 818,96	641,20	12 177,76
			105 204,46	5 261,00	99 943,46

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)								
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social			Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor	
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	6,41	1 147,39	Seg.Social	21 706,55	849,54	1 974,82	0,00	0,00	
Américo Abreu Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Alberto Mineiro Aires	na	0,00	na	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		1 147,39		21 706,55	849,54	1 974,82	0,00	0,00	

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus									
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	15GZ54	18/12/2008	- €	AOV	2008	2018	492,97 €	3 574,48 €	- €
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	32UQ41	25/05/2018	- €	AOV	2018	2022	396,50 €	1 729,92 €	16 653,00 €
Américo Abreu Ferreira									
Carlos Alberto Mineiro Aires									

Deslocações e estadas

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (2)
				Identificar	Valor	
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus*		6 097,66	4 512,23		36 466,92	47 076,81
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra		5 483,73	3 538,29		24 906,13	33 928,15
Américo Abreu Ferreira		430,00	911,37		6 218,25	7 559,62
Carlos Alberto Mineiro Aires						0,00
						88 564,58

*Despesas decorrentes do desempenho de funções enquanto Administrador da Holding e Presidente da AdP Internacional

3 – Fiscalização

A fiscalização da sociedade é assegurada por um Fiscal Único conforme mapas abaixo:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC				Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato			
2016-2018	Fiscal Único Eletivo	Ernst&Young SROC, Ral Manuel da Cunha Vieira (ROC 1156)	178	9011	DUE	01/07/2016	01/07/2016	10	3	
2016-2018	Fiscal Único Suplente	Ral Abel Serra Martins	1119		DUE	01/07/2016	01/07/2016	10	10	

Handwritten signature and initials.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ernst&Young, SROC. Rui Manuel da Cunha Vie	3 978,50		3 978,50	0	0	0	0
Rui Abel Serra Martins							

A AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. não contratou, no exercício de 2018 serviços de Auditoria Externa Independente.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ernst&Young, SROC. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC11)	4 341,00						4 341,00
Rui Abel Serra Martins							

Apêndice 2

A AdP Internacional deu integral cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do rela
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão	X				Ver Ponto 1.1
Eficiência de Gestão	X			16,2%	
Limite ao endividamento	X			79,5%	
Degradação da tesouraria de exploração		X		593,3%	
Resultado Líquido do Exercício	X			0,1	
Evolução da Dívida Vencida de Clientes		X		206,5%	
Contratos Celebrados	X			4	
Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	X			29,27	
Metas a Atingir constantes no PAO 2018					Ver Ponto 1.2
EBITDA	X			67 803,75	
Gastos com pessoal	X			10 520,57	
PRC (GO/VN)	X			-4%	
Deslocações, ajudas de custo e alojamento e gastos com frota automóvel		X		48 636,22	
Gastos com Estudos, Pareceres e Projetos de consultoria	X			106 885,70	
Investimento	X			6 574,19	
Gestão do Risco Financeiro	X			2%	Ver Ponto 2
Limites de Crescimento de Endividamento	X			2 900 000,00	Ver Ponto 3
Evolução do FMP a fornecedores	X			191	Ver Ponto 4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Atrasos")	X			22 669,88	Ver Ponto 4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			X		Ver Ponto 5
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2018	X		5 261,00		Ver Ponto 6- Apêndice I
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)			X		
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)			X		
Artigo 32º e 33º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X				Ver ponto 7
-Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver ponto 7
Valor máximo de despesas com comunicações	X				Ver ponto 7
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				Ver ponto 7
Despesas não documentadas ou confidenciais - nº2 do artigo 16º do RJSP e art.º 11º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Ver ponto 8
Promoção de igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014					Ver ponto 9
Elaboração e Divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			www.adp.pt	
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção	X			www.adp.pt	Ver ponto 10
Contratação Pública					Ver ponto 11
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)	X				Ver ponto 12
Auditorias do Tribunal de Contas			X		Ver ponto 15
Parque Automóvel					Ver ponto 13
Nº de viaturas	X			13,00	
Gastos operacionais das Empresas Públicas, nos termos do artigo 61º da Lei nº82-B/2014		X			Ver ponto 13
Princípio da Unidade de Tesouraria (art 28º do DL 133/2013)					Ver ponto 14
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP			X		
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial			X		
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		

Perspectivas futuras

Em 2019, a AdP Internacional continuará o esforço de consolidação dos resultados económicos e financeiros, prevendo-se que se mantenha a trajetória de crescimento sustentado.

Para isso, e de acordo com a estratégia definida pelo Conselho de Administração da AdP Internacional, as iniciativas prioritárias para 2019 serão:

- Monitorização dos gastos operacionais, com especial relevância o cumprimento dos orçamentos de gastos dos projetos em curso;
- Melhoria nos processos de gestão e controlo da produção, tendo em vista “fazer mais e melhor com os mesmos recursos”;
- Aumentar a competitividade, através da melhoria contínua da qualidade das propostas e o aumento da incorporação de recursos internos (do Grupo AdP);
- Consolidação de parcerias estratégicas internacionais, particularmente em mercados anglófonos;
- Melhorar os processos de gestão do conhecimento e da informação, de modo a maximizar a qualidade e a eficiência na montagem dos processos comerciais;
- Dar prioridade à inovação centrada nos serviços nucleares: desenvolvimento de produtos;
- Reforçar o relacionamento com as empresas do Grupo AdP;
- Divulgar o trabalho desenvolvido pela AdP Internacional: comunicações técnicas em conferências internacionais.

Em consonância com a estratégia definida pelo Conselho de Administração, na abordagem a novos mercados e novos contratos será seguido o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projectos em que a AdP I se venha a envolver, procurando otimizar os custos de forma a incrementar a margem operacional.

Eventos Subsequentes

Não existem eventos subsequentes, transações ou alterações que ponham em causa o relato apresentado no presente Relatório de Gestão, nem põe em causa o relato e / ou as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2018 constantes das Demonstrações financeiras.

Sucursais da Sociedade

A AdP internacional constituiu no final de 2010 a sua sucursal em Angola sob a designação de AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de Angola.

No início de 2015, constituiu em Cabo Verde a sua sucursal denominada a AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de Cabo Verde.

No início de 2016, constituiu em Guiné Bissau a sua sucursal denominada a AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal da Guiné Bissau.

No final de 2018, constituiu em São Tomé e Príncipe a sua sucursal denominada a AdP- Águas de Portugal Internacional- Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de São Tomé e Príncipe.

Considerações Finais

O Conselho de Administração expressa o seu apreço e reconhecimento a todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa, em especial:

- Ao acionista AdP SGPS, pelas orientações recebidas e pelo apoio demonstrado;
- À Comissão Executiva da AdP SGPS pela avaliação das oportunidades existentes no seio do Grupo AdP e pelo conhecimento do papel relevante da AdP Energias na melhoria das condições de eficiência produtiva das suas empresas;
- Aos Conselhos de Administração e colaboradores das empresas gestoras de sistemas multimunicipais que entenderam colaborar na avaliação das oportunidades existentes no aproveitamento dos recursos endógenos e no estabelecimento de formas de cooperação geradoras de mais-valias para ambas as partes;
- Aos Colaboradores da empresa, pela competência, dedicação e empenho evidenciados;
- Ao Fiscal Único, pela forma como acompanhou a atividade da Empresa;
- À Mesa da Assembleia-Geral pela colaboração prestada;
- Aos Fornecedores e Parceiros de negócio pela competência e dedicação demonstradas.

Proposta de aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2018 refletem capitais próprios positivos de 181.375,79 euros, com um Resultado Líquido positivo de 83.147,06 euros.

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apresentado tenha a seguinte aplicação:

- 83.147,06 euros para resultados transitados.

Anexo ao Relatório

Na data de encerramento do exercício de 2018, o Capital da AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A. era integralmente detido pelo acionista AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Lisboa, 04 de Abril de 2019

O Conselho de Administração



Engº Cláudio Miguel André de Sousa Jesus
(Presidente executivo)



Engª Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra
(Vogal executivo)



Engº Carlos Mineiro Aires
(Vogal não executivo)

Relatório dos Administradores não Executivos

Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos

a) Introdução

Nos termos do n° 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2018.

b) Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

c) Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Quinta-feira, 04 de Abril de 2019

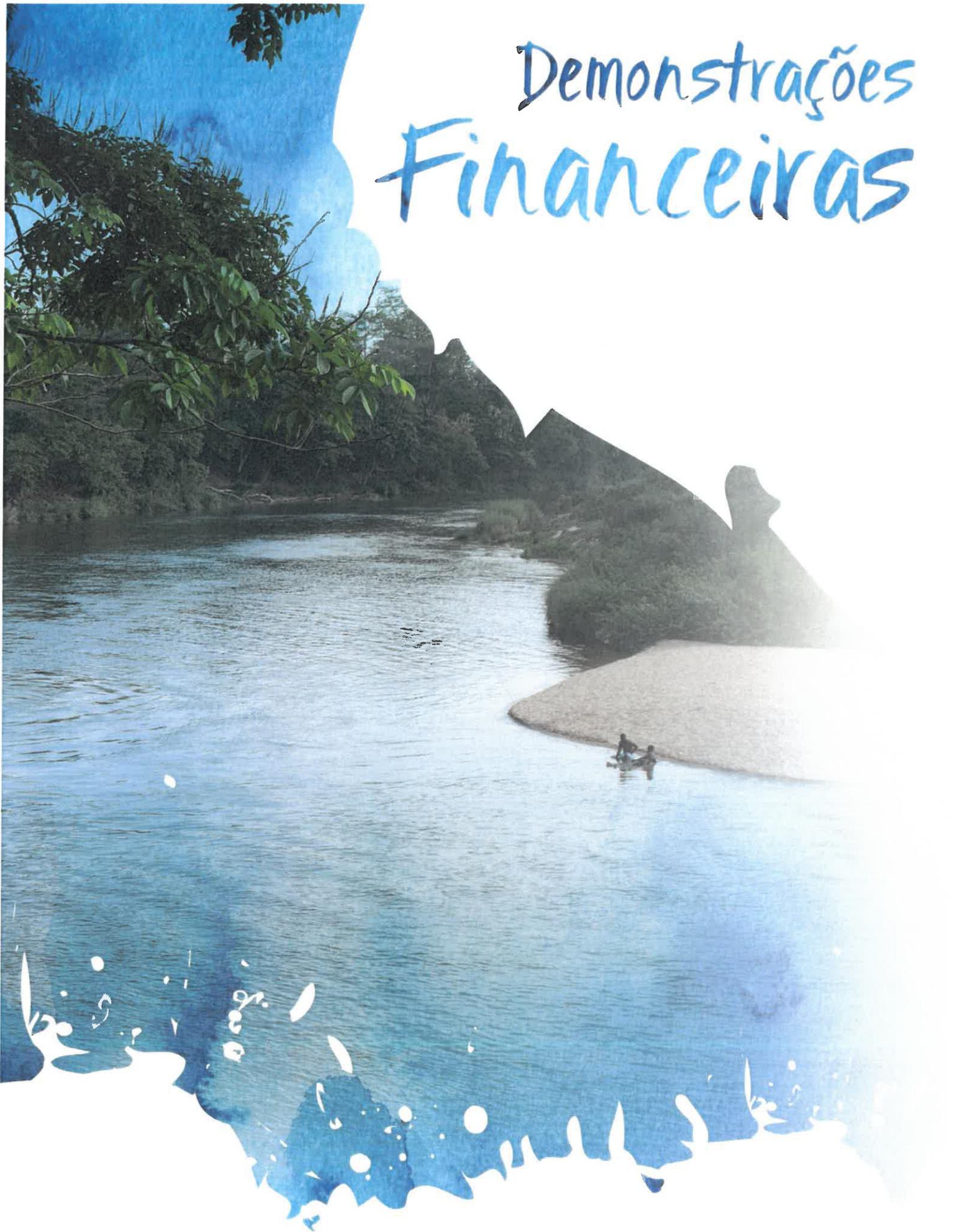
Os Administradores não executivos,



Engº Carlos Mineiro Aires
(Vogal não executivo)

L. M. G.

Demonstrações Financeiras



8/11

Índice

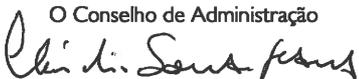
Demonstração da posição financeira.....	3
Demonstração dos resultados e do rendimento integral.....	4
Demonstração das variações do capital próprio.....	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas às demonstrações financeiras.....	7
1. Atividade económica da AdP Internacional S.A.....	7
1.1. Introdução	7
1.2. Atividade.....	7
1.3 Acionistas.....	7
1.4 Aprovação das Demonstrações financeiras	7
2. Políticas contabilísticas.....	7
2.1 Bases de apresentação.....	7
2.2 Participações financeiras em subsidiárias e associadas	16
2.3 Conversão cambial.....	16
2.4 Ativos fixos tangíveis.....	17
2.5 Ativos e passivos financeiros	18
2.6 Caixa e equivalentes de caixa.....	18
2.7 Imparidade.....	19
2.8 Capital	19
2.9 Dividendos a pagar.....	19
2.10 Provisões, ativos e passivos contingentes	20
2.11 Fiscalidade.....	20
2.12 Rédito	21
2.13 Gastos e perdas.....	21
2.14 Eventos subsequentes	21
3. Políticas de gestão do risco financeiro	21
3.1 Fatores de risco	21
3.2 Risco de crédito.....	21
3.3 Risco de liquidez.....	22
3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro.....	22
3.5 Risco de capital	22
4. Estimativas e julgamentos	23
4.1 Provisões e ajustamentos.....	23
4.2 Imparidade.....	23
6. Reexpressão das demonstrações financeiras.....	23
6. Instrumentos financeiros por categoria do IAS 39	23
7. Ativos fixos tangíveis.....	24
7.1 Movimentos do período	24
8. Investimentos financeiros.....	25
8.1 Empréstimos a empresas subsidiárias.....	25
9. Clientes	25
9.1 Clientes – Estrangeiros.....	25
10. Estado e outros entes públicos.....	25

11. Outros ativos correntes.....	26
12. Caixa e equivalentes de caixa.....	26
13. Capital próprio	26
13.1 Resultado líquido e rendimento integral por ação.....	26
14. Empréstimos.....	26
14.1 Empréstimos por maturidade e por tipo de taxa.....	27
15. Empresas do Grupo	27
16. Fornecedores.....	27
17. Outros passivos correntes.....	27
18. Estado e outros entes públicos.....	28
19. Prestação de serviços	28
20. Fornecimentos e serviços externos	28
21. Gastos com pessoal	29
21.1 Remunerações dos Órgãos Sociais	29
21.2 Número de pessoas ao serviço da empresa.....	29
22. Outros gastos operacionais.....	29
23. Outros rendimentos operacionais	29
24. Gastos financeiros.....	29
25. Rendimentos financeiros.....	30
26. Imposto sobre o rendimento do exercício.....	30
27. Saldos e transações com partes relacionadas	30
27.1 Partes relacionadas	30
27.2 Saldos com partes relacionadas	31
27.3 Transações com partes relacionadas.....	31
28. Ativos e passivos contingentes.....	31
29. Informações exigidas por diploma legal.....	32
30. Litígios e contingências	32
31. Eventos subsequentes	32

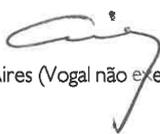
Demonstração da posição financeira

	Notas	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO			
Ativo fixo tangível	6	109 122	172 496
Investimentos financeiros	7	471 664	470 373
		580 786	642 869
Ativo corrente			
Clientes	8	3 749 415	2 174 409
Estado e outros entes públicos	9	290 801	127 932
Outros ativos correntes	10	129 484	267 523
Caixa e equivalentes de caixa	11	379 112	2 418 256
		4 548 812	4 988 120
Total do ativo		5 129 598	5 630 989
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	12	175 000	175 000
Reservas	12	174 784	174 784
Resultados transitados	12	(251 555)	(791 834)
Resultado líquido do exercício	12	83 147	(10 728)
Total do Capital próprio		181 376	(452 778)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		27 000	27 000
Empréstimos	13	-	2 000 000
		27 000	2 027 000
Passivo corrente			
Empréstimos	13	2 000 000	-
Empresas do Grupo	14	721 480	1 482 207
Fornecedores	15	1 411 963	1 417 179
Outros passivos correntes	16	741 148	1 125 103
Estado e outros entes públicos	17	46 631	32 278
		4 921 222	4 056 767
Total do Passivo		4 948 222	6 083 767
Total do Passivo e do Capital Próprio		5 129 598	5 630 989

O Conselho de Administração


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)


Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)

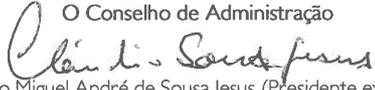

Carlos Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Técnico Oficial de Contas

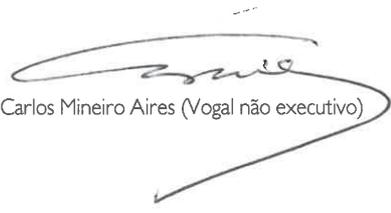

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Demonstração dos resultados e do rendimento integral

		31.12.2018	31.12.2017
Prestação de serviços	18	3 990 900	3 776 804
Fornecimentos e serviços externos	19	(2 623 133)	(2 554 799)
Gastos com pessoal	20	(1 239 603)	(1 210 481)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	6	(69 948)	(67 446)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	8	(162 191)	(95 672)
Outros gastos e perdas operacionais	21	(242 113)	(469 033)
Outros proveitos e ganhos operacionais	22	511 186	786 941
Resultados operacionais		165 098	166 314
Gastos financeiros	23	(50 896)	(169 742)
Rendimentos financeiros	24	1 675	6 822
Resultados antes de impostos		115 877	3 394
Imposto sobre o rendimento do exercício	25	(32 730)	(14 122)
Resultado líquido do exercício		83 147	(10 728)
Rendimento integral		83 147	(10 728)
Resultado por ação (básico e diluído)	12	2,38	(0,31)
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	12	2,38	(0,31)

O Conselho de Administração

 Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)


 Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)


 Carlos Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Técnico Oficial de Contas

 Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Demonstração das variações do capital próprio

	Capital social	Reserva legal	Variações cambiais	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldos 31 Dezembro 2016	175 000	35 000	139 784	(262 283)	(4 462 722)	(4 375 221)
Aplicação do resultado de 2016	-	-	-	(4 462 722)	4 462 722	-
Quinhora de resultados 2016	-	-	-	3 933 171	-	3 933 171
Resultado líquido do exercício de 2017	-	-	-	-	(10 728)	(10 728)
Saldos 31 Dezembro 2017	175 000	35 000	139 784	(791 834)	(10 728)	(452 778)
Aplicação do resultado de 2017	-	-	-	(10 728)	10 728	-
Quinhora de resultados 2017	-	-	-	10 728	-	10 728
Quinhora de resultados transitados	-	-	-	540 279	-	540 279
Resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	83 147	83 147
Saldos 31 Dezembro 2018	175 000	35 000	139 784	(251 555)	83 147	181 376

O Conselho de Administração


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)

O Técnico Oficial de Contas

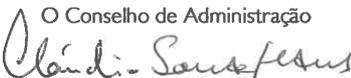

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)


Carlos Mineiro Aires (Vogal não executivo)

Demonstração dos fluxos de caixa

	31.12.2018	31.12.2017
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2 377 760	4 467 669
Pagamentos a fornecedores	(2 684 536)	(2 274 924)
Pagamentos ao pessoal	(1 238 780)	(728 330)
Fluxo gerado pelas operações	(1 545 556)	1 464 415
Pagamentos do Imposto sobre o rendimento	(28 587)	(2 440)
Outros Recebimentos/(Pagamentos) relativos à atividade operacional	(177 190)	770 274
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	(205 777)	767 834
Fluxo de atividades operacionais	(1 751 333)	2 232 249
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	1 403
Investimentos financeiros	-	136 203
Juros e rendimentos similares	1 675	6 822
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento	1 675	144 428
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(6 574)	(30 514)
Investimentos financeiros	(1 291)	(464 130)
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	(7 865)	(494 644)
Fluxo das atividades de investimento	(6 190)	(350 216)
Atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Cobertura de prejuízos	551 007	3 933 171
Empréstimos obtidos	1 120 000	1 150 000
Fluxo dos Recebimentos de atividades de financiamento	1 671 007	5 083 171
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(1 870 000)	(4 270 000)
Juros e gastos similares	(83 042)	(89 923)
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	(1 953 042)	(4 359 923)
Fluxo das atividades de financiamento	(282 035)	723 248
Varição de caixa e seus equivalentes	(2 039 558)	2 605 281
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 418 256	43 180
Varição cambial	414	(230 205)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	379 112	2 418 256
Varição de caixa e seus equivalentes	(2 039 558)	2 605 281

O Conselho de Administração

 Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)


 Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)


 Carlos Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Técnico Oficial de Contas

 Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Notas às demonstrações financeiras

I. Atividade económica da AdP Internacional S.A

I.1. Atividade

A AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (AdP Internacional, S.A., adiante designada também por Sociedade), com sede na Rua Visconde Seabra, n.º 3, 5.º piso, em Lisboa, foi constituída em 25 de janeiro de 2001, no decurso da aprovação do novo modelo organizativo do Grupo Águas de Portugal, com o propósito de realizar atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros afins, e de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outros, e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, e noutros sectores das indústrias do ambiente.

A Sociedade tem sucursais em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

I.2 Acionistas

É acionista da AdP Internacional a AdP SGPS, S.A. com 100% do Capital Social.

I.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 4 de abril de 2019. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2018.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

2.1.1 Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdP Internacional foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.2 Novas normas e alteração de políticas

2.1.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentada nos comparativos.

2.1.2.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 veio substituir a IAS 11 Contratos de Construção, a IAS 18 Rédito e as Interpretações relacionadas com estas normas e aplica-se, com raras exceções, a todo o rédito proveniente de contratos com clientes.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A IFRS 15 requer que o órgão de gestão faça julgamentos, considerando todos os factos e circunstâncias relevantes quando aplica cada um dos cinco passos do modelo aos contratos com os seus clientes. A norma também especifica como devem ser contabilizados os custos incrementais para a obtenção de um contrato e os custos diretamente incorridos no cumprimento de um contrato. Adicionalmente, a norma exige divulgações mais extensas.

A Sociedade adotou a IFRS 15 usando o método retrospectivo modificado, com data de aplicação inicial de 1 de janeiro de 2018. De acordo com este método, a norma pode ser aplicada, na data de aplicação inicial, a todos os contratos ou apenas aos contratos que não estejam concluídos nessa data. A Sociedade optou por aplicar a norma aos contratos que não estavam concluídos em 1 de janeiro de 2018.

Na maioria das prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, existem várias obrigações de desempenho ("*performance obligation*"), pelo que o rédito é reconhecido à medida que as "*performance obligations*" são satisfeitas.

A aplicação da IFRS 15 não tem impacto significativo na forma como a Sociedade reconhece atualmente o rédito da prestação de serviços a clientes.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tem como principal enfoque os seguintes aspetos: i) Classificação e mensuração; ii) Imparidade; e iii) Contabilidade de Cobertura.

A Sociedade adotou esta nova norma em 1 de Janeiro de 2018, data em que se tornou obrigatória a sua aplicação, não havendo lugar a reexpressão da informação comparativa.

A Sociedade analisou o impacto da adoção desta nova norma, não tendo identificado impacto significativo nas Demonstrações Financeiras.

i) *Classificação e mensuração*

De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros correspondentes a instrumentos de dívida podem ser subsequentemente mensurados ao justo valor através de resultados, ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral. A classificação é determinada em função do modelo de negócio da Sociedade para gerir os ativos financeiros e se os fluxos de caixa contratuais do instrumento de dívida representam, ou não, apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

A avaliação do modelo de negócio da Sociedade foi efetuada à data de aplicação inicial, em 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais representam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros foi efetuada com base nos factos e circunstâncias existentes à data de reconhecimento dos ativos.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 Rendimentos de contratos com os clientes.

Os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 não tiveram um impacto significativo na Sociedade. As alterações ocorridas ao nível da classificação dos ativos financeiros da Sociedade são as seguintes:

- Clientes (contas a receber de clientes) classificados como Empréstimos e contas a receber em 31 de dezembro de 2017, são detidos para receber os fluxos de caixa contratuais e dão origem a fluxos de caixa que representam apenas reembolsos de capital. São classificados e mensurados como Instrumentos de dívida ao custo amortizado com início em 1 de janeiro de 2018.

ii) *Imparidade*

A IFRS 9 requer que a Sociedade reconheça imparidades sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas (quer numa base de perdas esperadas a 12 meses ou perdas esperadas na totalidade da vida dos créditos a receber), em substituição do modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39. A Sociedade aplicou a abordagem simplificada para os créditos comerciais a receber, reconhecendo a estimativa de perdas para a totalidade da vida dos créditos.

A atual política contábilística seguida pela Sociedade já prevê o reconhecimento de uma imparidade sobre créditos comerciais a receber, atendendo ao histórico de incobrabilidade de cada negócio.

A Sociedade não identificou qualquer impacto material nas suas Demonstrações Financeiras pela aplicação deste novo modelo de reconhecimento de imparidades.

iii) *Contabilidade de cobertura*

A Sociedade não detém instrumentos derivados, pelo que não existem impactos nas Demonstrações Financeiras.

Alterações à IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira

A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 21 – ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’, referindo-se à determinação da ‘data da transação’ quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira, sendo o fator que determina a taxa de câmbio a usar para conversão cambial das transações em moeda estrangeira a data da transação. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Outras normas sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras

- Alterações à IAS 40 Propriedades de investimento – clarificação que a transferência de ativos só pode ser efetuada (de e para a categoria de propriedades de investimento) quando existe evidência da sua alteração de uso, sendo que a alteração de intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
- Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016 - Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu as seguintes melhorias que devem ser aplicadas retrospectivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018 (uma outra melhoria relacionada com a IFRS 12 foi já efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017):
 - IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS - Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS;
 - IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento.
- Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4 - As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.
- IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:
 - *Vesting conditions* - os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro;
 - Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte;
 - Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio.

2.1.2.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2019 ou posteriores e que a Sociedade não adotou antecipadamente são as seguintes:

- ***Já endossadas pela UE***

IFRS 16 Locações

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 Locações, a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 Locações Operacionais – Incentivos e a SIC 27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos balanços de acordo com um modelo único semelhante ao previsto atualmente na IAS 17 para as locações financeiras.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilidade do locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que entra em vigor nos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019 requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensivas do que as requeridas pela IAS 17.

Transição para a IFRS 16

A Sociedade irá adotar a IFRS 16 retrospectivamente com o efeito cumulativo na data de aplicação do IFRS 16 (1 de janeiro de 2019), em que o direito de uso do ativo da locação será contabilizado pelo valor igual ao passivo da locação determinado no dia 1 de janeiro de 2019. Através deste expediente prático do IFRS 16, os comparativos não serão reexpressos. A Sociedade irá aplicar a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, a Sociedade não irá aplicar a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A Sociedade decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor. A Sociedade tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que a Sociedade considera terem pouco valor.

Durante o período de 2018, a Sociedade efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da IFRS 16. Em resumo, o impacto esperado da adoção da IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019 é o seguinte:

Aumento do ativo - Direito de uso do ativo da locação	59 287 €
Aumento do passivo - Passivo da locação	59 287 €

Na determinação do impacto estimado com a transição para o IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019, foram utilizados os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços foi tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 31 de dezembro de 2019, foram excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) foram excluídos do âmbito do IFRS 16.

Adicionalmente, a taxa de desconto utilizada na quantificação do passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, foi determinada da seguinte forma:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, foi utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utilizou-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

O impacto acima estimado com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que até 31 de dezembro de 2018 eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17 - contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos.

IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

A Interpretação foi endossada em 23 de outubro de 2018 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash flows implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Esta alteração foi endossada em 22 de março de 2018 e é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Devem ser aplicados retrospectivamente. Esta alteração traz requisitos específicos para adotar na transição mas apenas se as entidades a adotarem em 2019 e não em 2018 em conjunto com a IFRS 9. É permitida a adoção antecipada.

A Sociedade não optou pela adoção antecipada.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para uma associada ou um empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio, tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida e tem de ser divulgada. As alterações devem ser aplicadas prospectivamente.

- **Ainda não endossadas pela UE**

Interesses de longo prazo em Associadas ou *Joint Ventures* – Alterações à IAS 28

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou *joint ventures* às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou *joint venture* (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou *joint venture*, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A alteração tem de ser aplicada retrospectivamente, com algumas exceções. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
 - Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
 - Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.
- IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
 - Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.
- IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital
 - Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.

- IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização
 - A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
 - As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida adoção antecipada.

IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

Definição de atividade empresarial – alterações à IFRS 3

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto).

Definição de materialidade – Alterações à IAS 1 e à IAS 8

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

Ocultar informação

As alterações explicam que uma informação está ocultada se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

Novo nível de materialidade ("threshold")

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade "puder influenciar", o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por "razoavelmente se espera que influencie" contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

Utilizadores primários das demonstrações financeiras

A definição atual refere "utilizadores" mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo "utilizadores" possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospectivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

IAS 19 Alterações ao plano, cortes ou liquidação do plano

Esta alteração vem esclarecer qual o tratamento contabilístico a seguir no caso de existir uma alteração ao plano, ou de haver um corte ou a liquidação do plano.

Determinar o custo dos serviços correntes e do interesse líquido

Quando se contabiliza um plano de benefícios definidos de acordo com a IAS 19, a norma requer que o custo dos serviços correntes seja mensurado usando pressupostos atuariais determinados na data de início desse período de reporte. Da mesma forma, o interesse líquido é mensurado multiplicando o passivo (ativo) líquido do plano pela taxa de desconto, ambos determinados na data de início desse período de reporte.

Esta alteração vem esclarecer que quando ocorre uma alteração, um corte ou a liquidação do plano durante o período, é requerido:

- Que o custo dos serviços correntes para o período remanescente seja mensurado usando os pressupostos atuariais que tenham sido usados para remensurar o passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento;
- O interesse líquido para o período remanescente após esse evento seja determinado usando:
 - O passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
 - A taxa de desconto usada para remensurar esse passivo (ativo) líquido do plano.

Efeito nos requisitos para determinar o limite máximo de reconhecimento do ativo

Uma alteração, um corte ou a liquidação do plano pode reduzir ou eliminar o excesso que exista no plano de benefícios definidos o que pode levar a uma alteração do limite máximo de reconhecimento do ativo.

Esta alteração vem clarificar que primeiro deve ser determinado qualquer custo de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, sem considerar o limite máximo para reconhecimento do ativo. Esse valor é reconhecido em resultados no período. Posteriormente deve ser determinado o efeito do limite máximo de reconhecimento do ativo após a alteração, o corte ou a liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, não considerando os valores incluídos no interesse líquido, é reconhecida em rendimento integral.

Esta clarificação poderá levar uma entidade a reconhecer custos de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, o que reduz o excesso que não tenha sido reconhecido no passado. Alterações no efeito do limite máximo ao reconhecimento do ativo não podem compensar esses valores.

Esta alteração é aplicável a alterações, o corte ou a liquidações de planos que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada, a qual deverá ser divulgada.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura concetual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos;
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo 1 – O objetivo do reporte financeiro
- Capítulo 2 – Características qualitativas de uma informação financeira útil
- Capítulo 3 – Demonstrações financeiras e a entidade que reporta
- Capítulo 4 – Os elementos das demonstrações financeiras
- Capítulo 5 – Reconhecimento e desreconhecimento
- Capítulo 6 - Mensuração
- Capítulo 7 – Apresentação e divulgação
- Capítulo 8 – Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Sociedade exceto quanto ao IFRS 16 conforme acima divulgado.



2.2 Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira da AdP Internacional na data da obtenção de controlo ou influência significativa, ou de negociação ou da contratação, que é a data em que a AdP Internacional se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Na transição as participações financeiras foram reconhecidas de acordo com o custo presumido ou custo considerado, ou seja pelo valor que foi transposto das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo naquela data, em alternativa ao custo de aquisição.

No momento inicial, as participações financeiras são reconhecidas pelo custo de aquisição acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AdP Internacional ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a AdP Internacional tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AdP Internacional tenha transferido o controlo sobre os ativos. Subsequentemente, as participações financeiras são valorizadas ao custo de aquisição deduzidas de perdas por imparidade.

O reconhecimento de dividendos é registado em resultados na data em que estes forem declarados.

Imparidade de participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são analisadas à data de cada Demonstração da Posição Financeira de forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável da participação financeira é avaliado. Sempre que a quantia escriturada de uma participação financeira excede a quantia recuperável, é reduzida até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. A quantia recuperável das participações financeiras em subsidiárias e associadas corresponde ao maior entre o valor de uso e o valor de venda. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

As empresas subsidiárias são:

Unidade de Negócio / Empresa	Sede	% de Capital detido	Capital Social
Aquatec, SARL	Moçambique	100,00%	2.476.580 Mzn
AdP Timor	Timor Leste	100,00%	5.000 Eur

2.3 Conversão cambial

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdP Internacional, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdP Internacional e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdP Internacional de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.3.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Fonte: Banco de Portugal

País	Moeda	31.12.2018		31.12.2017	
		médio	final	médio	final
Cabo Verde	Escudo C.V.	110,27	110,27	110,27	110,27
Moçambique	Meticais	71,42	70,24	71,47	70,57
E.U.A.	USD	1,14	1,15	1,18	1,20
Angola	Kwanza	244,56	353,02	184,70	185,40
Guiné Bissau	Franco CFA ocidental	655,957	655,957	655,957	655,957
São Tomé e Príncipe	Dobra São Tomense	24.500	24.500	n.a.	n.a.

2.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são as seguintes:

Naturezas	Vida útil (anos)
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	7

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdP Internacional. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.4.1 Locação

As locações de ativos, relativamente aos quais a AdP Internacional detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza, sendo a sua classificação feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação são classificados como locações operacionais, nas situações em que tal não se verifique. Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação.

2.5 Ativos e passivos financeiros

2.5.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros a AdP Internacional são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do modelo de negócio de gestão do ativo financeiro e das características dos cash-flows contratuais inerentes ao ativo financeiro. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. O Grupo classifica os seus ativos financeiros nas categorias definidas no IFRS 9, sendo apenas aplicável à Sociedade a categoria “Custo amortizado”.

“Custo amortizado”

Correspondem a ativos financeiros não derivados (contas a receber de clientes), com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a ativos originados do decurso normal da atividade operacional e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar e são registados na rubrica da Demonstração da Posição Financeira “Clientes”.

As contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo deduzidos de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data da Demonstração da Posição Financeira, para que reflitam o seu valor recuperável.

São registadas perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.5.2 Classificação de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IFRS 9 - Instrumentos financeiros prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao custo amortizado; e (ii) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados. A Sociedade apenas tem passivos financeiros ao custo amortizado e incluem Empréstimos obtidos, Fornecedores e outras contas a pagar.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecida em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Sociedade liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.7 Imparidade

2.7.1 Imparidade de ativos financeiros

A AdP Internacional analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a AdP Internacional não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; e (iv) probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e a quantia escriturada do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. A quantia escriturada destes ativos é reduzida para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.7.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da AdP Internacional são analisados à data de cada Demonstração da Posição Financeira de forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para os outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data da Demonstração da Posição Financeira. É determinado o valor recuperável dos ativos da AdP Internacional para os quais existem indicações de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável dos valores a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.8 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.9 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdP Internacional divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Sociedade que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Sociedade procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Sociedade. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Sociedade procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

2.11 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdP Internacional seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.12 Rédito

O rédito compreende o justo valor da presta o de serviços, líquido de impostos e descontos.

2.12.1 Presta o de serviços

O rédito   reconhecido com base na presta o do serviço, no período em que esta ocorre, de acordo com o nível de realiza o das "performance obligations".

2.12.2 Dividendos a receber

Os dividendos serão reconhecidos quando o direito do acionista for estabelecido, o que geralmente ocorre por decisão da Assembleia Geral da subsidiária ou associada.

2.13 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especializa o do exercício).

2.14 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstra o da Posi o Financeira que proporcionem informa o adicional sobre condi es que existiam   data da Demonstra o da Posi o Financeira são refletidos nas demonstra es financeiras. Os eventos após a data da Demonstra o da Posi o Financeira que proporcionem informa o sobre condi es que ocorram após a data da Demonstra o da Posi o Financeira, se materiais são divulgados nas notas às Demonstra es financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da AdP Internacional estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado   taxa de juro e risco de taxa de câmbio). O grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitoriza o permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP Internacional e suas participadas. A gestão do risco   conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administra o. A tesouraria identifica, avalia e realiza opera es com vista   minimiza o dos riscos financeiros, em estrita coopera o com as unidades operacionais do grupo AdP. O Conselho de Administra o providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administra o tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposi o. Todas as opera es realizadas com instrumentos derivados carecem de aprova o prévia do Conselho de Administra o, que define os parâmetros de cada opera o e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de mercado

3.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdP Internacional adv m, essencialmente, da contrata o de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdP Internacional ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros   taxa fixa expõem a AdP Internacional ao risco do justo valor associado   taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2018 a AdP Internacional apenas det m empréstimos   taxa de juro fixa.

3.2.2 Risco de taxa de câmbio

A exposi o ao risco de câmbio da AdP Internacional corresponde essencialmente   opera o desenvolvida pela sucursal em Angola. Este risco consubstancia-se em futuras transa es comerciais, ativos e passivos reconhecidos, que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP Internacional. A Tesouraria Central do Grupo AdP   responsável pela gestão da exposi o líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando entenda ser necessário. A AdP Internacional apresenta saldos denominados em moeda estrangeira, expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposi o cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira   gerida através da contrata o de empréstimos na mesma moeda.

3.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP Internacional pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP Internacional efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

2018	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos do Grupo (AdP SGPS) (Notas 13 e 14)	2 900 000	-	-

A AdP Internacional não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez (Milhares euros)	Valor do plafond disponível	Valor do plafond usado	Valor do plafond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4 000	2 000	2 000
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3 000	900	2 100
	7 000	2 900	4 100

O objetivo da AdP SGPS (empresa-mãe da AdP Internacional) em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	2018	2017
Suprimentos (Grupo)	2 000 000	2 000 000
Apoios de tesouraria (Grupo)	900 000	1 650 000
Disponibilidades	(379 112)	(2 418 256)
Dívida	2 520 888	1 231 744
Total do capital próprio	181 376	(452 778)
Capital	2 702 264	778 966
Dívida/total do capital	0,93	1,58

O modelo de financiamento da AdP Internacional assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, nos empréstimos do acionista e no capital próprio.

3.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP Internacional. A AdP Internacional está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

3.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

3.4.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2017, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	2018
Depósitos à ordem e a prazo (Nota 11)	375 096
	375 096

Rating	2018
Ba1	50 633
Baa2	(10 260)
Baa3	76 615
Caa2	2 125
não disponível	255 983
	375 096

Nota: notação de rating da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em fevereiro de 2019.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdP Internacional são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdP Internacional, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdP Internacional. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. A imparidade para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a imparidade para contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de aprovação das demonstrações financeiras da AdP Internacional não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade adicional face à registada, nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdP Internacional.

4.2 Estimativa de impostos e impostos diferidos

A AdP Internacional que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e a quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

Em 31 de dezembro de 2018 a AdP Internacional não tem registrados ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis (ver nota 25).

5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2018)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Cientes	3 749 415	-	3 749 415
Caixa e equivalentes de caixa	379 112	-	379 112
Total do ativo	4 128 527	-	4 128 527
Empréstimos	-	2 900 000	2 900 000
Fornecedores e outros passivos	-	1 411 963	1 411 963
Total do passivo	-	4 311 963	4 311 963

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2017)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Cientes	2 174 409	-	2 174 409
Caixa e equivalentes de caixa	2 418 256	-	2 418 256
Total do ativo	4 592 665	-	4 592 665
Empréstimos	-	3 650 000	3 650 000
Fornecedores e outros passivos	-	1 417 179	1 417 179
Total do passivo	-	5 067 179	5 067 179

6. Ativos fixos tangíveis

	2018	2017
Equipamento de transporte	57 206	115 321
Equipamento administrativo	51 916	57 175
	109 122	172 496

6.1 Movimentos do período

Ativo bruto	2017	Adições	2018
Equipamento de transporte	267 351	-	267 351
Equipamento administrativo	120 150	6 574	126 724
	387 501	6 574	394 075
Amortizações acumuladas	2017	Dotações	2018
Equipamento de transporte	(152 030)	(58 115)	(210 145)
Equipamento administrativo	(62 975)	(11 833)	(74 808)
	(215 005)	(69 948)	(284 953)
	172 496	(63 374)	109 122

10. Outros ativos correntes

	2018	2017
Outros devedores	99 888	95 416
Seguros	35 290	37 147
Pessoal	-	3 220
Gastos a reconhecer (a)	(5 694)	131 740
	129 484	267 523

(a) Em 31 de dezembro de 2017, incluía o montante de 122.203 Euros de despesas a refaturar a clientes, no âmbito dos projetos em curso.

11. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Numerário	4 016	4 143
Depósitos bancários	375 096	2 414 113
	379 112	2 418 256

12. Capital próprio

O Capital Social da AdP Internacional, está representado por 35.000 ações no montante de 5 Euros cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela AdP, SGPS, seu único acionista.

	2018	2017
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA.	175 000	175 000
	175 000	175 000

12.1 Resultado líquido e rendimento integral por ação

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	83 147	(10 728)
Número de ações	35 000	35 000
Resultado por ação	2,38	(0,31)

	2018	2017
Rendimento integral	83 147	(10 728)
Número de ações	35 000	35 000
Rendimento integral por ação	2,38	(0,31)

13. Empréstimos

	2018	2017
Financiamentos de médio e longo prazo (AdP SGPS)	-	2 000 000
Empréstimos não correntes	-	2 000 000
	-	2 000 000
Financiamentos de médio e longo prazo (AdP SGPS)	2 000 000	-
Empréstimos correntes	2 000 000	-
	2 000 000	2 000 000

7. Investimentos financeiros

	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	5 002	5 002
Empréstimos a empresas subsidiárias (Nota 7.1)	3 047 011	3 047 011
Fundo de compensação do trabalho	2 532	1 241
Imparidade para empréstimos a empresas subsidiárias (Nota 7.1)	(2 582 881)	(2 582 881)
	471 664	470 373

7.1 Empréstimos a empresas subsidiárias

	2018			2017		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
AdP Timor	1 830 959	(1 373 859)	457 100	1 830 959	(1 373 859)	457 100
Aquatec	1 216 052	(1 209 022)	7 030	1 216 052	(1 209 022)	7 030
	3 047 011	(2 582 881)	464 130	3 047 011	(2 582 881)	464 130

8. Clientes

	2018			2017		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Clientes - Outras partes relacionadas - Internacional (a)	1 349 327	(763 070)	586 257	1 269 462	(600 879)	668 583
Clientes - Outras partes relacionadas - Instrumentais	67 073	-	67 073	55 594	-	55 594
Clientes - Nacionais	243 848	(243 848)	-	243 848	(243 848)	-
Clientes - Estrangeiros (Nota 8.1)	6 270 095	(3 232 866)	3 037 229	4 405 038	(3 232 866)	1 172 172
Clientes - outros	386	-	386	386	-	386
Acréscimos de rendimentos	58 470	-	58 470	277 674	-	277 674
	7 989 199	(4 239 784)	3 749 415	6 252 002	(4 077 593)	2 174 409

(a) Em 31 de dezembro de 2018 inclui o montante de 1.179.876 Euros a receber da subsidiária AdP Timor (1.053.570 Euros em 31 de dezembro de 2017).

8.1 Clientes – Estrangeiros

	2018	2017
Financial contract (Huambo e Uige) (b)	2 700 184	1 040 674
Ministério Energia e Águas de Angola (a)	2 299 926	2 299 926
Empresa Pública de Águas EPAL EP (a)	885 961	885 961
Outros	384 024	178 477
	6 270 095	4 405 038

(a) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estes clientes têm imparidade constituída para a totalidade dos saldos devedores.

(b) Apesar dos projetos estarem a ser realizados em Angola, o cliente é o Banco Mundial.

9. Estado e outros entes públicos

	2018	2017
Imposto sobre o Valor Acrescentado	282 025	115 888
Imposto sobre o rendimento	-	3 684
Outros	8 776	8 360
	290 801	127 932

13.1 Empréstimos por maturidade e por tipo de taxa

Taxa de juro fixa	2018	2017
Até 1 anos	2 000 000	-
De 1 a 2 anos	-	2 000 000
De 2 a 3 anos	-	-
Superior a 3 anos	-	-
	2 000 000	2 000 000

14. Empresas do Grupo

	2018	2017
Apoio de tesouraria (AdP SGPS)	900 000	1 650 000
Imposto do exercício (consolidado fiscal)	(178 520)	(167 793)
	721 480	1 482 207

Até 31 de dezembro de 2016 a AdP Internacional estava inserida no Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades, pelo que o saldo a receber de imposto sobre o rendimento, estava registado na rubrica "Empresas do Grupo - Imposto do exercício (consolidado fiscal)".

15. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores C/C-Empresa Mãe	77 675	87 898
Fornecedores C/C-Gerais	57 468	65 321
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-INSTRUMENTAIS	129 864	42 989
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-INTERNACIONAL	1 138 721	1 161 445
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-Água e Saneamento	8 235	59 526
	1 411 963	1 417 179

16. Outros passivos correntes

	2018	2017
Pessoal	113 838	119 402
Acréscimos de gastos - juros a liquidar	4 769	9 989
Acréscimos de gastos – outros (a)	261 510	398 618
Recebimentos de clientes não afetos/por identificar	259 214	259 214
Outros credores (b)	(69 518)	18 401
Rendimentos a reconhecer (c)	171 335	319 479
	741 148	1 125 103

- (a) Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Acréscimos de gastos – outros", é composta essencialmente por acréscimos de gastos por serviços prestados por empresas do Grupo AdP e ainda não faturados naquela data (214.441 Euros).
- (b) Em 31 de dezembro de 2018, inclui o montante devedor de 82.914 Euros relativo a despesas a refaturar a clientes, no âmbito dos projetos em curso.
- (c) Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Rendimentos a reconhecer" corresponde ao rédito por prestação de serviços no âmbito de protocolos assinados com o Fundo Ambiental, cujas verbas foram recebidas em 2018, mas cujos gastos apenas serão incorridos em 2019.

17. Estado e outros entes públicos

	2018	2017
Imposto sobre o rendimento	11 186	-
Retenções de imposto sobre o rendimento efetuadas a terceiros	20 668	16 424
Contribuições para a segurança social	14 777	15 854
	46 631	32 278

18. Prestação de serviços

Projeto	Mercado	2018	2017
Huambo-Pdisa	Angola	1 321 710	1 076 719
Uige-Pdisa	Angola	1 138 018	1 112 273
Uige - Fiscalização	Angola	8 900	110 904
AO - WOPA Cabinda	Angola	73 428	-
STP - AT à EMAE - O&M&Infra	São Tomé e Príncipe	-	511 534
STP - AT à EMAE - MAAIS	São Tomé e Príncipe	412 832	
MZ - Plano Emergencia Seca MaputoMZ	Moçambique	293 448	226 552
MZ - INFRA MAIS	Moçambique	169 130	
MZ - Water Tariff Study - CRA	Moçambique	61 192	
Nippon Koei	Cabo Verde	95 317	68 533
Anas- Ecovisão	Cabo Verde	73 359	200 594
CV- Reforço Competências Gestão Com Operação	Cabo Verde	-	87 950
CV- Formação Capacitação Gestão	Cabo Verde	-	83 030
CV - Desempenho Ambiental AdS	Cabo Verde	170 475	
CV - Conflitos Uso Água ANAS	Cabo Verde	162 450	
AT Guiné-Bissau	Guiné Bissau	-	98 042
GB - AT EAGB CADASTRO	Guiné Bissau	1 941	
CIV-Competências na BM Costa Marfim	Costa Marfim	-	43 232
ONEE Marrocos	Marrocos	8 700	1 740
Projeto Azerbaijão	Azerbaijão	-	155 701
		3 990 900	3 776 804

19. Fornecimentos e serviços externos

	2018	2017
Serviços especializados	1 643 611	1 467 436
Materiais	17 469	13 384
Energia e fluídos	25 063	30 955
Deslocações, estadas e transportes	304 128	301 386
Comunicação	22 558	40 279
Rendas e alugueres	284 626	381 860
Serviços diversos	325.678	319.499
	2 623 133	2 554 799

A atividade da AdP Internacional não é, na maioria das situações, comparável, tendo em conta os projetos em curso em cada um dos exercícios, particularmente no que diz respeito à sua natureza e dimensão (e conseqüentemente dos recursos alocados). O aumento verificado ao nível dos fornecimentos e serviços externos face a 2017 é justificado pelo maior consumo de recursos pelos projetos ativos durante o ano de 2018.

A rubrica "Serviços diversos" inclui despesas incorridas no âmbito da execução dos projetos contratualizados com os clientes e que são redebitadas aos clientes conforme definido contratualmente (149.147 Euros em 2018 e 40.428 Euros em 2017).

20. Gastos com pessoal

	2018	2017
Remunerações dos Órgãos sociais	114 025	113 363
Remunerações do pessoal	807 251	835 278
Indemnizações	38 010	-
Encargos sobre as remunerações	191 336	179 025
Gastos de ação social	5 627	7 486
Outros gastos com o pessoal	83 354	75 329
	1 239 603	1 210 481

20.1 Remunerações dos Órgãos Sociais

	2018	2017
Conselho de Administração	110 046	109 022
Fiscal Único	3 979	4 341
	114 025	113 363

20.2 Número de pessoas ao serviço da empresa

Natureza	Número médio		Final do ano	
	2018	2017	2018	2017
Conselho de Administração	2	2	2	2
Trabalhadores efetivos/ eventuais	20	27	21	26
	22	29	23	28

21. Outros gastos operacionais

	2018	2017
Impostos (a)	131 274	62 792
Diferenças de câmbio desfavoráveis	100 528	357 948
Multas e penalidades contratuais	73	35 877
Outros gastos e perdas	10 210	9 864
Correções relativas a exercícios anteriores	28	2 552
	242 113	469 033

(a) Em 2018 inclui o montante de 130.610 Euros relativos ao imposto retido em Angola.

22. Outros rendimentos operacionais

	2018	2017
Outros rendimentos e ganhos	207 051	351 630
Rendimentos suplementares	191 258	231 515
Diferenças de câmbio Favoráveis	112 877	203 796
	511 186	786 941

23. Gastos financeiros

	2018	2017
Juros suportados de financiamentos obtidos	55 299	115 620
Diferenças de câmbio favoráveis	(26 926)	-
Outros gastos e perdas de financiamento	22 523	54 122
	50 896	169 742

8
9
10

24. Rendimentos financeiros

	2018	2017
Juros obtidos por depósitos bancários	1 675	6 822
	1 675	6 822

25. Imposto sobre o rendimento do exercício

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a carga fiscal registada tem a seguinte composição:

	2018	2017
Estimativa de imposto do exercício	32 730	14 122
	32 730	14 122

	2018	2017
Resultado antes de impostos	115 877	3 394
Acréscimos para apuramento de resultado fiscal	162 191	53 336
Deduções para apuramento de resultado fiscal	-	(532 650)
Base de incidência (prejuízo fiscal)/lucro fiscal	278 068	(475 920)
Dedução do prejuízo fiscal	-	-
Total	278 068	(475 920)
IRC (21%%)	17 518	-
Derrama (1,5%)	4 171	-
Coleta de IRC e Derrama (a recuperar)/a pagar	21 689	-
Tributação autónoma	11 041	14 122
Impostos correntes	32 730	14 122

Em 31 de dezembro de 2018 a AdP Internacional tem prejuízos fiscais reportáveis para os quais não tem ativos por impostos diferidos contabilizados, conforme segue:

Ano de geração do prejuízo fiscal reportável	Caducidade	Valor do prejuízo	Imposto
2015	2027	553 709	116 279
2016	2028	679 024	142 595
2017	2022	475 920	99 943
		1 708 653	358 817

26. Saldos e transações com partes relacionadas

26.1 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 as partes relacionadas da AdP Internacional são as seguintes:

- . AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (empresa-mãe);
- . Entidades detidas pela AdP Internacional (AdP Timor e Aquatec);
- . Outras entidades do Grupo AdP;
- . Membros do Conselho de Administração da AdP Internacional;
- . Membros do Conselho de Administração da AdP SGPS.

26.2 Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 os saldos com partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo				Passivo			
	Investimentos financeiros	Clientes	Outros ativos correntes	Total	Empréstimos e empresas do Grupo	Fornecedores	Outros passivos correntes	Total
Total de saldo da rubrica	471 664	3 749 415	129 484	4 350 563	2 721 480	1 411 963	741 148	4 874 591
Águas do Norte	-	-	-	-	-	5 393	-	5 393
Águas da Região de Aveiro	-	-	-	-	-	(10 330)	16 449	6 119
AdP SGPS	-	67 153	-	67 153	2 721 480	77 675	61 741	2 860 896
AdP Serviços	-	(80)	-	(80)	-	126 623	2 057	128 680
Aquatec (*)	7 030	2 665	-	9 695	-	2 665	53 189	55 854
AdP Timor (*)	457 100	583 593	95 365	1 136 058	-	1 136 058	-	1 136 058
EPAL	-	-	-	-	-	8 235	85 775	94 010
Águas do Tejo Atlântico	-	(3 462)	-	(3 462)	-	414	-	414
Total de saldos intra-grupo	464 130	649 869	95 365	1 209 364	2 721 480	1 346 733	219 211	4 287 424
Total de saldos fora de grupo	7 534	3 099 546	34 119	3 141 199	-	65 230	521 937	587 167

(*) Saldos líquidos de imparidade

26.3 Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as transações com partes relacionadas foram as seguintes:

	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas operacionais	Outros proveitos e ganhos operacionais	Gastos financeiros	Total
Total de saldo da rubrica	(2 623 133)	(242 113)	511 186	(50 896)	1 585 944
Águas do Norte	(8 756)	-	-	-	(8 756)
Águas da Região de Aveiro	(16 449)	-	-	-	(16 449)
Águas do Douro e Paiva	24 998	-	-	-	24 998
AdP SGPS	-	(1 000)	-	(53 956)	(54 956)
AdP Serviços	(333 461)	-	-	-	(333 461)
AdP Timor	-	-	7 020	-	7 020
EPAL	(214 352)	-	-	-	(214 352)
Total de transações intra-grupo	(548 020)	(1 000)	7 020	(53 956)	(595 956)
Total de transações fora de grupo	(2 075 113)	(241 113)	504 166	3 060	2 181 900

27. Ativos e passivos contingentes

Os compromissos financeiros e as responsabilidades da Sociedade que não figuram no balanço, apresentam-se do seguinte modo:

	2018	2017
Garantias (Eur)	746 725	1 614 061

28. Informações exigidas por diploma legal

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei nº 328/95, de 9 de Dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no nº 2 do artigo 324º do CSC informa-se que a sociedade não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.
- b) Em obediência ao disposto no nº 4 do artigo 397º do CSC informa-se que, no decorrer de 2018, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de setembro, informa-se que a Sociedade não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2018, da retenção na fonte de descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2019, nos prazos legais.

29. Litígios e contingências

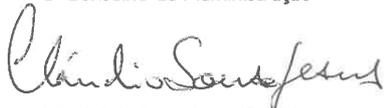
Não existem litígios e contingência para além das registadas e divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

30. Eventos subsequentes

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas.

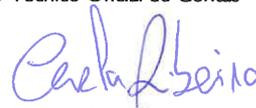
Lisboa, 4 de abril de 2019

O Conselho de Administração



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)

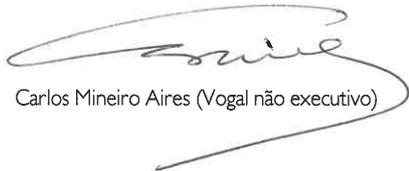
O Técnico Oficial de Contas



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)



Carlos Mineiro Aires (Vogal não executivo)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na al. g) do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do artigo 54 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração de AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Aferimos sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente as previstas no Orçamento de Estado de 2018 e no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2018 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2018 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2018, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis; e
- (d) A avaliação do nível de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão, merece a nossa concordância.

Lisboa, 22 de abril de 2019

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)
Registado na CMVM com o nº 20160766

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 5.129.598 Euros e um total de capital próprio de 181.376 Euros, incluindo um resultado líquido de 83.147 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

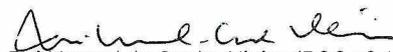
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de abril de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)
Registado na CMVM com o nº 20160766